

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

MAEDISON DE SOUZA

**A FIEMG, A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E O
NEOLIBERALISMO (1985-1994): UM OLHAR “PARA FORA”, OUTRO
“PARA DENTRO”**

JUIZ DE FORA
2015

MAEDISON DE SOUZA

**A FIEMG, A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E O
NEOLIBERALISMO (1985-1994): UM OLHAR “PARA FORA”, OUTRO
“PARA DENTRO”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado

JUIZ DE FORA
2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

de Souza, Maedison.

A FIEMG, A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E O NEOLIBERALISMO (1985-1994): UM OLHAR ?PARA FORA?, OUTRO ?PARA DENTRO? / Maedison de Souza. -- 2015.
113 p.

Orientador: Ignacio José Godinho Delgado
Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. Crise desenvolvimentismo. 2. Neoliberalismo. 3. Empresariado Mineiro. 4. Industrialização Mineira. 5. FIEMG.
I. Godinho Delgado, Ignacio José, orient. II. Título.

MAEDISON DE SOUZA

A FIEMG, A CRISE DO DESENVOLVIMENTISMO E O NEOLIBERALISMO (1985-1994): UM OLHAR “PARA FORA”, OUTRO “PARA DENTRO”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, área de concentração: Poder, Mercado e Trabalho, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ignacio José Godinho Delgado – Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Eduardo Antônio Salomão Condé – Presidente
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Otavio Soares Dulci – Membro Titular
Pontifícia Universidade Católica – PUC Minas

Juiz de Fora, 28 de agosto de 2015

*“Como um pedreiro analfabeto conseguiu
formar um filho professor?”*

Edio de Souza

AGRADECIMENTOS

Mais um ciclo se encerra, mais uma etapa vencida. Tenho certeza de que não conseguiria vencer sem a ajuda e apoio de pessoas importantes. Então nada mais justo do que agradecê-las por estarem sempre ao meu lado. Dessa forma, agradeço a Deus por ter colocado essas pessoas maravilhosas na minha vida.

Se tem uma pessoa que sempre enxergou no caminho do estudo a oportunidade de alcançar algo melhor na vida, essa pessoa é minha mãe, Maria Helena Ferraz de Souza. Obrigado, minha mãe, por sempre me cobrar cadernos caprichosos, letra bonita (desculpe, isso não consegui!), atenção nas aulas, respeito aos professores e responsabilidade. Às vezes, os grandes mestres não estão nas universidades, a senhora sempre me ensinou a importância de estudar e hoje eu tento passar um pouco dessa sabedoria para meus alunos.

Assim como Batman e Robin e Pelé e Coutinho, minha mãe também teve sua dupla dinâmica. Seu parceiro por 25 anos, meu pai, Edio de Souza, também teve papel fundamental na minha educação escolar e moral. Mesmo cansado depois de um dia de trabalho, ele tinha paciência para saber sobre os assuntos da escola. Hoje, ele já não está mais entre nós, mas tenho certeza de que está orgulho do filho que ele tem. Obrigado, meu pai, por ter sido tudo que a palavra “pai” significa.

Gostaria, ainda, de agradecer aos meus amigos e familiares. Sem eles, essa caminhada seria mais difícil. Obrigado a todos, tios e primos, pela torcida e apoio. Obrigado a todos os amigos, que ficaram do meu lado nessa jornada. Tanto os amigos da graduação, que sempre quando dá nos encontramos, quanto os novos companheiros do mestrado, ao Everton Paixão que compartilha comigo todas as aventuras acadêmicas desde 2006 e a todos os amigos de uma vida inteira, que apostaram que eu conseguiria. Para vocês, basta apenas uma frase: “Vai Rasgando.... Todas”!!

Obrigado a ela, sempre linda, atenciosa, amiga, carinhosa, paciente... (se eu continuar os elogios, dará outra dissertação), minha amada amante, Josiane Alves. Obrigado, meu amor, por me aturar nos momentos difíceis, nas inseguranças, nas chatices e por ter me escutado falar desta pesquisa muitas vezes. Você é minha ilha de segurança quando está tudo desmoronando, meu sentimento de paz nos momentos de conflitos, meu amor, meu grande amor.

Obrigado a todos os professores do Departamento de História da UFJF: Alexandre Mansur Barata, Anderson José Pires, Ângelo Alves Carrara, Beatriz Helena Domingues, Carla Maria Carvalho de Almeida, Cássio da Silva Fernandes, Célia Aparecida Resende Maia

Borges, Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, Galba di Mambro, Ludmilla Savry Almeida, Maraliz de Castro Vieira Christo, Marcos Olender, Maria Fernanda Vieira Martins, Mônica Ribeiro de Oliveira, Silvana Mota Barbosa e Valéria Marques Lobo.

Em especial, agradeço, ainda, ao meu orientador, Ignacio José Godinho Delgado, pela ajuda, paciência, generosidade e pelos anos de conhecimento compartilhado. Obrigado por tudo, professor!

Ao Centro de Memória da FIEMG, em Belo Horizonte, obrigado pelo acesso aos documentos, que foram fundamentais nas pesquisas, principalmente à supervisora técnica do Centro de Memória, Gizele Maria dos Santos, pela ajuda, atenção, disponibilidade e acolhimento.

Agradeço à secretaria e coordenação do Programa de Pós-Graduação em História pelo apoio a CAPES e à UFJF, pela ajuda financeira.

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre o processo de desenvolvimento mineiro, marcado por forte participação do Estado e do capital estrangeiro. Focaliza a participação das entidades empresariais nesse processo, em especial a FIEMG, destacando sua defesa de um projeto de industrialização liderado pela indústria siderúrgica, no centro do estado, mas capaz de irradiar-se para as diferentes regiões de Minas. A partir da década de 1950, a FIEMG passa ao domínio de segmentos menos dinâmicos e dispersos da indústria e sua atuação tende a fixar-se na defesa de demandas imediatas do empresariado, pouco integradas num projeto global, ao lado da afirmação do corpo técnico da entidade na produção de seu discurso. Na década de 1980, em meio à crise do desenvolvimentismo e afirmação das ideias neoliberais, a FIEMG desenvolveu uma atuação afinada com o discurso das entidades nacionais da indústria, neste momento críticas à presença do Estado na economia, mas, em Minas Gerais, seu discurso manteve o apelo ao Estado para a promoção do desenvolvimento no âmbito regional.

Palavras-chave: Crise do desenvolvimentismo, neoliberalismo, empresariado mineiro, industrialização mineira, FIEMG

ABSTRACT

This dissertation discusses the process of miner development, marked by strong participation of State and foreign capital. It focuses on the participation of business entities in this process, especially FIEMG, highlighting its defense of an industrialization project led by the steel industry, in the center of the state, it's possible that radiate to the different regions of Minas. From the 1950s, the FIEMG enters the domain of less dynamic segments and scattered industry and its performance tends to settle in the defense of immediate demands of the business, little integrated into a global project, next to the statement to the staff of entity in the production of his speech. In the 1980s, during the developmentalism crisis and affirmation of neoliberal ideas, FIEMG developed a finely tuned performance with the discourse of national industry entities at this time criticism of the state presence in the economy but, in Minas Gerais, his speech retained the appeal to the state to promote the development at the regional level.

Keywords: Developmentalism crisis, neoliberalism, miner entrepreneurs, miner industrialization, FIEMG

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPITULO 1 ECONOMIA MINEIRA	16
1.1 PERSPECTIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS.....	16
1.2 MOMENTOS DA ECONOMIA MINEIRA.....	21
a) Da industrialização induzida pelo café à afirmação do centro de Minas.....	21
b) O Plano de Recuperação Econômico e Fomento da Produção	22
c) Energia e Transporte e os anos 1960.....	26
d) Diagnóstico econômico de 1968	28
e) Década de 70 e o capital estrangeiro.....	32
f) Década de 80 e 90.....	35
1.3 BREVE DISCUSSÃO SOBRE TECNOCRACIA.....	40
CAPITULO 2 EMPRESARIADO NACIONAL E MINEIRO	46
2.1 BALANÇO DA LITERATURA SOBRE EMPRESARIADO	46
2.2 BREVE TRAJETÓRIA DA ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO COMO ATOR POLÍTICO.....	50
a) Corporativismo estatal.....	50
b) Fortalecimento das entidades paralelas.....	53
c) Fortalecimento da arena Parlamentar e a prática do lobby.....	55
d) Década de 90 e a nova ordem econômica	58
2.3 UMA BREVE TRAJETÓRIA DO EMPRESARIADO MINEIRO	62
CAPITULO 3 O EMPRESARIADO MINEIRO E SUA VISÃO PARA “FORA” E PARA “DENTRO”	72
3.1 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA – LIVRE INICIATIVA.....	72
a) Sobre a participação do Estado e privatizações.....	72
b) A FIEMG e a Constituinte.....	75
c) A FIEMG e a inflação.....	77
d) FIEMG, planos de estabilização e política industrial.....	81
e) A FIEMG e a questão tributária.....	91
3.2 FIEMG e o desenvolvimento mineiro.....	95

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....104

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....109

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, o empresariado vem sendo objeto de estudos de muitos pesquisadores. Essa classe é de enorme relevância para podermos entender a formação industrial do Brasil. Porém, a maior parte dos estudos sobre o empresariado brasileiro focalizou o empresariado de São Paulo e, entre as entidades empresariais, a FIESP ou a CNI. Com base nisso, o que pretendemos neste trabalho é fazer uma pesquisa exploratória, observando qual o posicionamento da FIEMG em relação à *nova política econômica* implantada na década de 1990, em meio à *crise do desenvolvimentismo*. Importa apurar se ela compartilha das mesmas ideias das outras entidades que davam apoio às propostas de reformas que tal política envolvia e analisar as proposições da FIEMG para o desenvolvimento mineiro no período.

Entre as décadas de 1930 e 1970, o Brasil viveu um crescimento industrial e econômico muito significativo. Papel importante para isso foi estratégia adotada pelo Estado, que fortaleceu a indústria nacional com um forte protecionismo e colocou em ação o projeto de substituição de importações, cujo nome foi desenvolvimentismo. Tal nomeação remete ao que era o principal objetivo dessa política, ou seja, prover o desenvolvimento econômico do país, tendo o Estado como principal instrumento de ação coletiva¹.

João Sicsú, Luiz Fernando de Paula e Renaut Micheldestacam que o Brasil foi o caso em que o desenvolvimentismo obteve maior sucesso, especialmente na implantação da industrialização pesada. Como atores principais estavam o Estado, responsável por planejar, sustentar financeiramente os investimentos e produzir diretamente os insumos e as infraestruturas e as empresas transnacionais, que se concentraram em segmentos mais dinâmicos da indústria de transformação. Para os autores, a indústria nacional privada tinha um papel complementar, sendo a sócia menor do tripé econômico². Todavia, sem sua presença, a estratégia desenvolvida não teria se firmado, dada a participação das entidades empresariais em sua formulação, como tentaremos desenvolver analisando o caso mineiro.

¹Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v 20, n. 3. pp. 5-24. Jul./set. 2006.

² SISCÚ, J. PAULA & L.F. MICHEL, R. **Por que Novo-desenvolvimentismo?** Esse artigo é uma versão ampliada e modificada da Introdução feita pelos autores ao livro “NovoDesenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social”, resultado de projeto financiado pela Fundação Konrad Adenauer. Versão 2005. Disponível em: http://www.ie.ufjf.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf. Acesso em: 25 jul. 2015.

As características da estratégia perseguida e o peso da empresa multinacional tiveram forte influência na dificuldade do desenvolvimentismo em criar um sistema nacional de inovação maduro. O processo de industrialização por substituição de importações foi caracterizado pela presença de diversos mecanismos de proteção, mas não exigia por parte dos empresários uma contrapartida do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico. Os bens de capital, que eram facilmente adquiridos, vinham com restrições de pesquisa a partir da tecnologia transferida. Com isso, as empresas brasileiras não desenvolveram endogenamente sua capacidade de inovação, vindo as multinacionais manterem fora do país as suas atividades de pesquisa e desenvolvimento.³

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o programa de substituição de importações, de certa forma, complementa-se e alcança seus limites. Para muitos, o desenvolvimentismo entra em crise por conta de dificuldades fiscais que faziam o governo sempre recorrer a empréstimos externos para financiar o processo de industrialização⁴. Desse modo, ganham proeminência as proposições de intensificação de metas qualitativas, contudo atropeladas pela ênfase no combate à inflação, que se acelerava. Dessa maneira, o desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal perderam espaço e reduziu-se no governo federal, uma atitude pró Política Industrial, com predomínio dos objetivos de estabilização macroeconômica⁵.

Durante a década de 1980, o desenvolvimentismo sofreu duras críticas por parte dos chamados neoliberais, que estavam dominando o cenário internacional. Ao invés de reconhecerem os avanços e criticarem as distorções, os neoliberais apresentavam o desenvolvimentismo como um atraso, relacionando-o a um populismo econômico e a alta inflação. No governo Sarney, com o fracasso do Plano Cruzado, esvazia-se a perspectiva de conferir ao desenvolvimentismo um novo estágio, de certa forma, expresso na proposta de política industrial que se apresentava, como veremos adiante⁶.

O descontrole da inflação causou um efeito negativo na esfera política, levando ao fim o grande acordo nacional e popular que se formou na transição democrática baseado num leque de aliança que tinha nos empresários uma das principais forças, ao lado dos

³ DELGADO, Ignacio G. - **Previdência Social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira**. São Paulo: LTr, 2001.

⁴ Idem

⁵ SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006.

⁶ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & DINIZ, Eli. **Empresariado industrial democracia e poder político**. Revista Novos Estudos, CEBRAP. Nº 84, julho 2009.

trabalhadores, dos movimentos sociais e das classes médias.⁷ Dessa forma, foi favorecida a afirmação da perspectiva neoliberal, ademais apresentada como quase a única saída para a crise do desenvolvimentismo, especialmente após a polarizada eleição de 1989, em que o temor de vitória da esquerda arrastou parcelas expressivas do empresariado para a *nova política econômica*.

Com base nesses aspectos, a dissertação que se segue busca situar o empresariado mineiro, destacadamente a FIEMG, neste processo de transição entre 1985 e 1994. Preliminarmente, contudo, vamos rastrear a trajetória da economia e do empresariado mineiro, de modo a identificar suas principais características fundamentais para entender suas perspectivas e escolhas no período.

Assim, a dissertação será desenvolvida em três capítulos. No primeiro capítulo será apresentada a trajetória do desenvolvimento econômico mineiro, destacando, inicialmente, os projetos que foram pensados para desenvolver a economia de Minas Gérias. Em seguida, apresentaremos momentos significativos do desenvolvimento da economia mineira, especialmente da indústria, identificando a atuação do Estado como promotor da industrialização do estado. Por fim, faremos uma rápida discussão sobre o conceito de tecnocracia, que informa estudos de destaque sobre a industrialização de Minas Gerais.

No segundo capítulo, veremos como se deu a atuação do empresariado como ator político durante o processo de desenvolvimento industrial brasileiro e mineiro. Num primeiro momento será feito um rápido balanço da literatura sobre empresariado, um breve apanhado da trajetória do empresariado nacional como ator político no processo de desenvolvimento industrial e o balanço da atuação do empresariado mineiro, também como ator político, no desenvolvimento do estado, complementam o capítulo.

Por fim, no terceiro capítulo, será analisado o posicionamento do empresariado mineiro, representado pela FIEMG, no período de 1985 – 1994, como apontado, momento de crise do desenvolvimentismo e consolidação do neoliberalismo. Nesse cenário, analisaremos o posicionamento da FIEMG “para fora”, nas questões nacionais e “para dentro”, no âmbito regional. A principal fonte será a Revista Vida Industrial, publicada pela FIEMG entre 1951-1994.

Importa salientar que nosso interesse é a análise do empresariado como ator político, não sua atuação econômica. Por isso, o destaque às formas de articulação de interesses, através das entidades empresariais, e de intermediação com o Estado. Um apanhado sobre o

⁷ Idem

peso dos diferentes setores em cada etapa do processo de desenvolvimento poderia enriquecer o estudo, mas apenas foi tangenciado. A análise histórica, por seu turno, aparece como instrumento fundamental para identificar os processos de formação dos interesses e as escolhas do empresariado mineiro. Ela se baseou, fundamentalmente, na literatura sobre o desenvolvimento e o empresariado mineiro, secundada por documentos de governo e publicações empresariais.

1 ECONOMIA MINEIRA

O objetivo deste capítulo é mostrar o cenário econômico em que o empresariado mineiro estava atuando. Na primeira parte, trataremos dos dois grandes projetos de desenvolvimento econômico pensados para Minas Gerais no século XX. Na segunda parte, apresentaremos alguns momentos significativos à trajetória da economia de Minas e, finalizando o capítulo, abordaremos a noção de tecnocracia mineira.

1.1 PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

Ao falarmos em economia mineira, uma ideia tem que vir a nossa cabeça: não houve em Minas Gerais um desenvolvimento econômico homogêneo. Cada região mineira teve seu desenvolvimento atrelado a fatores muito específicos de cada lugar, estabelecendo relações e diálogos com diferentes polos econômicos, como a Zona da Mata, que sofria grande influência do Rio de Janeiro, e o Sul e o Triângulo Mineiro ligados a São Paulo. Assim, o conceito de Mosaico Mineiro, desenvolvido por John Wirth, parece ser bastante significativo para a análise do desenvolvimento econômico de Minas Gerais⁸.

Nas primeiras décadas do século XX, entre os grupos dirigentes mineiros, o diagnóstico da situação econômica de Minas era bem pessimista. Esse diagnóstico foi reforçado ao resgatar o momento de riqueza vivido no período da mineração de ouro e através da comparação com outras áreas do país, principalmente o estado de São Paulo, que teve um crescimento muito significativo. Porém, como destaca Dulci, esse diagnóstico foi excessivamente sombrio, visto que o estudo de John Wirth mostra que Minas, entre o período de 1889 – 1937, teve um crescimento irregular moderado⁹. De toda a forma, a partir desse diagnóstico pessimista, surge a ideia do atraso econômico e a preocupação com a recuperação econômica do estado. Assim, algumas iniciativas estatais passaram a ser realizadas já no início do século XX para tentar sanar esse atraso econômico vivido por Minas Gerais, como, por exemplo, a mudança da capital do estado para Belo Horizonte¹⁰.

⁸WIRTH, J. **O fiel da balança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1982.

⁹ Idem

¹⁰DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Após a decisão de se erguer uma nova capital (já que Ouro Preto não comportava mais as necessidades e não seria possível fazer reformas urbanísticas como as feitas no Rio de Janeiro), o conflito entre as classes dirigentes girou em torno da escolha da localidade em que se instalaria. Assim, destacam-se a área central do estado, que entrara em declínio após o esgotamento da extração de ouro, a Zona da Mata e o Sul de Minas, que apresentavam destaque econômico.

A escolha de umas dessas regiões esbarrou no interesse de políticos tradicionais do centro do estado e de políticos do norte. Dessa forma, a escolha de Belo Horizonte constituiu-se, pois, num equilíbrio político, conciliando tradição com a modernidade. O Governo continuaria na região central do estado relativamente próximo a Ouro Preto e às tradições, como também significaria um traço de união para um território tão heterogêneo. Portanto, como no projeto da nova capital, estava a intenção de fundar uma cidade planejada. Segundo concepções urbanísticas, os elementos de modernidade e de progresso estavam sendo atendidos¹¹.

Assim, para Otavio Dulci, essa mudança da capital representa um duplo interesse por parte da classe dirigista mineira, uma vez que

em primeiro lugar foi um projeto decidido e executado na órbita estatal. Iniciativa eminentemente política, que procurava a modernização de cima para baixo, representou, ao mesmo tempo, uma experiência relativamente ousada para os padrões da região e da época, de planejamento público. E nesse sentido afastava-se significativamente da ortodoxia liberal então professada pelos grupos dirigentes em Minas como em quase todo país. Em segundo lugar, o projeto estava claramente associado a metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente a exercer o papel de centro de integração política e econômica do “mosaico mineiro.”¹²

De acordo com Otavio Dulci, ocorreram em Minas Gerais dois projetos de desenvolvimento econômico. Num primeiro momento pensou-se em desenvolver uma economia altamente diferenciada tendo como base o setor agropecuário (lembrando que Minas Gerais era grande produtor de café no início do século XX). No segundo momento, ganhou força uma proposta de especialização produtiva, concentrando esforços na expansão da indústria, mais especificamente o setor de bens intermediários. Porém, como o autor mesmo destacou, um projeto não excluía o outro, eram duas possibilidades de desenvolvimento ligadas à economia nacional e ao jogo político das elites locais¹³.

¹¹ Idem.

¹² Idem.p. 13.

¹³ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Uma iniciativa governamental voltada para o desenvolvimento econômico mineiro ocorreu em maio de 1903 com a promoção do Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Foi nesse evento que o *projeto de diversificação econômica* do estado foi explicitado, além de analisar a situação da crise do preço do café que estava em baixa desde 1897 e definir caminhos para restauração econômica do Estado. Como demonstra Dulci, a agenda do Congresso foi bastante diversificada cobrindo vários setores da economia. Além do café, que, logicamente chamou muita atenção dos participantes do Congresso, a pecuária também foi um setor bastante debatido. No que se refere à indústria, o tema foi abordado em termos bastante específicos, destacando as dificuldades e os interesses de Minas, como o problema da desarticulação interna muito citada pelos participantes¹⁴.

Apesar do eixo do programa ter sido a modernização agrícola, Dulci afirma que ele não era um programa agrarista que defendia o conceito da vocação essencialmente agrícola do Brasil. A prioridade conferida à agricultura partia do diagnóstico do momento, segundo o qual o primário era o que apresentava maior capacidade de gerar empregos e atender as necessidades da população¹⁵.

Nesse sentido, o projeto mineiro de diversificação econômica apresentava-se como modelo misto no qual se via cânones da economia clássica, mas também com importantes desvios a essa prática. Assim,

é um modelo de crescimento para dentro. Tal como formulado por João Pinheiro, sua meta é a substituição gradual de importações que, partindo dos gêneros de consumo interno (cereais, sobretudo), estende-se às indústrias mais simples para alcançar, oportunamente, as mais complexas.¹⁶

Portanto, o diagnóstico de atraso econômico era bastante claro em Minas Gerais, porém, na análise de Clelio Campolina Diniz, Minas foi o único estado brasileiro, com exceção de São Paulo, que apresentou um crescimento na participação relativa no valor da produção industrial brasileira entre 1907 e 1940, subindo de 4,4, em 1907, para 5,6, em 1919, e 6,5, em 1939. Apesar de não ser um crescimento muito significativo, Campolina Diniz afirma que dois setores foram responsáveis por esse crescimento: a indústria alimentar, que

¹⁴ Idem

¹⁵ Idem

¹⁶ Idem. p. 48.

teve grande expansão devido os obstáculos surgidos pela Primeira Guerra Mundial, e a indústria siderúrgica¹⁷.

Mas foi justamente no crescimento do setor siderúrgico que o segundo projeto de desenvolvimento de Minas, ligado à *estratégia de especialização industrial*, ganhou força. Um episódio marcante, segundo Otavio Dulci, para o desenvolvimento industrial mineiro direcionado para a siderurgia, foi o bloqueio do governo do estado à Itabira Iron. Segundo o autor, após estudos do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, foi identificado minério de ótima qualidade na cidade de Itabira, acarretando numa corrida de empresas estrangeiras para explorar essas minas.

O projeto da Itabira Iron, fundado em 1911, consistia em explorar e exportar esse minério de ferro em troca da construção de uma usina siderúrgica em Minas Gerais. Porém, o governador do estado, na época Artur Bernardes,¹⁸ fez forte oposição ao projeto, uma vez que este fez surgir a percepção de que o minério de ferro seria importante para o desenvolvimento econômico do estado. Temia-se, desse modo, que, se esse projeto fosse consolidado, reduziria a possibilidade da industrialização local. Por conseguinte, a estratégia adotada foi cercar a exportação do minério para que fosse aproveitado para desenvolver a industrialização regional¹⁹.

A partir de 1920, a indústria metalúrgica começou a ganhar fôlego com as dificuldades de importação por efeitos da Guerra, o que levou o Governo a investir na indústria siderúrgica com mais ênfase. Nesse sentido, entre 1918 e 1924, várias medidas foram tomadas para desenvolver esse setor, como, por exemplo, as relativas isenções de impostos, a redução de fretes e a concessão de crédito para empréstimo. Desse modo, a siderurgia mineira respondeu aos estímulos e, em 1921, foi criada a Companhia Siderúrgica Belgo Mineira. Ademais, na década de 1920, vale ressaltar ainda que outras empresas siderúrgicas foram fundadas e, posteriormente, ampliadas ou incorporadas pelo capital estrangeiro²⁰.

Assim, como ressalta Ignacio Godinho Delgado, foi o desenvolvimento da indústria siderúrgica que conduziu a região central do estado à condição de área concentradora da

¹⁷ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

¹⁸ Artur Bernardes foi Presidente de Minas Gerais no anos de 1918 e 1922. Foi deputado federal em 1909, 1934 e 1954, além de Presidente do Brasil nos anos de 1922 a 1926. Em 1927 se tornou Senador da Republica. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>. Acesso em: 25 jul. 2015.

¹⁹ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

²⁰ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

atividade industrial, permitindo a aplicação do projeto de constituição de um polo capaz de articular as diversas regiões de Minas Gerais. Ainda, segundo Delgado,

em 1919, a indústria metalúrgica e de máquinas correspondia somente a 3,6% do capital aplicado na indústria, 2,2% do valor da produção industrial, ocupando 4,6% dos operários. Em 1940, somente a indústria metalúrgica respondia por 25,9% do capital aplicado, 20,1% do valor da produção e 21,2% da ocupação com apenas 1,9% do número de estabelecimentos.²¹

Nesse sentido, enquanto o Brasil debatia sobre a busca de soluções para o problema siderúrgico, Minas Gerais já contava com um parque siderúrgico importante. Em 1920, a produção de ferro gusa era de 2.000 toneladas e, em 1925, subiu para 31.040 toneladas, chegando a 158.739 toneladas em 1940. A produção de aço, que era inexistente em 1920, chegou a 85.397 toneladas em 1940. Portanto, em fins da década de 1930, Minas Gerais participava com cerca de 90% do ferro gusa, 60% do aço e 50% dos laminados produzidos no Brasil²².

Desse modo, Ignacio Godinho Delgado demonstra que o crescimento da indústria siderúrgica mineira fica ainda mais evidente a partir de um ligeiro crescimento do peso relativo da indústria em relação a de São Paulo. Assim, em 1920, o valor da produção industrial mineira era de 19% da produção paulista. Em 1940 Minas Gerais atinge o valor de 22%²³.

Ainda conforme Delgado, no discurso das elites mineiras, o desenvolvimento de Minas Gerais deveria ser construído sobre a consolidação do ramo “minério-metalúrgico”, estabelecido no centro do estado como polo irradiador de outras atividades econômicas. Sendo assim, nos anos 1930, esse projeto ganhou forma com a luta pela instalação de uma grande siderurgia em Minas ao lado de uma solução para os pontos de estrangulamento (energia e transporte), que dificultou o crescimento do setor, ganhando destaque nos anos 1940, enquanto, nos anos 1950, volta a ganhar força a luta por uma grande usina siderúrgica, campanha muito intensa feita pela FIEMG, que acabou com a criação da USIMINAS.²⁴

²¹ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.p. 50

²² DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

²³ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

²⁴ Idem.

1.2 MOMENTOS DA ECONOMIA MINEIRA

a) Da industrialização induzida pelo café à afirmação do centro de Minas

No início da trajetória da economia mineira, temos que destacar a importância que a produção de café teve para o estado no final do século XIX até meados da década de 30 do século XX. A principal região produtora de café do estado foi a Zona da Mata que acabou se beneficiando do declínio da região fluminense, enquanto Juiz de Fora se destacou por receber os recursos provenientes do café, tornando-se, após melhorias viárias, o principal centro armazenador da região. Assim, o capital acumulado acabou originando um surto industrial na cidade entre os anos de 1890 e 1930²⁵.

Porém, segundo Delgado, esse surto industrial, ocorrido na Zona da Mata Mineira decorrente da expansão do café, não produziu os mesmos efeitos dinâmicos que ocorreram em São Paulo, integrando as diversas regiões do estado de Minas. Além de o sistema de transporte, baseado na construção de ferrovias até 1930, ter reforçado ainda mais o isolamento das regiões mineiras. A intenção do estado de implantar uma rede rodoviária também se dissolveu diante da crise fiscal enfrentada pelo governo mineiro. Assim, o “mosaico mineiro” se viu ainda mais fortalecido²⁶.

Para Clelio Campolina Diniz, nesse contexto, o grande projeto industrial mineiro durante a década de 1930 foi o lançamento da Cidade Industrial de Contagem. O plano visava a instalação de indústrias fora do núcleo urbano de Belo Horizonte para não depender do abastecimento de energia elétrica da Companhia Força e Luz de Minas Gerais, que apresentava uma grande deficiência no fornecimento da energia e com tarifas elevadas. Dessa forma, foi desapropriada para utilidade pública uma área de 270 ha²⁷.

Para Otavio Dulci, a criação da Cidade Industrial de Contagem tratava-se de estabelecer um polo para economia estadual que só aumentava sua dispersão com o ritmo da industrialização dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A Cidade Industrial foi idealizada como núcleo de investimentos industriais a serem atraídos por estímulos proporcionados pelo estado. Tais estímulos era basicamente

²⁵ PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Indústria em Minas Gerais: Origem e desenvolvimento**. In anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR. Diamantina 2002.

²⁶ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

²⁷ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

de três tipos: 1) oferta de área urbanizada por aforamento à empresa mediante projeto a ser executado em prazo definido; 2) disponibilidade de vias de transporte; e 3) disponibilidade de energia a custo vantajoso²⁸.

Diante disso, o governo de Minas se empenhou para cumprir sua parte no projeto de criação da Cidade Industrial. Com recursos próprios e com empréstimos do Banco do Brasil, foi feita uma ligação de Contagem até a malha ferroviária existente e construiu uma usina hidrelétrica (usina de Gafanhoto) pra atender ao local²⁹.

b)O Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção

Com a eleição de Milton Campos³⁰, em 1947, foi elaborado em seus primeiros meses de governo o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, um marco importante, segundo Dulci, para a trajetória da economia mineira, que mostra mais um exemplo da ação governamental na tentativa de implementar o desenvolvimento econômico de Minas Gerais. Esse Plano procurou uma síntese entre os dois projetos de desenvolvimento concebendo a modernização regional, tanto econômico como social, envolvendo indústria e agricultura³¹. Sendo assim,

a perspectiva era inovadora, mas, quanto às ações específicas para realizá-la, o Plano de 1947 aproveitava em grande parte a experiência prévia, os estudos já efetuados pelos antecessores e as iniciativas que eles haviam tomado. Não houve, em suma, ruptura com o passado, mas uma mudança de escopo. Este é um dado significativo para apoiar a hipótese de convergência estratégica das elites da região em torno do objetivo de superação do seu atraso econômico.³²

Dessa maneira, o Plano indicava a falta do acesso ao mar, a estrutura comercial e financeira localizada fora do estado, a topografia, as deficiências nos transportes e a diminuição da fertilidade da terra como motivos que levaram Minas à estagnação econômica.

²⁸ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.p. 73.

²⁹ Idem.

³⁰ Milton Soares Campos foi Governador de Minas Gerais entre 19/03/1947 a 31/01/1951. Em 1935 foi eleito deputado estadual e relator do antiprojeto da constituição mineira. Foi deputado federal nos anos de 1946 a 1947, 1955 a 1959 e senador nos anos 1959 a 1964, 1965 a 1967, 1967 a 1972. Milton Campos participou ativamente da articulação do golpe militar de 1964 e foi nomeado ministro da Justiça pelo presidente Castelo Branco. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>. Acesso em: 25 jul. 2015

³¹ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

³² Idem.p. 77.

Além disso, esses aspectos acarretavam a dispersão da produção, outro obstáculo para a expansão econômica, pois a centralização era vista como fundamental para alcançar o desenvolvimento econômico³³.

Diante disso, Otavio Dulci destaca dois pontos no Plano de Recuperação de 1947. O primeiro está no pioneirismo, uma vez que foi a primeira experiência de macroplanejamento em escala regional no Brasil. Em segundo, as orientações centrais do Plano, principalmente enfatizando a modernização equilibrada entre indústria e agricultura, traduziam o que Dulci chamou de modelo udenista de modernização, contrário do modelo pessedista, que se concretizou mais adiante no governo de Juscelino Kubitschek.³⁴

Com base no autor, o modelo udenista era caracterizado por uma abordagem mais técnica e tentava contornar as questões políticas que cruzavam as esferas decisórias. Destacava-se a importância do planejamento, da administração racional e a eficiência burocrática pública. Esse modo de agir, para Dulci, explicaria a preferência da UDN por programas abrangentes, como o Plano de Recuperação Econômica, à medida que o PSD, que era mais “político” e flexível, de acordo com o autor, tinha preferência por programas setoriais, como o Binômio Energia e Transporte executado por JK³⁵.

O Plano, ainda, segundo Dulci, era bastante rudimentar, pois as modernas técnicas de planejamento não estavam disponíveis no Brasil nem em outros países mais avançados, difundindo-se somente no pós-Segunda Guerra. Assim, a impressão, conforme o estudioso, de quem lê o Plano de Recuperação é de que se trata de uma série de proposições que não se relacionam. Uma análise mais detalhada do Plano revela, contudo, a relação entre o diagnóstico de atraso econômico e as soluções propostas formando um todo bem integrado, apesar de não evidenciar técnicas de planejamento modernas³⁶.

Assim, a diferença entre o Plano de Recuperação Econômico e os outros programas de desenvolvimento mineiro, de acordo com Dulci, está na importância dada pelo Plano ao setor industrial. Antes se pensava num desenvolvimento gradual que se estendesse da agricultura para a indústria. Com o Plano, a situação muda, pois a industrialização passa a ser prioridade

³³ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

³⁴ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

³⁵ Segundo Delgado, o empresariado mineiro ficou um pouco preocupado com o governo de J.K. pois não tinha certeza se o novo governo iria dar continuidade ao Plano de Recuperação de Milton Campos. Porém, conforme o projeto da CEMIG foi se consolidando e o programa rodoviário dava resultado a confiança do empresariado no novo governo aumentou. O binômio “energia e transporte” dava continuidade as perspectivas do Plano de Recuperação Econômica. DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

³⁶ Idem.

no Governo. A estratégia visava reverter a situação de Minas rompendo com o perfil de estado exportador de matérias-primas e importador de bens manufaturados. Propunha-se, desse modo, uma substituição de importação em setores que a produção local poderia ser vantajosa³⁷. Com base nisso, Clelio Campolina Diniz ilustrou em números a importância dada à indústria no Plano de Recuperação. Segundo o autor, 78% dos investimentos previstos pelo Plano destinavam-se a transportes e apoio à industrialização e 67% exclusivamente à energia e transportes³⁸.

Entretanto, a falta de energia elétrica era uns dos principais obstáculos ao desenvolvimento, conforme o Plano. Sendo assim, devido ao grande potencial hidráulico existente em Minas Gerais, a saída seria a instalação de usinas hidroelétricas oferecendo energia a baixo custo. Por conta dos altos custos do empreendimento, caberia ao setor público executar essas obras. Para tanto, no setor de transporte, o Plano previa a construção de 7400 km de estradas, com o objetivo básico de articular todas as regiões do Estado à região central³⁹.

Dessa forma, o papel do Estado estava bem definido em relação ao Plano de Recuperação Econômica:

1) Entende o Estado que as atividades industriais deverão processar-se sob primado da iniciativa particular; 2) que a ele incumbe estimular a iniciativa, promovendo a adoção de medidas que lhe facilitem a ação; 3) que lhe cumpre agir supletivamente a fim de encorajar e auxiliar a iniciativa privada; 4) que só deve intervir na atividade industrial onde a iniciativa particular for omissa ou incapaz, limitada essas interferências às indústrias fundamentais e de caráter básico. Ficará livre a manufatura ou de transformação corrente, que será auxiliada para que se desenvolva e produza cada vez mais, melhor e por menores preços.⁴⁰

Diante disso, a Secretaria de Agricultura era a responsável por executar o Plano, porém a pasta não tinha orçamento suficiente para colocar em prática todas as ações. Assim, foi necessário buscar novas fontes de recurso, como a Taxa de Serviço de Recuperação Econômica, prevista para 6 anos, incidindo sobre qualquer transação econômica. No mesmo decreto de criação da Taxa, foi autorizado ao poder executivo a concessão de isenção de

³⁷ Idem

³⁸ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

³⁹ Idem

⁴⁰ Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção 1947, apud DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p. 82.

impostos estaduais às indústrias que se instalassem no estado em um prazo de até 5 anos.⁴¹

Em suma, alguns programas do Plano não foram implantados e outros o foram com algum grau de êxito. A curto prazo, o saldo prático do Governo Milton Campos foi limitado, porém Dulci destaca que o Plano não tinha prazos rígidos para ter suas metas atingidas. Assim, ao longo dos anos 50, parte industrial do Plano continuou a ser implementada em condições ainda mais favoráveis. É importante destacar também que, apesar da característica industrial que o Plano transparece, não se pode esquecer o papel estratégico que a agricultura ocupa nos Programas.⁴²

Para Clelio Campolina Diniz, o Plano não atingiu seu êxito por questões financeiras, pois a Taxa de Recuperação Econômica não foi suficiente para assegurar os recursos necessários. Uma das metas mais importantes foi a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Grande, que daria um alívio no atraso energético. Porém, ela teve dificuldades de ser implantada. Isso porque ficou sob responsabilidade de uma equipe local a implantação da Usina e a falta de experiência em construir uma hidrelétrica de grande porte acarretou em erros e atrasos na obra.⁴³

O Plano também previa a criação de uma rede de frigoríficos e de adubos, que se consolidou no Governo seguinte com sucesso discutível. Em relação ao plano rodoviário, outro entrave para o desenvolvimento mineiro, pouco se fez, visto que o Estado restringiu a encampação de parte da rede municipal. De todo modo, Milton Campos, embora não tenha executado, com todo sucesso, o Plano de Recuperação, deixou para seu sucessor um quadro mais claro da situação econômica e dos problemas que Minas estava enfrentando⁴⁴.

Assim, Clélio Campolina Diniz afirma que

o Plano de Recuperação Econômica e Fomento foi a primeira medida concreta de estímulo à concentração industrial em Minas Gerais. Embora essa tenha sido pequena na primeira fase, a partir da década de 1950 acelerou-se o processo, cujos resultados podem ser avaliados a partir da atual situação urbana industrial da área metropolitana de Belo Horizonte.⁴⁵

⁴¹ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁴² DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁴³ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁴⁴ Idem

⁴⁵ Idem.p. 68.

c) Energia e Transporte e os anos 1960

De acordo com Dulci, com a eleição de Juscelino Kubitschek, no início da década de 1950, Minas Gerais ingressou em uma nova fase desenvolvimentista. O novo governo dedicou-se a aprimorar a infraestrutura para impulsionar o desenvolvimento industrial e evitou um planejamento mais global em prol de programas mais específicos. Não foram ignoradas as diretrizes do Plano de Recuperação, mas foram selecionadas algumas prioridades. Dentro dessas escolhas, aparece outra característica desse novo governo, o abandono da articulação agrícola e industrial. Nesse momento, o desenvolvimento significava industrialização e era algo ligado estritamente ao espaço urbano.⁴⁶

O governo de J.K. foi marcado pelo “Binômio Energia e Transporte”, as duas áreas mais perseguidas pelo governador. O próprio J.K. chamou o Binômio de revolucionário, pois destinava-se a romper com a estagnação em que jazia o estado. Para Otavio Dulci, a proposta era bastante consistente principalmente dentro dos limites em que foi estabelecida, pelo impacto posterior no desenvolvimento do estado. Porém, segundo o autor, não foi revolucionária, basicamente, porque não significou um corte com o passado. Assim, o programa de Juscelino foi, conforme Dulci, uma retomada do legado de Valadares⁴⁷ com aproveitamento das iniciativas de Milton Campos⁴⁸.

No setor energético, JK seguiu as orientações do Plano de Eletrificação elaborado no Governo de Milton Campos, que propunha a criação de uma empresa para coordenar o programa energético, o que resultou na CEMIG – Centrais Elétricas de Minas Gerais S.A.. Em sua primeira etapa, a CEMIG executou a implantação das usinas de Tronqueiras, Itutinga, Piau e Salto Grande. Para cumprir suas metas, a empresa contava com 4/14 da Taxa de Serviços de Recuperação Econômica para construir o fundo de eletrificação. Além dos recursos estaduais, os projetos da CEMIG conseguiram sair do papel graças, também, ao

⁴⁶ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁴⁷ Benedito Valadares foi Governador do estado de Minas Gerais entre os anos de 1933 e 1945. Valadares tinha fidelidade absoluta a Getulio Vargas e dessa forma, foi nomeado Interventor do estado em 1933. Em 1935 foi eleito pelos deputados constituintes estaduais Governador do estado. Até mesmo após o Golpe do Estado Novo em 1937, Valadares se manteve como chefe de Governo de Minas Gerias até a renúncia de Vargas em 1945. Foi uns dos fundadores do Partido Social Democrático – PSD. Após a extinção dos partidos em 1966 filiou-se a Aliança Renovadora Nacional – ARENA em 1966. Em 1971, aos 79 anos, se retirou da vida pública quando ocupava o cargo de Senador. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>. Acesso em: 25 jul. 2015.

⁴⁸ Idem.

financiamento externo e do BNDE. Assim, nessa questão, havia uma sintonia entre as políticas federais e de Minas Gerais.⁴⁹

O desenvolvimento do setor rodoviário, outra parte do binômio, ficou a cargo do DER, que abriu concorrência para construção de 2000 km de estradas e pavimentação de 500 km. Os resultados, porém, foram diferentes. Ao invés de 2000 km de estradas, foram construídos entre 1951/55, um total de 3725 km. Para atingir esse resultado, as metas de pavimentação foram praticamente abandonadas e as condições técnicas das estradas foram comprometidas. O programa foi abastecido por três fontes de financiamento: recursos do Fundo Rodoviário Nacional, aportes diretos do Estado de Minas Gérias e recursos vindos da taxa de serviços de recuperação econômica.⁵⁰

Como salienta Delgado, após a perda do projeto siderúrgico, com a implantação da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em Volta Redonda – RJ, a participação relativa de Minas Gérias na produção siderúrgica nacional declinou, passando de 81,4% da produção de ferro gusa do país para 41,4% entre os anos de 1940 e 1950 e a produção de aço caiu de 59,7% para 22,1% no mesmo período. A defesa da instalação de um projeto siderúrgico em Minas Gerais se manteve durante toda a década de 1940 e início de 50 e foi reforçado quando o tema da “indústria de base” ganhou destaque. Assim, as entidades empresariais mineiras vão se posicionar pela instalação de uma grande siderurgia no estado.⁵¹

Em 1956 a campanha pela instalação da USIMINAS- Usina Siderúrgica de Minas Gerais- ganha força e o motivo foi a convocação de uma Assembleia da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional - para decidir sobre a participação da empresa como acionista na criação da Companhia Siderúrgica Paulista – COSIPA - e no fornecimento do minério transportado pela EFCB – Estrada de Ferro Central do Brasil - para a nova siderúrgica. Nesse contexto, a FIEMG e outras entidades mineiras recorreram às autoridades para protestar contra os privilégios que o estado de São Paulo estava obtendo. A viabilização do projeto de instalação de uma grande siderúrgica em Minas aconteceu no “Fórum Econômico da FIEMG” em 1956. O governador do estado Bias Forte acenou a favor do projeto. O então presidente do Brasil Juscelino Kubitschek assegurou a participação da CSN nos dois projetos, tanto mineiro como paulista. Dessa forma, a USIMINAS foi criada em 25 de abril de 1956⁵².

⁴⁹ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁵⁰ Idem.

⁵¹ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

⁵² Idem

No Brasil, na década de 1950/60, existiam duas instituições responsáveis pelo financiamento indústria: o Banco do Brasil através da CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - e o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A CREIAI só financiava indústrias com mais de 3 anos de funcionamento e o BNDE privilegiava grandes obras de infraestrutura e grandes indústrias. Assim, a pequena e média empresa não tinha uma fonte de financiamento. A FIEMG fez uma campanha junto ao BNDE para que este criasse agências regionais. Dessa campanha, e do fracasso dela, surgiu a ideia de se criar um banco de desenvolvimento para Minas Gerais.

Em um primeiro momento, um grupo de deputados ligados ao setor agrário sugeriu a criação do Banco de Desenvolvimento Agropecuário de Minas Gerais S.A. - BADAP - para financiar a lavoura e a pecuária. Após dois anos de discussão, a Assembleia aprovou a criação do Banco. Porém, no momento da sanção do Governador, este impôs alguns vetos no projeto de lei criando o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG - em 1962, definindo atribuições no sentido de apoio à industrialização do Estado⁵³.

Diante disso, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais entrou mesmo em atividade em 1963 e a princípio encontrou muitas dificuldades. O capital era reduzido para desenvolver programas mais arrojados. No entanto, o banco lançou alguns projetos em setores que já haviam apresentado anos anteriores requerendo mais atenção. Foram lançados dois frigoríficos - o Frigorífico Norte de Minas e o Frigorífico Mucurí - além de uma refinaria de milho⁵⁴. Porém, não era só o BDMG a fonte de financiamento para a industrialização mineira. Outra fonte também foi importante e teve boa aceitação por parte dos empresários: o capital externo.

d) Diagnóstico econômico de 1968

No final da década de 1960, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) elaborou um importante estudo sobre a economia mineira, o *Diagnóstico da Economia Mineira*, de 1968. Esse estudo, segundo Godoy, foi um marco importante por três razões: primeiro pela profundidade temática e espacial que o documentou abrange. Segundo, por ser o primeiro grande estudo produzido pelo BDMG, demandando um grande número de técnicos, servindo inclusive para fortalecê-los e terceiro pela repercussão que esse documento obteve,

⁵³DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁵⁴ Idem

que reforçou a ideia do empobrecimento relativo do estado e sua exploração por outras unidades da federação.⁵⁵

O objetivo do documento ficava bem claro no seu início em que se assinala ser importante conhecer a verdadeira realidade de Minas Gerais para que não fossem mais adotadas diretrizes baseadas na intuição. Era fundamental para o BDMG, como banco responsável pela promoção do desenvolvimento regional, conhecer a realidade na qual ele se inseria para poder traçar a estratégia correta⁵⁶. Porém, para Clélio Campolina Diniz, a proposta era mais ambiciosa. O Diagnóstico refletia a inquietação de um grupo de pessoas ligadas às ideias desenvolvimentistas que buscavam alternativas para superar o atraso econômico mineiro além de projetar a instituição que eles trabalhavam.⁵⁷

No momento anterior ao diagnóstico, vimos que o Governo Estadual deu grande atenção aos segmentos dos transportes e de energia, dois gargalos que eram necessários ser superados para o desenvolvimento mineiro. Entre os estudos feitos pelo Diagnóstico, encontramos sessões voltadas a esses dois segmentos. Para Godoy, o diagnóstico sobre o transporte pode ser resumido da seguinte forma: “é necessário alterar, por meio de rodovias, o padrão de integração da economia estabelecido pela malha ferroviária”.⁵⁸ Dessa forma, as ferrovias eram um modelo que, segundo o Diagnóstico, não deveria ser repetido, pois eram caras e instaladas de forma desordenada, funcionando como um obstáculo ao desenvolvimento econômico. Elas representavam, assim, um exemplo de infraestrutura estabelecida sem planejamento e não oferecia transporte eficiente.⁵⁹

Segundo o Diagnóstico, as ferrovias também eram responsáveis pela não integração das regiões do estado, dificultando a criação de um centro desenvolvido que irradiasse para o interior. Desse modo,

o estudo salienta a realidade em que o parque industrial montado nas proximidades de Belo Horizonte não se integrava às economias das demais regiões do estado, no sentido de favorecer as trocas comerciais. Essas regiões –em que predominavam unidades produtoras de insumos – se integravam verticalmente com a economia de outros estados. Este fato dificultava, por um lado, a constituição, na região central de

⁵⁵ GODOY, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais** / Marcelo Magalhães Godoy; Daniel Henrique Diniz Barbosa; Lidiany Silva Barbosa. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

⁵⁸ GODOY, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais** / Marcelo Magalhães Godoy; Daniel Henrique Diniz Barbosa; Lidiany Silva Barbosa. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.p. 21

⁵⁹ Idem

Minas, de um verdadeiro complexo – ou pólo – e, de outro, o desenvolvimento das outras regiões mineiras sob o influxo dos estímulos produzidos na primeira.⁶⁰

Assim, as ferrovias não dinamizaram as relações comerciais entre os centros industriais mineiros. Estes, atendidos pelas ferrovias, funcionavam como periferia de São Paulo e Rio de Janeiro. A consequência disso foi a transformação desses centros mineiros em unidades autônomas, sem relação com os centros vizinhos.⁶¹

A solução para esse dilema seria, então, as rodovias. Com a expansão da rede rodoviária o objetivo era mudar o padrão de integração entre as regiões mineiras. Assim, o Diagnóstico sugeriu um complexo esquema de interligação regional de Minas com as rodovias do sistema nacional. Dessa maneira, buscava-se fazer uma integração do mercado interno mineiro em novas bases e mudar o padrão de integração econômica de Minas com os outros estados. Nesse sentido, o ponto marcante do estudo, segundo Godoy, foi o potencial integrador que as rodovias possuem. Assim, apesar do esforço do Governo de JK de aumentar a malha rodoviária mineira, o Documento aponta que Minas ainda necessitava de mais investimentos nessa área⁶².

No que se refere à questão da energia elétrica, outro ponto importante para deslançar o desenvolvimento mineiro, o Diagnóstico aponta uma contradição na operação da CEMIG. Por ser uma empresa de capital misto, era preciso remunerar seus investidores, com o que a empresa passou a se preocupar em vender a energia elétrica que produzia para o mercado consumidor mais preparado para consumi-la. Dessa forma, boa parte da energia elétrica produzida pela CEMIG (47%) não era distribuída em Minas Gerais e, sim, para os estados vizinhos⁶³.

Para os autores do documento, portanto, a infra-estrutura elétrica em boa parte financiada pelo Estado, pensada como forma de equacionar um entrave ao desenvolvimento regional, estava mais era fomentando o desenvolvimento externo que propriamente cumprindo seu papel de agente propulsor da dinamização da economia de Minas.⁶⁴

Partindo dessa reflexão, o Diagnóstico reconhece os avanços obtidos no setor energético através do Plano de Eletrificação e também a importância da CEMIG nesse progresso. Porém,

⁶⁰ Idem. p.22

⁶¹ Idem

⁶² Idem

⁶³ Idem

⁶⁴ Idem. p.25

a conclusão do estudo foi de que não era a indústria que precedia a oferta de eletricidade, mas sim a oferta de eletricidade que precedia a indústria, além da baixa utilização *per capita* da eletricidade ter sido um fator que assinalou o subdesenvolvimento da economia do estado e da lenta urbanização regional. Nesse sentido, no que diz respeito à distribuição de energia elétrica, o Plano ainda não havia obtido êxito. Assim, o documento sugeria uma profunda mudança na política da empresa, garantindo ao mercado mineiro a mesma dinâmica encontrada para o fornecimento dos mercados dos estados vizinhos. Dessa maneira, a CEMIG não poderia esperar surgir um mercado consumidor forte em Minas para estabelecer o abastecimento, uma vez que seria a ação da estatal que implicaria na industrialização das regiões e ampliaria a demanda por energia elétrica.⁶⁵

Nesse sentido, o documento procurou captar uma visão histórica e comparativa, a verdadeira situação do estado de Minas Gerais. Ele concluiu que Mina estava em uma clara situação de subdesenvolvimento, cujos principais motivos seriam “o baixo grau de urbanização, a predominância de atividades agropecuárias, as grandes diferenças de produtividade, baixo nível de saúde e escolarização.”⁶⁶ Esse quadro se configurava na comparação com outras regiões do país, como São Paulo e Rio de Janeiro. A falta de uma rede de transporte, que interligasse as regiões do estado, e o fornecimento de energia elétrica para outros estados repercutindo negativamente no processo de industrialização de Minas são sintomas que reforçam o diagnóstico de uma economia doente e relativamente atrasada.⁶⁷

As explicações para esse atraso do Estado eram sustentadas por razões históricas, como o tipo de povoamento, a pecuária extensiva, a mineração predatória, a disseminação urbana e econômica e aspectos geográficos e físicos. Desse modo,

a falta de infraestrutura, a ideologia liberal assistencialista e a incapacidade empresarial dos mineiros, vis a vis com as condições paulistas e guanabaras, determinaram a concentração industrial naqueles polos. Para Minas, sobraram apenas alguns projetos “espetaculares”, sustentado no estado e no capital estrangeiro e localizados em função de recursos naturais porém vinculados aos polos dinâmicos.⁶⁸

⁶⁵ Idem

⁶⁶ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981..p. 156.

⁶⁷ GODOY, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais** / Marcelo Magalhães Godoy; Daniel Henrique Diniz Barbosa; Lidiany Silva Barbosa. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

⁶⁸ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.p. 157.

Assim, como destaca Diniz, o primeiro efeito prático desse estudo foi o fortalecimento da capacidade de negociação e reivindicação do Governo e das entidades empresárias junto ao Governo Federal. O outro foi a legitimação da ascensão política do contingente técnico (os economistas), no cenário político mineiro, superando as tradicionais “classes políticas”.⁶⁹ Apesar de toda importância do Diagnóstico no sentido de detectar “as doenças” da economia mineira, pouco se fez de concreto após seu lançamento. Faltou um grande projeto, baseado nas análises do Diagnóstico, para “curar o enfermo”.⁷⁰ No limite, ele integrava as perspectivas dos dois projetos que guiaram as percepções das elites mineiras sobre o desenvolvimento do estado, confiando na articulação inter-regional para estimular um desenvolvimento industrial de certa forma autônomo.

e) A década de 70 e o capital estrangeiro

Na década de 1970, a perspectiva de um desenvolvimento relativamente autônomo em Minas, destilado das páginas do Diagnóstico, de 1968, seria atropelada pela intensificação da presença do capital estrangeiro na economia brasileira e mineira. O Brasil oferecia grandes atrativos para o capital estrangeiro, como recursos naturais, e a grande população gerava considerável contingente de mão de obra e mercado consumidor. Com as condições internas favoráveis e o excesso de liquidez internacional, uma grande quantidade de capital estrangeiro entrou no Brasil, principalmente, após 1971.

No que se refere ao papel do capital estrangeiro, as entidades empresariais mineiras seguiram as resoluções dos principais congressos e conferências das classes produtoras, sendo favorável a sua entrada no país para investimentos diretos, mas fazendo ressalvas quando esse capital estrangeiro estivesse contribuindo para o declínio dos investimentos da indústria nacional. Também defendiam um tratamento igual entre os capitais nacional e o estrangeiro por parte do Estado⁷¹.

Nesse aspecto, é difícil identificar o destino do capital estrangeiro que entrou no Brasil. Porém, Clelio Compolina Diniz apresenta elementos para identificar a participação de Minas Gerais nos recursos que entram no País. No período de 1970-77, setenta e três empresas estrangeiras implantaram suas indústrias em Minas Gerais. Os investimentos giraram em torno de 1,25 bilhão de dólar. Levando em conta que no mesmo período a entrada

⁶⁹ Idem

⁷⁰ Idem

⁷¹ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

de investimento no país foi de 6,6 bilhões de dólares, com 75% destinado à indústria de transformação. Diniz conclui, assim, que a participação de Minas Gerais nessa entrada de recurso estrangeiro foi de 25% aproximadamente. A importância do capital estrangeiro fica evidenciada quando observamos que, em 1970, a participação mineira nessa entrada de recurso era de 7%.⁷² Do ponto de vista global, tomando o total de investimento decidido no período 1970-77, as empresas estrangeiras participaram com Cr\$ 14,2 bilhões, o que corresponde a 20% dos investimentos industriais decididos no período, tendo sido superior mesmo aos investimentos privados nacionais, que foram de apenas 16% do total.⁷³

Mesmo com todas as facilidades que já encontravam em Minas Gerais, o Governo estadual ofereceu subsídios e facilidades especiais a algumas empresas estrangeiras. O caso notório foi o da FIAT, que firmou um acordo com o Governo, em que este se comprometeria a conceder uma área de dois milhões de metros quadrados à execução gratuita de serviços, como terraplanagem, instalação de água, energia elétrica e telefone, a construção próxima à FIAT de um conjunto habitacional para funcionários, dentre outros. Com todas essas condições e facilidades, Minas Gerais se tornou um paraíso para as multinacionais.

Sendo assim, a década de 1970 foi de um crescimento bem significativo para a economia mineira. Entre 1970 a 1977, o crescimento médio ficou nas taxas de 16,4% contra 6,9% da década anterior. Merece destaque, nesse período, o crescimento da indústria de construção civil que atingiu taxas de crescimento de 22,7% contra 7,3% da década de 1960. Enquanto o setor siderúrgico, notoriamente a vocação industrial do estado, foi beneficiado pela instalação da indústria automobilística e pelos gastos públicos com infraestrutura. O chamado setor de bens de capital e duráveis de consumo teve taxa de crescimento de 10% ao ano na década de 1960, elevando-se a 25,5% no período de 1970/77⁷⁴.

Dessa forma, Minas teve uns dos maiores ganhos relativos ao crescimento do PIB entre 1970 e 1980. O estado aumentou sua participação no PIB nacional enquanto os estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, viram suas participações declinarem,⁷⁵ conforme a tabela abaixo ilustra:

⁷² DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981

⁷³ Idem.

⁷⁴ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981

⁷⁵ SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

Tabela 1-Participação Relativa das Unidades da Federação no PIB do Brasil a preços de mercado (%)

Unidades da Federação	1970	1980
Minas Gerais	8,34	9,44
São Paulo	39,36	37,66
Rio de Janeiro	16,07	13,55
Paraná	5,53	5,94
Rio Grande do sul	8,73	8,07
Brasil	100	100

Fonte: SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

Com base nessas informações, Clélio Campolina Diniz levanta algumas questões a serem analisadas sobre esse crescimento na economia mineira. A primeira é a relação entre o crescimento mineiro e o nacional. No caso mineiro, devido ao crescimento da indústria de bens intermediários, a participação industrial mineira na produção nacional desse setor teve uma modesta ampliação. Essa maior participação na produção nacional de Minas Gerais elevou os valores de investimentos recebidos pelo estado. Para o período de 1971/79, foram liberados Cr\$176 bilhões em investimentos para o Brasil. Desse montante, Cr\$44 bilhões foram para o Estado de Minas Gerais. Assim, Minas participou com 25% dos investimentos industriais aprovados.⁷⁶

A segunda questão levantada por Diniz é a relação desse crescimento industrial com o emprego na região mineira e, conseqüentemente, com a produtividade. O autor afirma que, apesar desses resultados no crescimento industrial mineiro, os efeitos sobre o emprego não seguiram o mesmo ritmo. Isso seria associado à própria natureza do crescimento industrial, que não é um grande gerador de emprego. No período de 1959/74, o valor da transformação industrial – VTI - cresceu 8,8%, ao ano, enquanto a ocupação apenas 1,3%, ao ano, e a produtividade 7,3%, ao ano.

Todavia, a participação relativa da indústria na ocupação total do setor industrial caiu de 60,5%, em 1959, para 46,6%, em 1974. As indústrias que tiveram menor crescimento da produtividade e a maior taxa de ocupação foram as produtoras de bens de capital e duráveis de consumo. Isso porque, apesar de serem setores modernos, a maioria dos projetos eram novos, o que gerava maior demanda inicial de trabalhadores.⁷⁷

⁷⁶ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981

⁷⁷ Idem.

Na análise de Diniz, ainda, observada a relação da produtividade com o salário médio, percebe-se que os ganhos com a produtividade foram apropriados pelo capital. Assim,

em Minas Gerais, enquanto a produtividade cresceu de 239% no período 1959/70, o salário médio cresceu 193%, o que confirma nossa afirmação. Entre 1970 e 1974 a produtividade aumentou 164% e os salários médios 116%. O resultado foi que a participação dos salários do pessoal ligado à produção na apropriação do produto industrial caiu de 20,5% em 1959 para 16,6% em 1970 e 11,7% em 1974, enquanto que para o Brasil e São Paulo manteve-se maior estabilidade.⁷⁸

Devido à grande elevação da taxa de crescimento apresentada no início da década de 1970 e ao grande fluxo de empresas estrangeiras que escolheram Minas para instalarem suas fábricas, as elites mineiras e a tecnocracia teriam entrado num clima de euforia. A partir de 1975, contudo, o quadro começa a se alterar. Segundo Diniz, dois fatores explicam essa mudança. O primeiro decorre da crise internacional causada pela elevação do preço do petróleo que acabou influenciando nas decisões das multinacionais de fazerem novos investimentos no exterior. O outro seria a perda da capacidade de reivindicação que Minas Gerais tinha com o Governo Federal. A justificativa usada pelos mineiros de que estavam sendo prejudicados dentro do contexto nacional, contudo, não se sustentava, já que o volume de investimentos aprovados para Minas, e grande parte deles por estatais federais, aumentou muito, além do grande número de investimentos oriundos do capital estrangeiro.⁷⁹

f) Década de 80 e 90

O desempenho da economia mineira nos anos de 1980 não ficou isento das transformações drásticas ocorridas na economia nacional em resposta ao choque externo e ao esgotamento do processo de substituição de importação. Os anos de 1980 foram anos de mudanças em direção ao livre mercado e ao neoliberalismo, tanto para o Brasil como para Minas Gerais. Nesse momento, o Estado se viu mergulhado na sua maior crise e teve sua capacidade de coordenação se esvaír. Ele se tornou crescentemente incapaz de liderar a estratégia de crescimento industrial. As intervenções estatais foram comprometidas pela

⁷⁸ Idem.p.232.

⁷⁹ Idem.

escassez de recursos e pela falta de continuidade nas políticas públicas e no planejamento estratégico.⁸⁰

Após a recessão de 1981/83 a estratégia do Governo Federal se baseou no modelo de expansão das exportações tendo como instrumento central a política de mini- desvalorização. Apesar de tal estratégia ter dado resultado com a geração de superávits comerciais, os benefícios esperados, como estímulo aos investimentos, retomada do crescimento econômico, geração de externalidades tecnológica e maior eficiência econômica, não se concretizaram. Em Minas Gérias, contudo, embora a queda nos investimentos e descontinuidade do crescimento do PIB em relação aos anos 1970, o estado se beneficiou das alterações na estratégia econômica adotada pelo País participando da opção de estimular o drive exportador.⁸¹

Essa estratégia beneficiou setores tecnologicamente menos dinâmicos. Assim os setores processadores de recursos naturais ou de produtores de commodities se beneficiaram nesse período. Com isso, apesar da crise econômica dos anos 1980, Minas Gerais conseguiu crescer acima da média brasileira, resultado obtido pela participação no drive exportador⁸². Segue uma tabela que descreve a taxa de crescimento:

Tabela 2- Produto Interno Bruto a preços constantes de 2001 e Taxa de Crescimento Médio Anual - 1980-1990 Brasil e Unidades Da Federação selecionadas

Unidades da Federação	Taxa de crescimento em média anual (%)
Minas Gerais	2,40
São Paulo	2,39
Rio de Janeiro	0,16
Paraná	3,54
Rio Grande do Sul	2,81
Brasil	2,16

Fonte: SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

Contudo, o desempenho da economia mineira não foi capaz de promover a realização de novos investimentos. Os níveis de investimento permaneceram baixos por toda a década de

⁸⁰SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

⁸¹Idem.

⁸² Idem

1980. A indústria de transformação, por exemplo, sofreu queda de 81,5% nos anos 1980. Apenas a indústria extrativa mineral apresentou crescimento positivo de 29% aproveitando as políticas de incentivo da exportação.⁸³

Para atenuar os efeitos da crise, um esforço muito grande por parte de setores industriais mineiros foi observado para aumentar as exportações e ocupar espaços nos mercados internacionais. De fato, a economia mineira se apoiou na expansão das exportações, uma vez que os produtos industriais subiram de 13%, em 1980, para 23%, em 1986. Por outro lado, os setores voltados para o mercado interno sofreram pesadas perdas. Um exemplo foi o setor de bens de capital que atingiu um grau de ociosidade de 50% da capacidade instalada e não se verificou nenhum investimento grande durante a década.⁸⁴

Outro setor que sofreu com a crise dos anos 1980 foi o agropecuário. O problema enfrentado pelo setor em Minas Gerais está relacionado, segundo Santos, ao refluxo dos recursos destinados ao crédito rural, na paralisação dos programas governamentais de apoio ao setor, nas políticas de preços agrícolas desfavoráveis e na limitada expansão da agroindustrialização.⁸⁵

Apenas os setores agrícolas voltados para exportação tiveram um desempenho satisfatório. Ao analisar de forma separada as atividades agrícola e pecuária, Fabiana Santos apresenta o setor agrícola exportador com maior dinamismo. Cultivos de cana-de-açúcar, soja e café se destacaram justamente por ter sua produção voltada para o mercado externo. Minas se consolidou como o maior produtor de café do país nos primeiros cinco anos da década de 1980, com crescimento da produção de 20% ao ano.⁸⁶

No caso da pecuária, a autora afirma que Minas Gerais continuou tendo o maior rebanho bovino do país e a maior produção de leite, porém o rebanho estagnou e a produção entrou em declínio. O motivo seria, segundo a autora, a falta de programas governamentais de apoio à pecuária. Assim, o crescimento assimétrico do setor agropecuário acarretou em seu fraco desempenho global.⁸⁷ A seguir, a tabela mostra a participação dos estados no produto agropecuário:

⁸³ Idem.

⁸⁴ Idem.

⁸⁵ Idem

⁸⁶ Idem.

⁸⁷ Idem.

Tabela 3-Participação Relativa dos estados selecionados no produto agropecuário brasileiro a custo de fatores (a preços correntes)

Unidades da Federação	1980 (A)	1990 (B)	Ganhos/Perdas (B/A)
Minas Gerais	16,35	12,48	0,76
São Paulo	14,25	20,25	1,42
Rio de Janeiro	1,98	1,49	0,75
Paraná	11,68	8,97	0,77
Rio Grande do Sul	12,56	11,72	0,93
Brasil	100	100	100

Fonte: SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

Partindo desta tabela, a economia mundial passou por grandes transformações na década de 1990. Essas mudanças permitiram que a economia de livre mercado se fortalecesse, e, nesse processo, os incentivos e a regulação da economia perderam espaço. No Brasil, essas transformações se refletiram no modelo de desenvolvimento econômico. Assim, faziam partes da estratégia, a liberalização econômica e financeira, privatizações e desregulamentação do mercado. Nesse novo cenário construído, surge uma disputa pelos capitais estrangeiros e nacionais, acarretando em uma verdadeira guerra fiscal entre os Estados.⁸⁸

Tal guerra fiscal disputada pelos estados apresentou características dúbias. Por um lado, verificou-se um movimento de desconcentração da indústria, que procurava áreas com menores salários e incentivos fiscais. Por outro, também se verificava um movimento de reconcentração das atividades tecnologicamente mais modernas. Dessa forma, uma série de fatores propiciaram a atração de investimentos em setores mais tecnológicos, como a presença de serviços modernos de apoio à atividade industrial, de sistema acadêmico-universitário e de instituições de pesquisas; de uma rede de fornecedores desenvolvida; e relações interindustriais articuladas geograficamente. Assim, a área, que vai da região metropolitana de Belo Horizonte até a de Porte Alegre, destacou-se na atração de novos investimentos.⁸⁹

Com base nesses aspectos, conforme Otavio Dulci, o adiamento da reforma tributária só fez aumentar as disputas e as rivalidades entre os estados. Dulci também identifica dois comportamentos diferentes entre os governantes mineiros em relação às disputas federativas: Helio Garcia (PRS 1991 – 1995) e Eduardo Azeredo (PSDB – 1995 – 1999) serem parceiros do Governo Federal, tendo uma posição de figurante e não de protagonista. Enquanto Itamar

⁸⁸ Idem

⁸⁹ Idem

Franco (PMDB – 1999 – 2003) buscou outra linha de relacionamento com Brasília. Ele preferiu o confronto, anunciando até mesmo a moratória da dívida de Minas com a União, fato que, segundo Dulci, não causou efeito no ponto de vista financeiro, mas serviu como um importante fato político.⁹⁰

É importante destacar que Minas Gerais foi o estado que mais se beneficiou de um fato que ocorreu no período da década de 1990, a desconcentração industrial de São Paulo. O estado foi favorecido na realocação de ramos industriais tradicionais, como também no surgimento de novas localidades complementares à indústria paulista, principalmente na região Sul e Triângulo Mineiro⁹¹. Assim,

o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas, por sua vez possuem especificações decorrentes tanto de vantagens locacionais weberianas, especialmente pela forte base agrícola, como pelo efeito líquido de transbordamento do polo industrial paulista. Isso propicia uma estrutura industrial diversificada, pois essas áreas acabam se tornando plataformas de produção, enquanto o centro decisório e de P&D continua em São Paulo.⁹²

Diante disso, a indústria manufatureira mineira passou por uma reorganização na década de 1990. Para Fabiana Santos, ocorreu, ao longo da década, uma relativa estagnação do adensamento das cadeias do complexo metal mecânico, com exceção da cadeia automobilística. Para a autora, os motivos pareciam estar nos demais elos do complexo e o notório desenvolvimento restrito da indústria de bens de capital.

A mecânica mineira era altamente especializada nos segmentos de menor conteúdo tecnológico. Isso indica, de acordo com Santos, a fragilidade da estrutura industrial mineira, já que a mecânica é um segmento importante na interação inter-setorial no complexo metal mecânico. Além disso, a autora destaca a ausência quase completa em Minas Gerais do segmento de máquinas-ferramentas, significando que a indústria mineira não tem capacidade endógena para gerar progresso tecnológico, comprometendo a criação de um sistema estadual de inovação. Uma consequência disso foi a posição de desvantagem em relação a outros estados em setores estratégicos e dinâmicos, como química e eletrônicos.⁹³

⁹⁰DULCI, O. S. **Política e Economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90**. IX Seminário sobre a Economia Mineira. 2000.

⁹¹SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

⁹² Idem. p. 49.

⁹³ Idem

Alguns setores da economia mineira tiveram um desempenho muito decepcionante na década de 1990. O setor agropecuário foi um desses que se destacou negativamente. Partindo disso, segue uma tabela que salienta tal desempenho:

Tabela 4-Participação Relativa dos estados selecionados no valor adicionado bruto da agropecuária brasileira a preços básicos (Correntes) (%)

Unidade da Federação	1990	1994	1999
Minas Gerais	12,48	14,12	11,35
Rio de Janeiro	1,49	1,01	1,17
São Paulo	20,25	19,88	20,79
Paraná	8,97	9,41	11,47
Rio Grande do Sul	11,72	12,62	13,23
Brasil	100	100	100

Fonte: SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

Conforme a análise, para Fabiana Santos, umas das causas desse resultado parece ter sido a dependência do estado em relação às indústrias do café e laticínios. O setor cafeeiro mineiro entrou em crise por conta da entrada de outros países na concorrência internacional e pela dificuldade de incorporar os demais elos da cadeia produtiva. Assim, o setor ficou vulnerável às oscilações dos preços no mercado internacional.

A pecuária leiteira de Minas Gerais também foi outro setor que passou por profundas mudanças na década de 1990 e se destacou de forma negativa. Os motivos apontados por Santos foram a desregulamentação do mercado, o fim do controle estatal dos preços, abertura da economia e a grande interação com o MERCOSUL – ocasionando grande entrada de leite importado no mercado brasileiro.⁹⁴

1.3 BREVE DISCUSSÃO SOBRE TECNOCRACIA

Nas análises sobre o desenvolvimento industrial mineiro após 1930, aparece com grande destaque a noção de “tecnocracia mineira”, desenvolvida por Clélio Campolina Diniz

⁹⁴Idem

e Aureliano Gama de Andrade⁹⁵. Após o Estado Novo, as elites políticas representadas pelos coronéis e bacharéis começaram a sair de cena e uma nova elite governamental ganhou importância, formada por sujeitos com formação técnica, principalmente engenheiros graduados na Escola de Minas de Ouro Preto.⁹⁶

De acordo com Dulci, a Escola de Minas representou desde sua fundação um polo de projetos modernizantes baseado na ciência e na técnica, direcionado à relação urbano-industrial. Até meados do século XX, o cenário era dominado por engenheiros, apesar de estes figurarem de modo difuso, pois, em Minas, só a partir da década 1930 que a profissão se organizou com a criação da Sociedade Mineira dos Engenheiros. No Brasil, só em 1933 regulamentou a profissão estabelecendo o sistema de Conselhos Regionais (CREAs) coordenado pelo Conselho Federal (CONFEA).

No início do século XX, foram fundadas outras escolas de engenharia em Minas Gerais como em Belo Horizonte 1911 e Juiz de Fora 1913. Suas inspirações eram as mesmas, criar condições para o crescimento econômico por meio da formação de quadros técnicos. Somente na segunda metade do século XX é que os economistas também ganharam força no Brasil.⁹⁷

Para Clélio Campolina Diniz, a tecnocracia mineira “leva para dentro do Estado uma ideologia desenvolvimentista e moderna para os padrões da época, sempre levantando a bandeira da industrialização como saída para o atraso econômico mineiro.”⁹⁸ Assim, de acordo com o autor, essa tecnocracia antecipou até mesmo os próprios industriais que não estavam sendo capazes de enfrentar sozinho esse atraso, surgindo um pensamento de que caberia, então, ao setor público essa tarefa, a partir da segunda metade dos anos de 1950, quando a presença do Estado e do capital estrangeiro define o “perfil da industrialização mineira”.⁹⁹

Assim, tanto para Clelio Campolina Diniz como para Aureliano Gama de Andrade, a tecnocracia representou a principal força social no processo de industrialização mineira. Porém, há uma diferença de interpretação entre os dois autores no que tange ao momento em

⁹⁵ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

⁹⁶ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981

⁹⁷ DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

⁹⁸ DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981

⁹⁹ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

que essa tecnocracia ocupa o aparelho do estado. Para Andrade, foi com da criação da CEMIG que essa tecnocracia surgiu com força no cenário mineiro. Num segundo momento, ela se fortalece, com a criação do BDMG, no início dos anos 1960, quando economistas assumiram o Banco e promoveram mudanças que garantiam um aparato institucional para o desenvolvimento industrial. Para Diniz, a tecnocracia se afirmou em 1933 com a ascensão de Israel Pinheiro à Secretaria de Agricultura. O segundo momento foi com a criação da CEMIG e o terceiro com o BDMG.¹⁰⁰

Em Minas Gerais, devido à dispersão da produção industrial, seria natural perceber o peso mais significativo do papel do Estado no desenvolvimento mineiro. Esse papel não foi estranho para as elites mineiras, que, inclusive, reivindicaram-no através das entidades empresariais. Assim, para Ignacio Godinho Delgado, o que importa é entender a relação da tecnocracia mineira com o empresariado do Estado e a própria validade da noção de tecnocracia.¹⁰¹

Dessa forma, de acordo com Delgado, na relação da tecnocracia mineira com o empresariado, é importante destacar o caráter polivalente das elites mineiras. Encontramos essa noção de polivalência das elites no trabalho de Otavio Dulci que destaca como alguns membros participavam das esferas políticas/técnicas/empresariais. Assim, essa elite tinha circulação na esfera pública e também na esfera do interesse privado.¹⁰²

Para Delgado, há uma inconsistência teórica na noção de tecnocracia, uma vez que, com o aumento do processo de desenvolvimento tecnológico, as alterações nas estruturas das empresas capitalistas e da sua relação com ambiente, a demanda por pessoal técnica para atuar nesse novo cenário aumenta. Isso acontece dentro das empresas privadas, mas também no Estado. O problema, segundo Delgado, “aparece quando se toma a gestão crescentemente secularizada, e informada tecnicamente, como gestão tecnocrática.”¹⁰³ Esta exigiria que o poder dos técnicos, ou seja, o saber, fosse capaz de determinar os interesses em disputa ou, ainda, que estaria no saber o poder que os tecnólogos exerce quando têm funções em empresas ou aparelhos estatais.¹⁰⁴

Delgado observa, ainda, que a produção capitalista dificulta a constituição de um interesse comum substantivo dos capitalistas dada a concorrência no mercado. Os interesses

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

¹⁰³ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

¹⁰⁴ Idem

do corpo técnico-científico, por seu turno, dissolvem-se quando são colocados em vários lugares da produção ou do estado. Assim,

desempenham papéis e defendem interesses vinculados ao lugar que passam a ocupar na esfera da produção, ou então, como *tecnoburcratas*, isto é, seu poder passa a dispor de um fundamento que é estranho à problemática do saber: radica-se na empresa ou na função burocrática que exercem.¹⁰⁵

Não obstante às controvérsias conceituais, o contingente técnico, que ascende no estado de Minas, apoiava-se na possibilidade do aproveitamento econômico dos recursos minerais e na expansão da siderurgia, além das oportunidades, que começaram a surgir com o crescimento industrial do País na década de 1930, afinadas com a perspectiva do empresariado estadual.

Nesse sentido, teria sido objetivo de tal contingente afinado com os dirigentes do Estado e o empresariado, resolver problemas estruturais do estado como as comunicações através de novas rodovias, executando um plano rodoviário ligando várias regiões a Belo Horizonte, transformando a capital de vez em um centro econômico polarizador, em meio a um projeto compartilhado por diversos atores, visto como essencial à ampliação das oportunidades.¹⁰⁶ A partir disso, dada a prevalência do Estado na condução do desenvolvimento mineiro, os grupos técnicos cresceram de importância. Para Dulci, a década de 1980 seria marcada por seu enfraquecimento, iniciado pelo governador Newton Cardoso (1987-90).¹⁰⁷

A elite tradicional também teve seu poder fragilizado com a expansão da estrutura capitalista que cada vez mais entrava no meio político. Nas áreas menos desenvolvidas, o antigo sistema baseado no coronelismo ainda existia. Porém, nos grandes centros, cada vez mais, a classe empresarial ganhava força, favorecendo a formação de uma nova elite política. Dulci assinala ainda que não é novidade líderes empresariais ocuparem funções parlamentares no governo. Porém, nos anos 1980, houve, cada vez mais, a incorporação de empresários nas arenas políticas. A Assembleia Nacional Constituinte foi um exemplo disso, entretanto essa tendência não foi apenas nessa ocasião. Nas eleições de 1990, foram eleitos vinte e quatro

¹⁰⁵ Idem. p.70.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ DULCI, O. S. **Política e Economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90**. IX Seminário sobre a Economia Mineira. 2000

deputados empresários ligados a diversos ramos da economia, ocupando 45% das cadeiras na Assembleia Mineira.¹⁰⁸

Com base no exposto, vimos que dois grandes projetos nortearam o processo de industrialização de Minas Gérias. Num primeiro momento, pensou-se em desenvolver uma economia altamente diferenciada tendo como base o setor agropecuário. No segundo momento, ganhou força uma proposta de especialização produtiva, concentrando esforços na expansão da indústria, mais especificamente o setor siderúrgico e de bens intermediários. Assim, a concentração industrial no centro do estado – baseado na siderurgia – tornaria Minas um polo que se irradiaria para as diversas regiões do estado.

É importante destacar que o processo de desenvolvimento industrial de Minas Gerais foi marcado por uma forte interferência do poder do Estado. O empresariado mineiro sempre teve no governo do estado o grande aliado para desenvolvimento da indústria, tanto com a efetiva participação e elaboração de projetos como concedendo créditos e subsídios.

Como demonstrado, a participação do Estado se deu desde organização de eventos, como o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial, em 1903, e também como principal promotor dos projetos de desenvolvimento. Um marco importante da ação governamental para implantar o desenvolvimento econômico de Minas foi o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção de 1947. O Plano criado no Governo de Milton Campos procurou sintetizar os dois projetos de desenvolvimento concebendo a modernização regional, social e econômica, envolvendo indústria e agricultura.

Com a eleição de Juscelino Kubitschek, a atenção do novo governo se voltou para impulsionar o desenvolvimento industrial através do aprimoramento da infraestrutura. Foi evitado um planejamento mais global em detrimento de programas mais específicos. Nesse ponto, podemos destacar o binômio “energia e transporte”. Dois pontos de estrangulamento necessário para superar. Nessa fase, o desenvolvimento significava industrialização e estava estritamente ligado ao espaço urbano.

O capital estrangeiro esteve presente na econômica mineira desde as primeiras décadas do século XX, mas, na década de 1970, ele teve destaque. Foi um período também que a economia do estado teve crescimento significativo. Multinacionais, como a FIAT, escolheram Minas Gérias para se instalarem. Nesse momento, a atuação do Estado se direcionou em garantir facilidades e condições favoráveis, como subsídios, serviços e isenções fiscais, para as empresas estrangeiras se instalarem em território mineiro.

¹⁰⁸Idem

A partir da década de 1980, as ideias neoliberais ganharam força no Brasil e passaram a ocorrer mudanças na direção da livre iniciativa e da não intervenção do Estado na economia. Foi um momento também de grande crise econômica e instabilidade inflacionária. O Estado, então, passou a direcionar seu foco na estabilização econômica e as políticas industriais perderam espaço dentro dos governos. Porém, o Estado é chamado pelos empresários para ter uma atuação mais eficiente na guerra fiscal disputada entre as federações na década de 1990.

2 EMPRESARIADO NACIONAL E MINEIRO

O objetivo deste capítulo é mostrar a atuação do empresariado como ator político durante o processo de industrialização brasileiro e mineiro. A princípio, passaremos por um rápido balanço da literatura sobre a atuação do empresariado. Em seguida, um breve apanhado da trajetória do empresário como ator político no processo de desenvolvimento industrial. Por fim, fechamos com o balanço da atuação do empresário mineiro, também como ator político, nesse processo.

2.1 BALANÇO DA LITERATURA SOBRE EMPRESARIADO

No artigo intitulado “O Empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa”, Wagner Pralon Mancuso identifica cinco “ondas” de trabalhos sobre a ação empresarial que giram em torno de um eixo fundamental, a identificação de seu caráter “forte” ou “fraco”.

A primeira “onda”, destacada por Mancuso, é datada na década de 1950 e metade de 1960. São trabalhos de Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos e Nelson Werneck Sodré ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), os quais afirmam que o empresariado nacional de grande porte tinha condições suficientes para liderar uma aliança com os trabalhadores organizados urbanos contra os latifúndios no plano interno e contra o imperialismo no plano externo.¹⁰⁹

A segunda “onda”, datada na década de 1960 e 1970, é representada por Fernando Henrique Cardoso, Celso Furtado e Caio Prado Júnior que assinalavam a aliança proposta pelos isebianos inviável, porque a burguesia industrial brasileira era fraca, não desejava o proletariado como parceiro político, não se opunha aos latifúndios e nem ao imperialismo. Na verdade, contentava-se em ser a sócia menor da aliança tríplice que contava também com o Estado e o capital internacional.¹¹⁰ Como observou Ignacio Delgado, os estudos de Luciano Martins apontavam para a mesma direção. Para Martins, os empresários industriais se revelaram um ator incapaz de apresentar um projeto definido para sociedade brasileira. Dessa forma, o Estado se tornou o ator e o promotor do processo de industrialização.¹¹¹

¹⁰⁹ MANCUSO, Wagner Pralon. **O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa**. Revista de Sociologia e Política, nº. 28, Curitiba. Jun 2007.

¹¹⁰ Idem

¹¹¹ DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

A terceira “onda” de trabalhos, datada no final da década de 1970 até metade da década 1990, é uma síntese/superação das duas formulações antinômicas assinaladas. Estudos de Eli Diniz, Renato Boschi, Maria Antonieta Leopoldi, Sebastião Velasco e Cruz, entre outros, sustentavam que, apesar dos limites estruturais, a burguesia brasileira e os industriais realizaram uma atuação política intensa e, muitas vezes, bem sucedida. Assim, o setor empresarial teria usado com eficácia os diversos canais de relacionamento com o governo, como os órgãos de classes e os contatos diretos. Soube, também, valer-se do sistema híbrido de representação inaugurado no Brasil com a criação do corporativismo. Nesse sistema, além das entidades oficiais ligadas ao sistema corporativista (CNI, federações estaduais e sindicatos), sobressaem as entidades paralelas, cujos empresários se agrupavam a partir, principalmente, de clivagens setoriais, a exemplo da ABIMAQ e ANFAVEA.

Dessa forma, o empresariado dispunha tanto de representação em entidades ligadas ao Estado, que lhe permitia acesso aos fóruns de intermediação nele estabelecidos, quanto de espaços de atuação independentes, o que lhe conferia grande margem de manobra para atuar em diversas frentes. A criação de outras entidades paralelas na década de 1980 e 90, como os Institutos Liberais, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) e o Instituto de Estudo para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) foram também resultados da capacidade de adaptação e de inovação demonstrada pelos industriais (DINIZ & BOSCHI, 1979; 1993; 1997, DINIZ 1992, apud Mancuso 2007, p.134).¹¹²

Uma quarta onda traz, de novo, a ideia da fraqueza empresarial brasileira, segundo Mancuso. Esses trabalhos foram feitos basicamente por brasilinistas, como Schneider, Doctor e Power, os quais tentam mostrar que o empresariado brasileiro tem dificuldade crônica de constituir e manter ações coletivas em torno de propostas unificadoras. Essa deficiência de ação coletiva seria a principal causa da fraqueza política do empresariado, pois o incapacitava de exercer papel de liderança.¹¹³ A raiz de tal debilidade residiria na própria ordem corporativa, que enseja o predomínio de pequenos sindicatos nas organizações estaduais e de

¹¹²DINIZ, E. & BOSCHI, R. **Autonomia e dependência na representação dos interesses industriais.** *Dados*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 25-48.1979.

Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 23, 101-119.1993.

O Legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos *lobbies* empresariais. Digit.1997

¹¹³ MANCUSO, Wagner Pralon. **O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa.** *Revista de Sociologia e Política*, nº. 28, Curitiba. Jun 2007.

federações de estados menos representativos na CNI, por força do princípio do voto unitário no sistema corporativo brasileiro.¹¹⁴

Dessa forma, a liderança das entidades nacionais recai sobre os empresários de pequeno porte que atuam em setores econômicos de pouca importância e de origem de estados pouco desenvolvidos. Para esses pesquisadores, isso causa um sério dano à representatividade que esse líder da entidade nacional tem perante os principais setores econômicos do Brasil. Os grandes empresários não se veem representados por essa liderança, com isso a credibilidade, a importância e a eficácia dessa entidade, como organizadora da ação coletiva, ficam comprometidas.

Partindo dessa reflexão, a tese da fraqueza do empresariado decorrente da estrutura corporativa pode ser ilustrada no estudo de Mahrukh Doctor, que analisa o processo de reforma portuária no Brasil em 1993. Para a autora, o corporativismo traz desunião e apatia entre as federações que teriam dificuldade de se concentrarem em posições comuns, além de os conflitos serem normais entre os membros associados à diretoria. Além disso, as Federações de estados diferentes entram em conflito, o que deixa a situação ainda mais complicada. Assim, a desunião, causada pela legislação corporativista, seria o calcanhar de Aquiles para a ação coletiva do empresariado brasileiro.¹¹⁵

Uma quinta onda de análises sobre o empresariado põe em questão os postulados da abordagem anterior. O próprio Mancuso seria um representante de tal revisão, salientando que, na década de 1990, o empresariado brasileiro empenhou-se em iniciativas de organização e mobilização expressivas em torno de processos de natureza econômica e política.

No que se refere ao processo de natureza econômica, Mancuso destaca a liberalização da economia que envolveu dois movimentos: de abertura “para dentro” e de “abertura para fora”. O primeiro acarretou uma enorme concorrência das empresas brasileiras face aos produtos importados que foram favorecidos pela quebra de barreiras alfandegárias e a sobrevalorização do real. A “abertura “para fora”, por outro lado, envolveu o esforço de se conseguir novos mercados no exterior, acarretando grande envolvimento do Brasil em

¹¹⁴ Embora não se alinhe com tal perspectiva, Ignacio Delgado, num estudo de 1987, publicado dez anos depois, já havia indicado o déficit de representação que este sistema acarreta, valendo-se da expressão *peleguismo dourado* para designar os líderes de entidades que ascendem em sua estrutura sem elos com setores importantes economicamente, tendendo a valorizar mais o cultivo de boas relações com os governantes que a representação efetiva do empresariado. Em seu estudo sobre Minas Gerais, destaca Lidio Lunardi como um exemplo típico do peleguismo dourado. Lunardi, do sindicato de “mármore e granitos”, ascendeu à FIEMG em 1956, com apoio de Juscelino Kubtschek, derrotando o representante do setor siderúrgico. DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

¹¹⁵ DOCTOR, Mahrukh. **Business and Delays in Port Reform in Brazil**. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 22, nº 2 (86), April-June/2002

negociações internacionais, como, por exemplo, as negociações para criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).¹¹⁶

Para enfrentar a concorrência externa, os empresários vão se mobilizar em torno da ideia do “Custo Brasil”, usada para descrever um conjunto de dificuldades estruturais que encarecia o investimento no Brasil, dificultando o desenvolvimento econômico brasileiro e a competição com empresas estrangeiras. Dessa forma, a redução do “Custo Brasil” passou a ser uma bandeira que os empresários defendiam constantemente, durante os anos 90, envolvendo-se em ações pela reforma tributária, previdenciária, administrativa e trabalhista.

No plano externo, os empresários criaram a Coalizão Empresarial Brasileira (CEB), que era uma entidade multissetorial com o objetivo de participar de processos de negociações internacionais, como no caso da ALCA. Mancuso alerta que essa mobilização e organização do empresariado brasileiro não devem ser interpretadas apenas como um desdobramento espontâneo do processo de natureza econômica, já que é preciso destacar a ação política internacional que permitiu avanços em termos de organização e mobilização.¹¹⁷

Mancuso e os outros pesquisadores mostram que a CNI, ainda que uma entidade corporativa, teve papel central de liderança política, tanto no movimento, para reduzir o “Custo Brasil”, como na criação da CEB. A mesma CNI que os autores da quarta “onda” tentam mostrar que não tem representatividade suficiente perante os outros empresários, principalmente os de setores econômicos mais fortes por causa da legislação corporativista.

Porém, como não houve mudança na legislação corporativista, Mancuso aponta a mudança no contexto. A exposição das empresas nacionais aos produtos estrangeiros foi fator indutor da mobilização empresarial em favor da redução do “Custo Brasil”.¹¹⁸ Mancuso destaca, também, a ação parlamentar da CNI, que cria uma unidade para acompanhamento de assuntos legislativos (COAL), acentuando a eficácia de sua ação e os elos com o setor que representa. Ignacio Delgado, por seu turno, destacou a criação do *Fórum Nacional da Indústria*, dentro da CNI, agrupando as entidades paralelas como um esforço de superar os limites do formato corporativo, adensando a representação da entidade.¹¹⁹

¹¹⁶ MANCUSO, Wagner Pralon. **O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa**. Revista de Sociologia e Política, nº. 28, Curitiba. Jun 2007.

¹¹⁷ Idem

¹¹⁸ Idem

¹¹⁹ DELGADO, I. (2005) “**Empresariado e política industrial no governo Lula**”. In: PAULA, João Antônio (Org.). *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica.

2.2 BREVE TRAJETÓRIA DA ATUAÇÃO DO EMPRESARIADO COMO ATOR POLÍTICO

a) Corporativismo estatal

O empresariado começou a ganhar forma como ator político, a partir dos anos de 1930, com as medidas tomadas por Getúlio Vargas para estimular a produção industrial brasileira em resposta à crise de 1929. Para Eli Diniz, os estudos que se dedicaram a estudar o início do processo de industrialização no Brasil enfatizaram o papel forte do Estado que era controlado por uma elite burocrático-militar no qual a burguesia desempenhou um papel de dependência e subordinação. Nesses estudos, a burguesia brasileira era apresentada como uma classe que não era capaz de assumir a liderança do processo de industrialização, deixando as decisões estratégicas da expansão do capitalismo industrial nas mãos da elite burocrática, civil e militar que assumiram o controle do Estado após a Revolução de 1930.¹²⁰

Porém, ainda, segundo Eli Diniz, mesmo que a burguesia não detivesse a hegemonia no processo de instauração de um projeto modernizante e industrial no Brasil, ela foi um ator estratégico nas alianças que consolidou o novo regime instaurado após 1930. A burguesia, conforme Diniz, teve um papel importante no processo de implantação do projeto econômico voltado para a industrialização, como também na conscientização do esgotamento do modelo agroexportador.¹²¹

Desde o final da década de 1920, a preocupação das elites industriais estava em combater os valores anti-industrialistas que dominavam o Brasil. Assim, lideranças empresariais, Simonsen, por exemplo, criaram argumentações para justificar a industrialização como a melhor alternativa para enfrentar as mudanças econômicas que estavam em curso. Nesse sentido, o fortalecimento econômico brasileiro só poderia se realizar se fosse centrado na industrialização.¹²²

Outro ponto que Eli Diniz chama a atenção sobre esse discurso industrializante das elites empresariais é que os valores industrialistas crescem paralelamente com a propagação dos princípios nacionalistas, gerando certa associação entre eles. Dessa forma, engrossavam o coro pró-industrialização ideias que defendem como um elemento fundamental para o

¹²⁰ DINIZ, Eli. **Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

¹²¹ Idem

¹²² Idem

engrandecimento do país e fortalecimento da nação, garantindo sua soberania e capacidade de defesa. As elites empresariais incorporam o discurso nacionalista no projeto de industrialização, principalmente no que tange à proteção da indústria nacional em relação à concorrência dos produtos estrangeiros. Portanto, os industriais defendiam o controle das importações para garantir o mercado interno para a indústria local.¹²³

A campanha pelo protecionismo da indústria nacional sempre esteve na pauta dos empresários. Porém, na década de 1930, ela adquiriu novas conotações e passou a estar relacionada com uma forma de compensação da situação de inferioridade que a indústria brasileira se encontrava em relação às nações que apresentavam situações mais avançadas de desenvolvimento industrial. Os empresários passaram a incluir critérios para reformulação das taxas de importação. Produtos estrangeiros que tivessem similar nacional teriam as devidas taxações, enquanto que importações de matérias-primas e equipamentos necessários para a expansão da indústria local seriam liberados.¹²⁴

Encontramos também uma postura nacionalista que era encampada parcialmente pela burguesia nacional no que se refere às defesas das riquezas do subsolo e dos potenciais hídricos. Segundo lideranças industriais, como Euvaldo Lodi, as concessões das minas e jazidas de minerais deveriam ser feitas exclusivamente a brasileiros e a empresas organizadas no Brasil. Nos casos em que as minas e jazidas fossem consideradas básicas ou essenciais à defesa econômica e militar da nação, caberia até mesmo a nacionalização.¹²⁵

Diante disso, o pensamento autoritário caminhou lado a lado com o regime político instaurado após a Revolução de 1930 e foi a liga que juntou o nacionalismo com o desenvolvimento industrial. Os teóricos do autoritarismo defendiam um estado intervencionista, pois este seria o único capaz de responder as novas demandas econômicas e sociais. Contudo, os princípios do Estado Liberal eram defasados e ineficientes para enfrentar as exigências do mundo real.¹²⁶

Cabe ressaltar, entretanto, que o tipo de intervenção do Estado preconizado pelo pensamento autoritário de década de trinta, referia-se basicamente as funções de regulamentação, supervisão e coordenação das diferentes esferas da vida social. O que se defendia era o papel do Estado como agente do controle e disciplina dos mecanismos do mercado. A intervenção direta na economia, no domínio da produção propriamente dita, só era admitida no caso da necessidade de preencher lacunas.¹²⁷

¹²³ Idem

¹²⁴ Idem

¹²⁵ Idem

¹²⁶ Idem

¹²⁷ Idem. p.91.

Por conta da relação que o empresariado mantinha com o Estado, dotado de fortes instrumentos de controle, marginalizando a mediação partidária, sua identidade e seu perfil, enquanto ator político, foram definidos à margem da arena parlamentar-partidária, desenvolvendo um estilo de ação próprio, baseado na defesa de interesses particulares e de curto prazo.¹²⁸ No Brasil foi desenvolvido o corporativismo de Estado, cujo sistema foi imposto pelo alto para incorporar os grupos estratégicos que surgiram com o processo de industrialização. É importante ressaltar que, segundo Eli Diniz, o corporativismo no Brasil se deu em um contexto de fechamento crescente do sistema político, consolidando-se sob regimes autoritários. Além disso, o corporativismo no País se tornou ao lado das associações paralelas a via fundamental de incorporação política da classe empresarial.¹²⁹

A partir do Governo Vargas, os empresários definiram suas agendas e, através de suas associações, ajustaram-se na estrutura corporativista tutelada pelo Estado e passaram a ocupar posições dentro do aparelho estatal, articulando seus interesses dentro das arenas governamentais. Podemos dar como exemplo o Conselho Técnico de Economia e Financia, o Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão de Planejamento Econômico, o Conselho de Política Industrial e Comercial e a Comissão de Política Aduaneira todos com representantes da classe empresarial em suas composições. Nesses órgãos foram abertos espaços para a representação dos interesses privados, criando a negociação compartimentada entre setores empresariais e governamentais. Porém, no que se refere à formulação de projetos globais de desenvolvimento, o Estado teria autonomia preponderante, deixando as elites industriais em condição de subordinação.¹³⁰

De acordo com Eli Diniz, essa forma de corporativismo acarretou ganhos e perdas para os empresários. Desse modo,

do ponto de vista dos ganhos, o empresariado obteve acesso a arenas estratégicas, principalmente para a defesa de certos interesses setoriais, ligados a proteção tarifária, as políticas de incentivos e subsídios, de fomento à industrialização, dentre outras. Por outro lado, esse arranjo acarretou alguns custos, sobretudo a perda da oportunidade de consolidar um sistema autônomo de representação de interesses, na medida em que a tutela do Estado foi desde logo consagrada nesse modelo.¹³¹

¹²⁸ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. **Lideranças empresarias e problemas da estratégia liberal no Brasil**. Trabalho apresentado no XVI Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu (MG), de 20 a 23 outubro de 1992.

¹²⁸ Idem.

¹²⁹ DINIZ, Eli. **As elites empresariais e a Nova Republica: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90**. Ensaio FEE, Porto Alegre (17)2:55-79, 1996.

¹³⁰ Idem

¹³¹ Idem. p. 60.

Ainda, conforme a estudiosa, no Brasil se desenvolveu um corporativismo setorial e bipartite com exclusão dos trabalhadores como parceiros das negociações. O sistema de negociação bipartite envolvia apenas os representantes da classe empresarial e de funcionários do governo, diferentemente do corporativismo europeu que adotou as negociações tripartite englobando elites empresariais, representantes do governo e dos trabalhadores.¹³²

b) Fortalecimento das entidades paralelas

Durante os anos de 1950, é notada a projeção da FIESP no cenário nacional. Ela aparece como entidade máxima do empresariado nacional, superando a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que, nos termos do arranjo corporativo, deveria ser a porta voz nacional dos interesses industriais. Nota-se, também, o fortalecimento do sistema dual de representação de interesses, passando a existir duas estruturas com articulação de interesses. De um lado há a estrutura corporativa oficial e, de outro, um sistema paralelo representado pelas associações setoriais de caráter nacional, como a Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA), a Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM). Segundo Diniz, esse segundo sistema foi instaurado nas primeiras fases da industrialização e foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo.¹³³

Durante a ditadura militar, houve um acelerado processo de modernização capitalista fortalecendo ainda mais o setor industrial, iniciando a terceira fase do processo de substituição de importação, aumentando o desenvolvimento de setores, como bens de capital, material de transporte, petroquímico, eletrônico e material bélico. Logo, no início do governo militar, os empresários aderiram o regime autoritário permanecendo na “parceria” durante quase uma década. Somente após 1977, quando se agravaram as dificuldades econômicas, é que os empresários iniciaram um rompimento com o Governo Militar.¹³⁴

Porém, Eli Diniz assinala que, apesar de as associações extracorporativas terem ganhado força nesse período, isso não significou uma ruptura com o sistema corporativista. Os empresários aperfeiçoaram seus recursos para garantir sua representação junto aos

¹³² Idem

¹³³ Idem

¹³⁴ Idem

aparelhos do Estado, mas não houve uma transformação significativa do padrão dual de representação. Para a autora, “houve uma revitalização da estrutura, na medida em que se verificou certa divisão do trabalho entre os dois sistemas de representação de interesses.”¹³⁵ A estudiosa ainda salienta que as associações paralelas e os sindicatos corporativistas não tinham funções conflitantes, mas sim complementares.

No final da década de 1980 e início da de 1990, além do fortalecimento das entidades paralelas, vimos o surgimento de outras entidades que não tinham como objetivo a representação de interesse, mas sim de formular e difundir visões alternativas para o desenvolvimento industrial. Discutiam o papel desempenhado pelo empresário no processo de desenvolvimento do país e, em alguns casos, pensaram em projetos nacionais de desenvolvimento. Entre essas novas entidades podemos destacar o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNDE), o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) e os Institutos Liberais.¹³⁶

A mais antiga dessas entidades é o Instituto Liberal, criado, em 1983, por um pequeno grupo de empresários preocupados com a baixa penetração das ideias neoliberais no Brasil. Os Institutos Liberais propunham trabalhar na difusão dos princípios do liberalismo, que, para eles, são os princípios mais “eficazes na promoção do bem estar moral e material dos indivíduos para a superação das desigualdades e para eliminar os privilégios existentes na sociedade brasileira”.¹³⁷ Com base nisso, os IEs atuam em três áreas: a primeira é na edição e publicação de livros, que veiculam ideias liberais, a segunda se refere à organização de conferências, seminários e debates e, por último, corresponde aos projetos especiais, pesquisas e levantamentos sobre questões específicas, como previdência social, capital estrangeiros, educação, entre outras.¹³⁸

Criado informalmente em 1987, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais – PNBE – reuniu predominantemente empresários de pequeno e médio porte e surgiu de uma dissidência das orientações da FIESP. Desse modo, o PNBE se define como uma associação de empresários enquanto cidadãos. Nos folhetos da instituição, Eli Diniz encontra que o PNDE tem como finalidade transcender o interesse de uma categoria, configurando-se como um movimento de base e não de cúpula que tem como objetivo, também, incorporar

¹³⁵ Idem

¹³⁶ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. Brasil: **Um Novo Empresariado? Balanço de tendências recentes**. In **Empresários e modernização econômica: Brasil Anos 90**. Org. Eli Diniz – Ed da UFSC, IDACON. Florianópolis, 1993.

¹³⁷ Idem

¹³⁸ Idem

empresários de qualquer área, região e porte de empresa ao processo de discussão e decisão dos grandes problemas nacionais.¹³⁹ Assim,

o PNDE advoga por canais institucionalizados pautados pelo jogo democrático, o que possibilitaria uma participação mais transparente e aberta. Além disso, confere bastante centralidade à negociação como forma de resolução de conflitos e divergências, tanto entre distintos segmentos empresariais, como, sobretudo, nas relações capital/trabalho¹⁴⁰.

Diante disso, fundado, em São Paulo, no mês de maio de 1989, o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI – é uma organização preocupada com a renovação do pensamento empresarial. Assim como o Instituto Liberal e o PNDE, o IEDI é totalmente desvinculado do Estado e financiado pelos empresários membros. O Instituto tem como objetivo formular uma nova estratégia de desenvolvimento para o Brasil, partindo do princípio que o País passava por uma crise estrutural devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento inaugurado na década de 1940 e a inexistência de um projeto alternativo para a década de 1990. Para o IEDI, na década de 1980, não houve um projeto para desenvolvimento de longo prazo. Portanto, a proposta desse grupo era a de viabilizar a contribuição dos empresários para formular uma estratégia que fosse adequada para a nova etapa do desenvolvimento econômico.¹⁴¹

c) Fortalecimento da arena Parlamentar e a prática do lobby

Também, no final dos anos 1980, da Assembleia Constituinte, os empresários passaram a atuar em outras esferas do Governo. Com a retomada da ordem democrática, o legislativo passou a ter um destaque maior no cenário político brasileiro. Assim, os empresários e outros atores sociais passaram a direcionar seu foco para a arena legislativa. Nesse período, houve um aumento significativo de empresários disputando cargos eletivos em diferentes níveis. Um exemplo é a bancada expressiva de empresários, em torno de 32%, na Constituinte.¹⁴²

Um estudo de Eli Diniz e Renato Boschi nos apresenta o perfil desse empresariado que estava entrando na Câmara dos Deputados para exercer mandatos eletivos. Para os autores, as

¹³⁹ Idem

¹⁴⁰ Idem, p. 121.

¹⁴¹ Idem

¹⁴² DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. Brasil: **Um Novo Empresariado? Balanço de tendências recentes**. In **Empresários e modernização econômica: Brasil Anos 90**. Org. Eli Diniz – Ed da UFSC, IDACON. Florianópolis, 1993.

tendências apresentadas foram surpreendentes, já que o número de empresários ligados ao setor industrial e financeiro declinou. Em contrapartida, foi notado um crescimento dos empresários do setor de serviços e outros setores não especificados.

Conforme a tabela que se segue, os autores agruparam os dados em três grandes períodos: 1946/76, o segundo entre 1967/87 e, por último, 1987/99¹⁴³:

Tabela 5-Empresários na Câmara dos Deputados por Períodos de Legislatura

	1946/67		1967/87		1987/99	
Empresários da Indústria e finanças	256	15,3%	193	9,7%	86	5,7%
Empresários de serviços e de setores não especificados	80	4,8%	122	6,1%	235	15,6%
Produtores rurais sem atividade empresarial	133	8,0%	192	9,7%	113	7,5%
Outras atividades	1203	71,9%	1477	74,4%	1070	71,1%
Total	1672	100%	1984	100%	1504	100%

Fonte: DINIZ, E. & BOSCHI, R. **Empresários e Poder Legislativo no Brasil contemporâneo**. Trabalho apresentado no XXIV Encontro da ANPOCS. Petrópolis 23/26 de outubro de 2000.

Partindo dessa análise, o Brasil passou por um momento de transformação após a Constituinte, uma vez que o País saiu de um quadro de alta mobilização social e política, participação crescente e fortalecimento organizacional da sociedade para um cenário mais restritivo no qual ocorreu certo refluxo dos movimentos sociais e da atuação de setores mais organizados. Fortaleceu-se, também, a ideia de que o Estado não tinha mais a capacidade de sustentar e promover o desenvolvimento econômico.

Foi nesse contexto, apresentado por Eli Diniz e Renato Boschi, que se observa um maior envolvimento da classe empresarial na disputa de cargos eletivos, porém com um crescimento no número de empresário de setores diversos (que compreendem empresas de pequeno e médio porte) e o declínio de empresários ligados à indústria e a finanças. De toda

¹⁴³ DINIZ, E. & BOSCHI, R. **Empresários e Poder Legislativo no Brasil contemporâneo**. Trabalho apresentado no XXIV Encontro da ANPOCS. Petrópolis 23/26 de outubro de 2000.

forma, mesmo com o decréscimo na representação dos empresários industriais e financeiros, é importante notar que eles ainda mantêm representação na Câmara. Assim, segundo Diniz e Boschi, a complementação da representação poderia ser feita diretamente com outras atividades no exercício da influência, como, por exemplo, a prática do lobby. Por conseguinte, “o empresariado tem diversificado suas esferas de influência e complementado sua atuação junto ao Estado, cercado e acompanhando de perto os projetos de seus interesses que tramitam no legislativo, através da prática do lobby”.¹⁴⁴

Como demonstrou Wagner Mancuso,

" a pressão política em defesa dos interesses do empresariado industrial é exercida algumas vezes "por dentro" do processo de produção legislativa, o que ocorre quando os tomadores de decisão convidam oficialmente as entidades que representam os interesses do setor industrial para participar de audiências públicas ou reuniões de trabalho e apresentar sua posição. Outra vez a pressão política é realizada "por fora" do processo normal de produção legislativo, nos casos em que os contatos com os tomadores de decisões não ocorrem em encontros oficiais e em que a iniciativa é tomada, em geral, pelos representantes da indústria".¹⁴⁵

Diante disso, o Congresso teve um papel importante no processo de transição para a democracia com a elaboração da Constituição de 1988 e, posteriormente, por ocasião das reformas que essa mesma constituição teve que passar para viabilizar algumas propostas centrais da agenda neoliberal. A arena congressual passa a ter um papel ainda mais relevante quando os mecanismos corporativos começam a ser desmanchados com o Governo Collor, processo aprofundado com Fernando Henrique Cardoso. Inúmeros conselhos e comissão, tanto de natureza consultiva quanto deliberativa, foram extintos. Assim, os espaços institucionalizados de representação corporativa deram espaço aos vínculos de natureza personalista e clientelista.¹⁴⁶

Além do lobby, as entidades de representação de interesse tiveram que se adaptar a nova configuração da economia nacional, voltada para a abertura do mercado e para o neoliberalismo. Dessa forma, a organização empresarial para a ação coletiva passou a buscar novas formas para poder alcançar seus objetivos num contexto de competição globalizada e a expansão, cada vez mais, da presença do capital estrangeiro na economia doméstica.¹⁴⁷

¹⁴⁴ Idem

¹⁴⁵ MANCUSO, Wagner Pralon. **O lobby da indústria no congresso nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo**. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 14 nº 3, 2004.p. 517.

¹⁴⁶ DINIZ, E. & BOSCHI, R. **Empresários e Poder Legislativo no Brasil contemporâneo**. Trabalho apresentado no XXIV Encontro da ANPOCS. Petrópolis 23/26 de outubro de 2000.

¹⁴⁷ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. **Empresariado e Estratégia de Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 Nº52.

Um primeiro movimento em direção dessa adaptação, que as entidades de representação tiveram que enfrentar na década de 1990, é a tendência de elas adotarem uma gestão mais profissional. Dessa forma, notou-se, cada vez mais, as entidades adotando um formato de prestadora de serviço, deslocando sua atuação em moldes empresariais e procurando oferecer soluções para problemas cotidianos das empresas. A princípio observou-se tais mudanças em entidades extracorporativas. Porém, a FIESP também buscou separar as funções técnicas das de direção, chegando a criar um cargo de diretor executivo, um profissional remunerado e em nível de diretoria.¹⁴⁸

d) Década de 90 e a nova ordem econômica

A década de 1990 foi o período de reformas orientadas para o mercado. Como demonstrou Delgado, houve um consenso sobre a política de privatizações, desregulamentação da economia e a realização das reformas estruturais. O Presidente Collor (1990-1992) iniciou o processo de liberalização econômica colocando em prática o programa de privatizações, impondo uma política monetária restritiva, anunciando cortes rigorosos nos gastos públicos, eliminando subsídios e isenções e demitindo milhares de funcionários públicos. Também, durante o Governo Collor, a Confederação Nacional da Indústria sugeria a criação de um fórum global para discutir a política industrial do país, além de pedir explicações ao Governo sobre as políticas de financiamento da modernização industrial.¹⁴⁹

Enquanto no governo Itamar Franco (1992-1994) foi aprofundado o processo de redução das tarifas alfandegárias, aprovou-se a lei de desregulamentação da atividade portuária e criou-se o Fundo Social de Emergência, que aumentava a capacidade do Executivo de restringir a liberalização de recursos aprovados no orçamento, além de ser mantido o programa de privatizações.¹⁵⁰

Ainda sobre o governo Collor e Itamar, o empresariado nacional viveu a experiência das Câmaras Setoriais. Com elas, foi introduzido um padrão tripartite de negociação reunindo empresários, classe trabalhadora e técnicos governamentais. Criadas a princípio como mecanismo para administrar o processo de saída do congelamento dos preços impostos pelo segundo plano de estabilização econômica do governo Collor e para buscar soluções para

¹⁴⁸ Idem

¹⁴⁹ DELGADO, Ignacio G. - **Previdência Social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira**. São Paulo: LTr, 2001.

¹⁵⁰ Idem.

problemas enfrentados por alguns setores, as Câmaras acabaram se transformando em uma instância de aplicação setorial dos novos parâmetros da política industrial que tinha como foco qualidade e competitividade. Assim, até serem desativadas em 1994, elas tinham características de espaço institucionalizado de articulação de interesses.¹⁵¹

As Câmaras Setoriais dividiram opiniões no período em que elas estavam funcionando. Para alguns, elas eram uma tentativa de estender as teias das relações corporativas, algo danoso na visão neoliberal. Outros entendiam que as Câmaras representavam um corte na estrutura corporativa autoritária da Era Vargas, inaugurando uma nova modalidade de negociação nitidamente democrática. Para Eli Diniz, não há elementos que mostrem as Câmaras setoriais como uma ruptura com o corporativismo brasileiro.¹⁵² Para tanto, a autora propõe uma explicação alternativa,

concebendo as câmaras setoriais como uma experiência que permitiu expandir as condições de governança econômica do sistema industrial como um todo, configurando-se como importante instrumento de política industrial e contribuindo para preencher a lacuna associada à incapacidade crônica do Estado de implementar suas decisões e de fazer valer seus ordenamentos legais.¹⁵³

Durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso buscou-se acabar com os remanescentes da Era Vargas. Para isso, segundo Basílio Sallum Jr, afirmava-se

que o Estado não poderia cumprir funções empresariais, que seriam transferidas para a iniciativa privada; suas finanças deveriam ser equilibradas e os estímulos diretos dados às empresas privadas seriam parcimoniosos; não poderia mais sustentar privilégios para categorias de funcionários; em lugar das funções empresariais, deveria desenvolver mais intensamente políticas sociais; e o país teria que ampliar sua integração com o exterior, mas com prioridade para o aprofundamento e expansão do MERCOSUL.¹⁵⁴

Apesar do consenso entre os empresários de vários setores a favor da postura neoliberal, houve, porém, um desacordo quanto à forma e ao ritmo de introdução da nova agenda, como privatizações e a liberalização comercial.¹⁵⁵ A liberalização econômica levou o setor empresarial a uma profunda reestruturação que mudou drasticamente o perfil da indústria brasileira. Nesse período, vale destacar que a tônica foi o fechamento de empresas,

¹⁵¹ DINIZ, E. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990**. Rio de Janeiro. Ed FGV, 2000.

¹⁵² Idem

¹⁵³ Idem

¹⁵⁴ SALLUM, Basilio Jr. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. Nº 11, outubro 1999. p. 14.

¹⁵⁵ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & DINIZ, Eli. **Empresariado industrial democracia e poder político**. Revista *Novos Estudos, CEBRAP*. Nº 84, julho 2009.

falências, associações com empresas estrangeiras, fusões e aquisições, substancial queda do nível do emprego na indústria, desindustrialização e ampla desnacionalização. Dessa forma, no trabalho “Empresariado e Estratégia de Desenvolvimento”, Eli Diniz e Renato Boschi apontam

que para os empresários, os erros de execução do novo modelo de desenvolvimento foram causados, pelas dificuldades enfrentadas pelas empresas brasileiras, que foram submetidas a uma profunda reestruturação sem o respaldo de políticas governamentais eficientes, capazes de conduzir a uma adaptação equilibrada e gradual.¹⁵⁶

Diante disso, para Bresser-Pereira e Eli Diniz, a

desindustrialização só não atingiu maior profundidade porque, entre 1930 e 1980, o Brasil construiu uma economia industrial extraordinariamente diversificada e com razoável capacidade de absorção dos avanços da ciência e da tecnologia, ou, em outras palavras, porque a indústria de transformação e seus empresários revelaram extraordinária capacidade de enfrentar a crise provocada principalmente pela apreciação do câmbio”.¹⁵⁷

Essa avaliação negativa não “ocasionou, entretanto, um movimento de resistência organizado. Ao contrário, as principais entidades empresariais, representadas nas declarações e nas ações de suas lideranças mais expressivas, mantiveram o apoio à agenda governamental”.¹⁵⁸ Bresser-Pereira e Eli Diniz apontam ainda que a posição neoliberal no seio da indústria foi afirmada no documento, publicado pela FIESP, em 1990, “Livre para crescer, proposta para um Brasil moderno” e atingiu um ponto máximo durante a primeira tentativa de revisão constitucional, entre 1993 e 1994. Nessa ocasião, “as elites empresariais mobilizaram-se intensamente e criaram a Ação Empresarial, sob a liderança de Jorge Gerdau Johannpeter, com o objetivo de exercer influência sobre o Congresso na defesa dos postulados liberais”.¹⁵⁹

A esperança dos empresários de emplacar as reformas estruturais aumentou com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para Presidente do Brasil. Segundo as entidades empresariais, o programa de Governo de FHC era afinado com as demandas dos empresários. Durante o primeiro mandato de FHC (1994-1998), diversos documentos foram lançados pelas

¹⁵⁶ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. **Empresariado e Estratégia de Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 Nº52.

¹⁵⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & DINIZ, Eli. **Empresariado industrial democracia e poder político**. Revista Novos Estudos, CEBRAP. Nº 84, julho 2009.p. 87.

¹⁵⁸ DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. **Empresariado e Estratégia de Desenvolvimento**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 18 Nº52.

¹⁵⁹ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & DINIZ, Eli. **Empresariado industrial democracia e poder político**. Revista Novos Estudos, CEBRAP. Nº 84, julho 2009.

entidades empresariais defendendo as reformas estruturais. Episódio de destaque da atuação política do empresariado nesse período foi a “Marcha sobre Brasília”, organizado pela CNI para pressionar o Congresso a aprovação das reformas. No mesmo sentido, a FIESP organizou em 1997 o “Fórum da Reformas”, promovendo debates por todo estado de São Paulo.¹⁶⁰

Como demonstrou Delgado, a reforma tributária era considerada prioritária entre os empresários, pois ela iria permitir a competitividade das empresas brasileiras em um cenário de economia aberta. Dessa forma,

ao lado da simplificação do sistema tributário, a eliminação dos impostos em cascata, a redução dos tributos incidentes sobre a produção - em especial os que atingissem a folha de pagamentos - e a acentuação dos impostos diretos, com a conseqüente redução dos impostos indiretos na estrutura tributária brasileira, apareciam como os elementos centrais das formulações empresariais.¹⁶¹

Além das pressões para a aprovação das reformas estruturais, o empresariado também reservou suas energias para combater outro elemento que, segundo eles, era responsável por atrasar o desenvolvimento econômico do país, o “Custo Brasil”. Em maio de 1995, a CNI realizou o Seminário Custo Brasil - Diálogos com o Congresso Nacional-, cujo objetivo era apresentar para sociedade, para o Congresso e para os formuladores das políticas públicas o quanto o Brasil estava perdendo por conta do “Custo Brasil”.¹⁶²

Conforme Delgado, o “Custo Brasil” pode ser apresentado como “um conjunto de ineficiências e distorções que prejudica a competitividade do setor produtivo brasileiro, expressas basicamente em uma legislação inadequada e em graves deficiências no provimento de bens públicos”. Segundo o empresariado, os principais componentes do “Custo Brasil” estavam nas legislações tributárias e trabalhistas, além da deficiência da infraestrutura de transporte e energético. Dessa forma, a solução estava na realização das reformas constitucionais, em que, em partes, estava as legislações que contribuíam para o Custo, como também se encontrava os monopólios das estatais, outro elemento que contribuiu para o “Custo Brasil”.¹⁶³

Como destacou Ignacio Godinho Delgado, os empresários tinham confiança e esperança nas reformas neoliberais e na abertura do mercado, pois acarretariam em um aumento do fluxo de capitais estrangeiros que iriam substituir o financiamento público (tão

¹⁶⁰ DELGADO, Ignacio G. - **Previdência Social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira**. São Paulo: LTr, 2001.

¹⁶¹ Idem. p. 238.

¹⁶² Idem

¹⁶³ Idem

importante em outros momentos do processo de industrialização nacional), naquele momento estava escasso por causa da crise fiscal que o Estado enfrentava.¹⁶⁴

Devido ao impacto do neoliberalismo, nos anos 1990, o quadro produtivo se tornou instável. Foi observado o crescimento dos grupos transnacionais e o desaparecimento de alguns setores. As antigas lideranças empresariais perderam força diante da dificuldade de sobrevivência num cenário marcado pela alta concorrência externa. Apenas uma porção pequena do empresariado nacional, ligada a grandes conglomerados, teve condições de participar da nova estrutura que o neoliberalismo havia criado. Dessa forma, o empresariado nacional na década de 1990 reduziu seu papel político na definição das estratégias para o desenvolvimento nacional. Com o neoliberalismo controlando as regras do jogo, as corporações transnacionais comandavam a nova ordem econômica.¹⁶⁵

Assim, o empresariado nacional na década de 1990 foi fraco como ator coletivo. Para Eli Diniz e Bresser-Pereira, alguns fatores explicam a baixa capacidade de ação conjunta por parte dos empresários, como a estrutura corporativa, que não proporcionou uma organização de cúpula de caráter multissetorial capaz de agir e de falar em nome do conjunto da classe empresarial; a incapacidade histórica do empresariado em formular plataforma de caráter abrangente incorporando as demandas de outros setores, principalmente da classe trabalhadora, e o papel do Estado como formulador e executor das políticas econômicas e indutor do padrão de ação coletiva da classe empresarial.¹⁶⁶

2.3 UMA BREVE TRAJETÓRIA DO EMPRESARIADO MINEIRO

Nesta seção, trataremos do empresariado mineiro e das entidades de representação dos interesses da classe empresarial de Minas Gerais. Até a fundação da FIEMG, em 1933, Minas Gerais contou com outras organizações nas quais se concentravam os empresários mineiros. Podemos destacar, por exemplo, o Centro Industrial de Juiz de Fora, que era um organismo de articulação empresarial industrial, mas com caráter bem regional. Outra entidade, esta com caráter mais eclético, é a Associação Comercial de Minas criada, em 1901, mas que começou a ser pensada em 1898 em uma reunião entre os membros das classes conservadoras da

¹⁶⁴ DELGADO, Ignacio G. **Desenvolvimento, empresariado e política industrial no Brasil**. In. **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil**. Org. MANCUSO, W. P. LEOPOLDI, M. A. P. IGLECIAS, W. São Paulo. Editora de Cultura. 2010.

¹⁶⁵ Idem

¹⁶⁶ Idem

Cidade de Minas com a intenção de se criar uma entidade com objetivos de representar seus interesses políticos, econômicos e sociais.¹⁶⁷

Tanto Minas Gerais quanto o Brasil, iniciaram o século XX sob forte crise na produção de café. Foi nesse momento de dificuldade para a economia mineira que o Estado organizou o Primeiro Congresso Agrícola, Comercial e Industrial de Minas Gerais em 1903. Esse Congresso, além de incentivar o surgimento de novas entidades de classe, ajudou a fortalecer a Associação Comercial de Minas a se firmar como o agente de desenvolvimento da capital, ao passo que, em 1915, a Associação tinha sua influência reconhecida pelo governo federal como órgão informativo e consultivo sobre questões da economia mineira.¹⁶⁸ Assim,

ao longo dos anos seguintes, a AC Minas amadureceu. Além de manter seu foco na defesa dos interesses dos empresários locais, também cresceu e abrangeu projetos de caráter estadual e nacional em suas discussões. Seu olhar alcança, pois, as mudanças que a economia nacional passava ao entrar no processo de industrialização que já se iniciara.¹⁶⁹

Conforme Ignacio Godinho Delgado, as campanhas desenvolvidas pela classe empresarial mineira, como em todo o Brasil, concentravam-se em temas como a oposição aos impostos interestaduais e ao imposto de renda; ao apoio para a elevação dos tributos cobrados a produtos importados. No caso de Minas Gerais, os empresários ainda se dedicavam a temas particulares ao Estado, como um programa rodoviário e o combate às deficiências e tarifas da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). A questão operária também mobilizou o empresariado mineiro, que, de maneira geral, acompanhava as deliberações dos seus pares nacionais. Dessa forma, Minas Gerais esteve ao lado de São Paulo na reação contra a pressão trabalhista durante a República Velha.¹⁷⁰

Com o passar do tempo, além de manter o foco na defesa do empresariado local, a Associação Comercial de Minas ampliou sua área de atuação passando a discutir projetos de caráter estadual e nacional demonstrando um nível de amadurecimento. A Associação passou a ser presente nas discussões sobre economia, política e a sociedade mineira, buscando não só

¹⁶⁷COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁶⁸ Idem

¹⁶⁹ Idem.p. 20.

¹⁷⁰DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

representar os interesses das classes produtoras, mas também os interesses da “sociedade” mineira que ela defendia.¹⁷¹

Em 1933 é constituída a Federação da Indústria de Minas Gerais – FIEMG. Com ela, foi inaugurada uma nova fase do processo de representação de interesses dos industriais mineiros. A década de 1930 foi o momento de instalação do sistema corporativista no Brasil, nesse contexto, conforme Delgado destaca, as outras entidades mineiras, como a Associação Comercial de Minas e o Centro Industrial de Juiz de Fora, não aceitaram bem a adesão ao novo modelo de representação. Enquanto isso, a FIEMG tinha interesse em entrar no modelo corporativo como alternativa para assegurar a hegemonia dos empresários do centro do estado no processo de organização da classe.¹⁷²

A intenção do Centro Industrial de Juiz de Fora era de aproveitar as entidades já existentes, mas os juizforanos foram convencidos a entrar no sistema corporativista por duas lideranças que se destacavam no estado, Euvaldo Lodi e Américo René Gianetti, e foi convidado o presidente do Centro Industrial de Juiz de fora, José Carlos de Moraes e Sarmento, para ser o primeiro presidente da FIEMG. Mesmo com a indicação de Sarmento para presidência da Federação, a FIEMG foi constituída sob a liderança de empresários ligados ao setor siderúrgico, já que sua diretoria era composta por membros como João Pinheiro Filho e José da Silva Brandão.

Além disso, o estatuto da FIEMG destacava com objetivo da entidade de promover o conhecimento das matérias-primas nacionais, incentivando o aproveitamento delas no setor industrial. Isso tudo em um contexto que já se discutia a construção de um projeto siderúrgico no Brasil e as possíveis áreas onde seriam instaladas as siderúrgicas, se próximas ou não das fontes de matéria- prima.¹⁷³

Com a fundação da FIEMG, pois, os industriais, sob a hegemonia dos empresários ligados ao ramo metalúrgico, passaram a participar como força social, dotada de recursos organizacionais próprios, nos debates que se observam acerca do rumo a ser tomado pela economia nacional e mineira.¹⁷⁴

No Congresso das “classes produtoras”, realizado em 1935, o projeto siderúrgico fica em evidência, colocando a siderurgia como protagonista no desenvolvimento estadual. A

¹⁷¹COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁷²DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997

¹⁷³ Idem

¹⁷⁴ Idem.p. 58.

intervenção do Estado também foi admitida entre os empresários, assim como aparece a demanda pela extensão do ensino profissionalizante e as reivindicações e instituições de conselhos técnicos no estado, cujas estruturas eram associadas ao corporativismo e eram vistos pelos empresários como o principal canal de intermediação de interesses.¹⁷⁵

Diante disso, o modelo corporativista foi bem aceito pelo empresariado mineiro e por seus pares nacionais, assim como a centralização do poder político nas mãos de Getúlio Vargas. Assim, de acordo com Delgado,

uma das retificações mais importantes efetuadas pelo empresariado ao ordenamento corporativo, no início dos anos 30, foi a preservação da possibilidade de se organizarem federações regionais, agrupando o conjunto da indústria e não os ramos industriais. Dessa maneira, dada a pequena diferenciação horizontal e vertical dos setores em face da dispersão característica dos pequenos estabelecimentos, a grande indústria podia arrogar-se à condição de porta voz da indústria diante de seus interlocutores, seja no governo, seja dos demais setores econômicos.¹⁷⁶

Porém, ainda com base em Delgado, a relação com o presidente e com seu interventor em Minas Gerais, Benedito Valadares, foi marcada por um conflito importante para o projeto de desenvolvimento econômico traçado pelos mineiros. A perda do projeto siderúrgico para o Rio de Janeiro, com a CSN em Volta Redonda, no final dos anos 1930, foi um duro golpe para os empresários mineiros. Apenas quando já estava decidida a localização da instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda é que o Interventor enviou a Vargas um memorial propondo a instalação em Lafaiete.¹⁷⁷

Com a perda do projeto siderúrgico, o problema da oferta de energia elétrica e a deficiência nos transportes passaram a concentrar a atenção das entidades mineiras, assim como a concentração regional da indústria, já proposta no Congresso de 1935. Dessa forma, em 1941, foi criada a cidade industrial de Contagem e o projeto siderúrgico, meta dos industriais na década de 1930, volta com força na pauta nos anos 50.¹⁷⁸

O empresariado mineiro, nesse contexto, sob a liderança da FIEMG, fez uma grande pressão nas autoridades nacionais e locais para se concretizar o projeto de instalação da USIMINAS. Essa pressão se intensificou quando, em uma Assembleia da CSN, ficou decidida a participação da empresa como acionista na criação da COSIPA. Em 1956, no Fórum Econômico da FIEMG, o projeto da USIMINAS foi viabilizado com o posicionamento

¹⁷⁵ Idem

¹⁷⁶ Idem. p. 60.

¹⁷⁷ Idem

¹⁷⁸ idem

do então governador, Bias Fortes, favorável à instalação da empresa e também com a participação da CSN no projeto.

Como demonstra Janaina França Costa em seu estudo sobre a Associação Comercial de Minas (2009), durante a década de 1960, é possível notar certo descontentamento por parte do empresariado mineiro com a conjuntura sociopolítica que o país se encontrava. Desse modo,

a crescente mobilização das classes populares, juntamente com as dificuldades encontradas na área econômica, representavam um panorama de crise para os empresários. Além disso, tínhamos a figura de um presidente que considerado brando no trato das questões sociais e inclinado a tendências comunistas.¹⁷⁹

Após o anúncio das reformas de bases, o presidente João Goulart piorou sua imagem diante dos empresários. Na AC Minas o apoio ao golpe foi explícito mais não unânime, como demonstra Costa. Acreditando que o golpe era a melhor solução para os problemas internos brasileiro, no dia 13 de maio de 1964, a AC Minas emitiu um comunicado afirmando que acreditava que no movimento militar realizaria as reformas necessárias no caráter social, político e econômico afastando, assim, um governo corrupto e subversivo.¹⁸⁰

Contudo, as reformas econômicas propostas pela equipe de governo de Castelo Branco causaram certa discordância por parte dos empresários da AC Minas. As medidas para contornar a crise econômica vivida pelo Brasil eram consideradas recessivas e perigosas. Para eles, essas medidas beneficiavam as empresas estrangeiras em detrimento das nacionais. Em comemoração ao aniversário de um ano do golpe militar, a AC Minas deixou claro seu apoio ao movimento, mas fez, também, se manifestar seu descordo com os rumos da economia nacional.¹⁸¹

No governo de Costa e Silva, a partir de 1968, ocorreu uma mudança importante para o empresariado que definiu de vez a sua posição. Foi deixado de lado o modelo econômico conservador cuja importância se deu para a estabilidade de um modelo o qual passou a privilegiar o desenvolvimento nacional. Essa medida foi prontamente aceita pelos empresários

¹⁷⁹ COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.p. 22.

¹⁸⁰ Idem

¹⁸¹ Idem

que esperavam do governo, há muito tempo, uma ação para voltar a estimular o crescimento e espantar a crise.¹⁸² Para a Associação Comercial de Minas, como destaca Costa,

AC Minas assumiu a partir daquele momento uma clara posição de apoio ao governo, chegando inclusive a assinar, juntamente com outras entidades empresariais, manifestos nos quais explicitavam seu apoio às novas diretrizes estabelecidas pelo governo. Denunciavam, ainda, sua apreensão com os crescentes levantes sociais e manifestações estudantis e operárias. Novamente a saída escolhida seria fortalecer a autoridade, que deveria por fim à crise e ajudar a concretizar o plano de desenvolvimento que estava começando a ser colocado em prática.¹⁸³

Desse modo, como demonstra David Militão, a FIEMG também apoiou o Regime Militar. Esse apoio se fortaleceu principalmente após o AI-5. Com o endurecimento do Regime, a FIEMG buscou novas formas de se relacionar com o Governo e convidou alguns militares para fazer parte dos quadros funcionais da entidade. Essa aliança tinha como objetivo facilitar o entendimento das reivindicações e conseguir novos investimentos para o estado.¹⁸⁴

De acordo com Costa, o empresariado da AC Minas se manteve ao lado do Regime Militar durante quase todo seu período de vigência. Apenas no final da década de 1970, o quadro começou a mudar. Nos primeiros anos do Governo Geisel (1974-1978), os empresários representados pela Associação Comercial de Minas demonstraram confiança no Regime Militar e nas propostas econômicas do governo para manter o crescimento econômico. Porém, no quesito antiestatização, que ganhou força durante o governo Geisel, a AC Minas apresentou um discurso, em parte, diverso.

Assim, a Associação Comercial de Minas concordava com a manutenção da intervenção estatal em alguns setores estratégicos da economia. Porém, a AC Minas representava vários setores, alguns deles com pequenos empresários e comerciantes os quais se viam prejudicados pelo controle do Estado. O II PND aumentou a expectativa do setor industrial, já que haveria a permanência do nível de crescimento econômico. Para o comércio e as pequenas empresas, o II PND trouxe preocupação, pois eles estavam com dificuldade para obter crédito e financiamento. Dessa forma, a FIEMG se manteve distante dessa discussão

¹⁸²COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁸³ Idem. p. 26.

¹⁸⁴ MILITÃO, D. **O II Plano Nacional de Desenvolvimento e seus reflexos na economia e a atuação do Empresariado Mineiro (1974/1979)**. 2015 Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora

sobre a desestatização, pois a expectativa era de que o setor industrial se beneficiasse do Plano. Para Costa, essa representação variada da AC Minas poderia explicar porque a entidade apresentou uma postura mais crítica ao II PND do que a FIEMG.¹⁸⁵

Como também destaca Militão, um assunto bastante recorrente nas páginas da Revista Vida Industrial, na década de 1970, foi a desconcentração industrial, cujo ponto de destaque no II PND agradava bastante o empresariado mineiro. Ao defender a desconcentração industrial, a FIEMG não tinha a intenção de atrasar o crescimento industrial de outras regiões, mas sim corrigir excessos derivados da concentração industrial em estados, como Rio de Janeiro e, principalmente, São Paulo. Além da região paulistana possuir a maior concentração industrial, havia, também, a maior concentração financeira elevando os custos financeiros em outras regiões. Dessa forma, a FIEMG reivindicava maiores incentivos fiscais para as outras regiões fora do eixo Rio-São Paulo ou maior aporte financeiro para equilibrar e facilitar o acesso a linhas de créditos.¹⁸⁶

A partir de 1976, o governo passou a sofrer críticas por causa do descontrole inflacionário e por deixar a crise se instalar de vez no Brasil. O governo é acusado de não ter tomado as medidas corretas para evitar que a crise internacional atingisse a economia nacional. Assim, o final de 1976 chegou com um quadro de recessão já instalado.¹⁸⁷

Com o fracasso das medidas para conter a inflação e a crise, cada vez mais, afetando a indústria, a partir de 1977, ganharam força ideias que vinculavam o crescimento econômico com a livre iniciativa e a democracia. Conforme destaca Costa, os discursos defendendo a diminuição da interferência do Estado na economia passaram a ficar constantes, assim como a democracia como sistema ideal para o desenvolvimento da livre iniciativa.¹⁸⁸ Portanto,

a AC Minas considera oportuno que se passe a exercer a legítima influência da classe empresarial e começa a discutir nas páginas de sua revista temas como a sucessão presidencial que se daria em 1978, e o “Pacote de Abril”. O presidente da AC Minas Nilo Gazire afirma na época que o empresário não é um ‘ente alienado da realidade social’ e que não estaria alheio as discussões políticas de interesse para a

¹⁸⁵COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁸⁶ MILITÃO, D. **O II Plano Nacional de Desenvolvimento e seus reflexos na economia e a atuação do Empresariado Mineiro (1974/1979)**. 2015 Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora

¹⁸⁷COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.

¹⁸⁸ Idem.

sociedade. Já se reconhece que os empresários são tão prejudicados pelo regime autoritário quanto outros setores da sociedade.¹⁸⁹

Diante disso, na década de 1980, a crise econômica agravou-se ainda mais. O descontrole da inflação, o desequilíbrio na balança de pagamentos, o aumento da dívida externa e a conjuntura internacional desfavorável fizeram que o governo tomasse medidas recessivas ocasionando um duro golpe para a economia nacional. É nesse trágico contexto econômico que se inicia o governo do Presidente João Batista Figueiredo, que trazia consigo a esperança de uma expressiva abertura para o diálogo com as classes sociais e também acelerar o processo de redemocratização, já que era promessa do Presidente tornar o Brasil um país democrático.

Não temos trabalhos que abordem a participação da FIEMG no processo de redemocratização do País, porém, como ressalta Costa, desde 1982, a AC Minas se posicionava a favor das eleições diretas. Para a entidade, as eleições diretas para todos os níveis eram o caminho para romper o impasse institucional que o Brasil vivia. Desse modo, as eleições diretas significavam, além da consolidação da abertura política, o caminho que iria permitir a abertura econômica. Um episódio importante nesse momento da história brasileira foi o movimento das “Diretas Já”, conforme salienta Costa:¹⁹⁰

Em número da Revista Mensagem Econômica de fevereiro de 1984 a AC Minas publicou uma nota oficial de apoio que enfatiza as eleições diretas como sendo o caminho para a consolidação da abertura política que permitiria a abertura econômica. A entidade entendia que somente um governo com respaldo social poderia realizar as mudanças na área econômica que eram necessárias para que o Brasil saísse da situação de extrema crise em que se encontrava,¹⁹¹

Em março de 1983, o Deputado Dante de Oliveira enviou ao Congresso um pedido de emenda constitucional que objetivava estabelecer as eleições diretas para presidente no próximo pleito. “Realmente a AC Minas usou de toda sua influência no meio político para tentar pressionar os deputados e senadores mineiros a votarem em favor da emenda Dante de Oliveira”. Por conseguinte, o resultado foi a derrota do movimento, o próximo presidente foi eleito pelo voto indireto. Apesar da derrota, os militares sabiam que não podiam ignorar a força popular que impulsionou o Movimento das “Diretas Já”.¹⁹²

¹⁸⁹ Idem.p.98.

¹⁹⁰ Idem.

¹⁹¹ Idem. p.121.

¹⁹² Idem.

Diante dessas reflexões, vimos neste capítulo que os empresários souberam utilizar o corporativismo criado na Era Vargas como instrumento de representação de interesse. Apesar do corporativismo ter acarretado a perda da oportunidade de se consolidar um sistema autônomo de representação de interesses, os empresários tiveram acesso às arenas estratégicas para o desenvolvimento industrial, podendo, assim, levar suas reivindicações e demandas para os tomadores de decisões.

Com o fortalecimento das entidades paralelas durante os anos 1950, passaram a existir duas estruturas com articulação de interesses. De um lado, há a estrutura corporativa oficial e, de outro, um sistema paralelo representado pelas associações setoriais de caráter nacional. Esse sistema surgiu na primeira fase de industrialização, mas foi se consolidando ao longo dos anos.

Durante as décadas de 1980 e 90, a arena parlamentar passou a ter grande importância também na representação dos interesses da classe empresarial. Com a promulgação da nova carta constitucional, houve um impulso por parte dos empresários em participar de eleições para cargos executivos e legislativos. Nesse período, também, é importante destacar a prática do “lobby” como instrumento muito utilizado pelos empresários.

Com relação ao empresariado mineiro, as entidades do estado também fizeram parte do sistema corporativista. No Congresso das Classes Produtoras de 1935, a intervenção do Estado foi bem aceita entre os empresários e a instituição de conselhos técnicos no estado, que eram vistos como o principal canal de intermediação de interesses com os tomadores de decisões. O projeto de desenvolvimento industrial mineiro defendido pela FIEMG, em meados do século XX, passava pelo fortalecimento do setor siderúrgico e a concentração industrial no centro do estado.

De acordo com Janaína França Costa, a Associação Comercial de Minas, que representava setores diversos da economia mineira, apresentou total apoio ao Golpe Militar de 1964, o qual só veio a ser rompido no final da década de 1970, chegando até a uma clara adesão por parte da entidade ao movimento das “Diretas Já”. Da mesma forma, a FIEMG também demonstrou apoio ao Governo Militar, principalmente após o decreto do AI-5. Os empresários mineiros representados pela FIEMG tinham grande expectativa sobre o II PND e a promessa de desconcentração industrial. Tanto é que na discussão sobre a estatização, a FIEMG procurou apresentar postura mais neutra ao contrário da AC Minas que apresentou críticas ao processo.

Em suma, o Estado teve papel importante no processo de industrialização de Minas Gerais. Encontramos a forte presença do Estado nesse processo também no âmbito nacional. Neste capítulo, percebemos, assim, como o empresariado, conforme ator político, atuava junto ao Estado em prol de suas reivindicações.

3 O EMPRESARIADO MINEIRO E SUA VISÃO PARA “FORA” E PARA “DENTRO”

3.1 INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA – LIVRE INICIATIVA

No presente capítulo serão analisados os documentos, discursos e propostas da FIEMG publicados na Revista Vida Industrial. As seções foram divididas conforme os assuntos que mais apareceram nas páginas do periódico. Assim, veremos o posicionamento da FIEMG em assuntos nacionais e também estaduais, o que nos permitirá perceber qual o pensamento do empresariado mineiro entre 1985 e 1994.

Foi escolhido tal período de análise por ser o momento que se buscava uma nova estratégica econômica, já que o desenvolvimentismo estava em crise no cenário nacional e também porque, no ano de 1994, a Revista Vida Industrial parou de ser publicada. Em seu lugar, foi criada uma nova revista, a Indústria de Minas, porém, com uma linguagem diferente, a Revista passou a ter um caráter mais informativo do que um veículo no qual a entidade expressasse suas opiniões e posicionamento.

a) Sobre a participação do Estado e privatizações

Se há uma data importante para o empresário mineiro, esta é o mês de julho, em que se comemora o dia da Indústria. É a partir dos discursos dos empresários, na comemoração dessa data, que iniciamos este capítulo. Se o período é emblemático para a classe empresarial, mais ainda o ano fixado para a análise: 1985, ano da morte de Tancredo Neves, um dos homenageados na cerimônia de comemoração do Dia da Indústria desse ano.

Outro homenageado nessa cerimônia de comemoração foi José Alencar, escolhido como industrial do ano. Em seu discurso, além de prestar sua homenagem a Tancredo Neves, fez a exaltação do empresário dizendo que, em um país como o nosso, o empresário era um romântico aventureiro cuja remuneração maior é a satisfação de produzir bens, de oferecer serviços, de gerar empregos que irão assegurar a tranquilidade e a própria sobrevivência de famílias inteiras.¹⁹³

¹⁹³ SILVA, José Alencar Gomes da. **Progresso, uma ação de homens livres**, Vida Industrial, Belo Horizonte, P.13-15, Jul/1985.

Sobretudo, o discurso de Helio Garcia,¹⁹⁴ nessa cerimônia, também merece ser destacado. Nele perceberemos um resgate da ideia de que o Estado não deveria interferir na economia. Para ele, o desenvolvimento nacional deveria caber exclusivamente às empresas privadas e não ao Estado, excetuando os investimentos estratégicos ou aqueles que, pela sua grande dimensão, exigem a presença do capital público. Também, notaremos a associação estabelecida entre liberdade política, redemocratização com liberdade econômica. Desse modo,

“se queremos, hoje, restaurar a democracia por inteiro, e o faremos, tudo depende da nossa capacidade de refazer o pacto social e, dentro dele, eleger, de fato, a empresa privada como um dos pilares mais importantes da ordem econômica e, portanto, da ordem política”.¹⁹⁵

Pouco depois, em agosto de 1985, Abelardo Barroso Júnior, diretor da Superintendência Administrativa da Secretaria de Estado dos Transportes, escreveu um artigo na Revista Vida Industrial em que defendia a saída do Poder Público de atividades econômicas que deveriam ser de responsabilidade do setor privado. Para ele, o Estado estava exercendo uma função de concorrente com o poder privado em áreas onde a participação do Público deveria ser apenas uma coordenadora. No texto, ele reforça o paradigma, o qual estava se espalhando pelo País, de que era preciso reduzir a participação do setor público na economia. Assim, o papel do público seria apenas o de regulador do mercado.¹⁹⁶

Em 1987, na Revista Vida Industrial, ocorriam novas manifestações contrárias à intervenção do Estado na economia. Os empresários reclamavam da falta de definição sobre uma série de questões econômicas relevantes, o que deixaria no ar um clima de incerteza quanto aos rumos a serem trilhados pelo País. Dessa maneira, “o Brasil parece transformar-se em imenso laboratório de experiências de teorias econômicas, onde a regra de hoje observada é diferente da que prevalecia ontem e provavelmente será diversa da que virá

¹⁹⁴Hélio de Carvalho Garcia foi Governador de Minas Gerais por duas ocasiões. 1º mandato: 14/08/1984 a 15/03/1987 e 2º mandato: 15/03/1991 a 01/01/1995. Em 1963 iniciou sua vida política como deputado estadual e em 1971 foi eleito deputado Federal. Helio Garcia também foi vice governado em 1982 na chapa com Tancredo Neves, e foi nomeado por Tancredo a acumular também o cargo de prefeito de Belo Horizonte entre 1983 e 1984. Em 1998 Helio Garcia abandonou o cenário político. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241.Acesso> em: 25 jul. 2015.

¹⁹⁵GARCIA, Helio. **Empresa privada, pilar da ordem econômica**, Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 16-17, ago/1985.p.17.

¹⁹⁶JUNIOR, Abelardo Barroso. **O setor privado e o desenvolvimento**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p.40, ago/1985.

amanhã”¹⁹⁷. Essas incertezas nos rumos da economia não permitem a estabilidade e desfavorecem os investimentos por parte da iniciativa privada, alegam os empresários. Estes lamentam que o Governo tenha herdado, segundo eles, práticas inaceitáveis de decisões de política econômica, sem assegurar aos cidadãos, aos empreendedores e à livre iniciativa as condições adequadas de participação ativa na promoção do desenvolvimento.

Diante disso, observamos os empresários mineiros destacando a economia de mercado como a opção certa para o desenvolvimento nacional. Os empresários também apontaram o que se tornava indispensável para atingir os objetivos propostos: uma drástica redução das taxas de juros, compatibilizando-os com o mercado internacional. Outra medida era o aumento das exportações e a garantia das importações que fossem indispensáveis para a manutenção do crescimento do País. Além de uma adequada e rigorosa seleção dos investimentos e dos gastos de custeio público alcançar o equilíbrio orçamentário sem aumentar a carga tributária.¹⁹⁸

Tal perspectiva é reiterada, ainda em 1987, em encontro dos empresários mineiros com o Senador e Presidente da CNI Albano Franco, na casa da indústria, em meio à discussão sobre outras dimensões da situação econômica brasileira na década de 1980. Albano Franco apontou que o setor produtivo do Brasil estava sucateado, pois, há anos, o País não crescia o suficiente para atender ao desenvolvimento populacional e o aparelho produtivo parou de se modernizar de forma que pudesse competir com o mundo.

Conforme o senador, a solução estaria na livre iniciativa, no livre mercado:

“Os controles excessivos já mostraram no limite sua ineficiência. Basta de malabarismos. Acreditamos na livre iniciativa. É aí que está a solução... No Brasil, ela mostrou seu vigor. Vamos incentivá-la. Tiremos suas amarras. Soltemos a econômica. Deixemos os empresários trabalhar. E tudo entrará nos eixos”¹⁹⁹.

Outro ponto que o Presidente da CNI destacou foi a questão da privatização. Para ele, até aquele momento, era muito pouco a quantidade de capital estatal privatizado. Era necessário, portanto, acelerar o ritmo das privatizações para aliviar o Estado e abrir espaço para a iniciativa privada.

Em 1988, a FIEMG promoveria um seminário sobre o tema da privatização. Foram convidados: João Batista de Abreu, Ministro do Planejamento; Márcio Fortes, presidente do

¹⁹⁷ FIEMG, **Intervenção estatal aumenta e é reprovada pela Indústria**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 32-33, Jan/1987.

¹⁹⁸ FIEMG. Cinco Pontos para o novo plano econômico. Vida Industrial, Belo Horizonte, p 28-29, Maio 1987

¹⁹⁹ FRANCO, Albano. **Livre Iniciativa, salvação nacional**. Vida Industrial, Belo horizonte, p. 14-16, Dez/1987.p.15.

BNDES e Paulo Galleta, secretário do Conselho Federal da Desestatização. A conclusão é que o Estado brasileiro encontrava-se exaurido, pois não existiam mais recursos públicos para manter os investimentos. “Daí a necessidade de o governo brasileiro diminuir o mais rapidamente possível a sua participação nas empresas estatais,” afirmou Márcio Fortes.²⁰⁰

O grande interesse dos empresários mineiros na realização desse seminário era discutir como seria feita a privatização da USIMINAS. Na oportunidade, o empresário Geraldo Lemos, que era membro do Conselho Econômico da FIEMG e um dos integrantes da comissão de privatização da empresa, propôs que a usina deveria ir para leilão público e com participação de capital estrangeiro.²⁰¹

b)AFIEMG e a Constituinte

Um assunto bastante recorrente nas páginas da Revista Vida Industrial, no ano de 1987, foi a Assembleia Constituinte. Esta, após 24 anos de Ditadura Militar, trazia novamente o ar da democracia para o Brasil. Era o momento de reconstrução da nação e muitos setores tinham demandas a serem atendidas. A classe empresarial não ficaria de fora e teve uma participação nos debates e nas defesas de suas bandeiras, em clara oposição a certas pautas que estavam sendo discutidas na Assembleia e que seriam incorporadas ao texto final da Constituição. Na visão do empresariado mineiro, a nova Constituição não estava elegendo os princípios da livre iniciativa no seu texto e, sim, a presença do Estado. Era muito presente a ideia de que onde tinha a presença do Estado imperava a incompetência na condução dos empreendimentos.

Um dos primeiros pontos destacados na Revista Vida Industrial de desacordo entre o empresariado mineiro e propostas em debate na Constituinte foi a proposição de estatização do SESI, SENAI, SESC e SENAC, entidades mantidas com dinheiro das empresas e que não representavam ônus financeiros para os trabalhadores.

Outro ponto que desagradava os empresários mineiros e, que, na perspectiva deles, era mais um sinal de desapego à livre iniciativa no debate da Constituinte foi a proposição de se ampliar, na perspectiva empresarial, de forma ilimitada, a capacidade dos poderes em criar e instituir tributos. De acordo com a Revista, “esta disposição de tributar, em passado recente,

²⁰⁰ FIEMG. **Privatização: um consenso**. Vida Industrial, Belo horizonte, p 8-11, Set/1988

²⁰¹ Idem.

somente contribuiu para esvaziar a capacidade de industrialização dos estados de menor poder competitivo locacional”.²⁰²

Mas é no campo social que os empresários mineiros apontaram as principais distorções e obstáculos para a caminhada da livre iniciativa, especialmente nos temas da estabilidade no emprego e da redução da jornada de trabalho. Para os empresários, era impraticável garantir a estabilidade no emprego numa economia em desenvolvimento, uma vez que "a garantia do empregado e sua consequente estabilidade só serão alcançadas quando os setores produtivos estiverem livres dos grilhões de políticas econômicas recessivas e da presença inibidora do Estado na vida econômica da Nação”.²⁰³ Da mesma forma, a redução da jornada de trabalho como forma de ampliação do nível de emprego seria um enfoque distorcido da realidade econômica:

“Na verdade, somente com a ampliação substancial da produção interna poder-se-ia imaginar uma redução das atividades produtivas, compatibilizando-as com as regras de mercado, como ocorreu recentemente em países mais desenvolvidos como a Alemanha e o Japão. Atualmente, no Brasil, vivemos a égide da escassez de produção e do custo elevado dos insumos e matérias primas, exatamente porque aqui não se obedece ainda a regra mais simples da filosofia econômica: maior produção menor preços”.²⁰⁴

Em discurso intitulado “Do Brasil que seremos ao Brasil que pretendemos”, pronunciado no plenário da Assembleia Constituinte, o Senador e Presidente da CNI Albano Franco coloca suas impressões sobre o papel da Constituição para a definição do futuro do País. Segundo ele, o grande desafio era remover alguns entraves que seguram a sociedade brasileira na sua trajetória evolutiva, o excessivo dirigismo do Estado na sociedade e na economia e o exagerado gosto pelo detalhismo. Ele reconhece ainda que esses entraves têm raízes profundas, pois vieram com a formação cultural do País, porém a Constituinte seria uma oportunidade de travessia, uma ponte entre o retrógrado e o moderno.²⁰⁵

No que compete ao papel do Estado, Albano Franco defende que deve apenas garantir o equilíbrio e controlar o uso excessivo do poder, além de evitar a dominação de uns sobre os outros no exercício da liberdade individual. Assim, “a sintonia desse controle é que constituiu a arte de governar. Controlar em excesso é inibir as potencialidades da sociedade. Deixar de

²⁰² Idem.

²⁰³ Idem.

²⁰⁴ Idem.p.7

²⁰⁵ FRANCO, Albano. **Do Brasil que seremos ao Brasil que pretendemos**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p 8-10, Jul/1987.

controlar é provocar o caos. Ninguém defende hoje em dia o *laissez-faire*. Mas, certamente, ninguém advoga o dirigismo”.²⁰⁶

“O excessivo peso do Estado na economia, assim, é um dos sérios entraves a ser superado. A constituição não fará milagres, mas pode ajudar muito. Ela estabelecerá os limites do Poder Público no sistema produtivo. Do meu ponto de vista, luto para garantir o máximo de liberdade aqueles que desejam produzir com seus próprios recursos. Não desejo um Estado tutor, ou protetor. Não desejo tampouco um Estado interventor e autoritário. Almejo simplesmente um Estado regulador e mediador”.²⁰⁷

Em suma, para Albano Franco, em sintonia com o que aparece também nas páginas da Vida Industrial, a nova Constituição seria um fator decisivo para definir as regras da participação do Estado na economia que deveria ser de regulador e mediador. Na crítica ao detalhismo, por exemplo, ele dizia que na Constituição deveria caber tão somente os princípios básicos para vida social e para a construção da legislação ordinária. Era a favor, apenas, do emprego de ideias fundamentais para o estabelecimento do novo contrato social na Nova Constituição. De acordo com Albano Franco, questões referentes ao mundo do trabalho, por exemplo, mereceriam trato legislativo, não na Constituição, mas sim nas leis ordinárias.

No que diz respeito ao capital estrangeiro, Albano Franco posiciona-se totalmente contra qualquer tipo de entreguismo, mas também é contra o isolacionismo, defendendo a “associação sempre, desnacionalização nunca”. Para ele, toda empresa que quisesse vir para o Brasil para trabalhar junto seria bem-vinda. Entretanto, vir só para explorar ou se beneficiar de condições especiais, não. Segundo Franco, o mundo é de cooperação, não de exploração e as empresas estrangeiras deveriam entender isso.²⁰⁸

c)A FIEMG e a inflação

Como não podia ser diferente, a inflação foi outro assunto bastante recorrente na Revista Vida Industrial, já que ela estava diretamente ligada à questão da instabilidade econômica. No ano de 1987, o empresariado mineiro chamava a atenção para “forças perversas” que estavam atuando na economia nacional e afetando o funcionamento do setor produtivo, como a exagerada taxa de juros, a escassez de insumos para produção de bens finais e a acelerada deterioração do poder de compra da população devido a grande inflação.

²⁰⁶ Idem.

²⁰⁷ Idem. p.5.

²⁰⁸ Idem.

Os empresários também se mostraram inseguros com o que eles chamaram de “sinais contraditórios” da política econômica, conforme mostra a Revista:

“ Nós, que fomos estimulados a ampliar a produção e, por isso, assumimos sérios compromissos em 1986, no pressuposto de inflação e juros estáveis, deparamo-nos com um quadro rigorosamente invertido neste 1987. Ou seja, inflação e juros disparados, associados a sobretaxas fiscais, compulsórios, distorções de preços relativos e forte pressão salarial.”²⁰⁹

Segundo a *Vida Industrial*, o empresariado teria investido apostando que a inflação estaria controlada, mas o quadro encontrado em 1987 foi bem diferente, provocando, dessa forma, aumento da insegurança por parte da classe industrial, que não se sentia confiante de assumir novos riscos com a inflação descontrolada. A partir disso, o setor industrial demandava a participação direta na formulação de um programa econômico de longo prazo (no mínimo, 12 meses) com o estabelecimento de metas realistas que respeitassem as leis do mercado. Tal participação envolveria a presença direta na reformulação de uma política de preços, na reformulação da composição da cesta básica como também na construção de um índice legítimo e confiável para reajustes de salários. Além de metas para inflação em acordo com os demais setores industriais.²¹⁰

Entretanto, para os empresários mineiros, os últimos planos econômicos do Governo Federal tinham promovido inquestionáveis e permanentes transferências intersetoriais e intergovernamentais de recursos, o que causou maiores penalidades às regiões produtoras de insumos básicos. O estado de Minas Gerais, grande produtor de bens primários e intermediários, teria sofrido com os programas econômicos do Governo. Sendo assim, para ilustrar essa queixa, os empresários mineiros destacaram a política de preços administrativos que sempre conservavam os preços de bens primários e intermediários sob controle e com defasagem em relação aos índices da inflação.²¹¹

O problema da inflação ainda continuava sem solução em 1989. Após o fracasso do Plano Cruzado, o governo tentou outra alternativa para a estabilização econômica, o Plano Verão, lançado em 15 de janeiro de 1989. O presidente da FIEMG, José Alencar, representou os empresários mineiros em Brasília na ocasião da divulgação do Plano. Afirmando que os

²⁰⁹ FIEMG. **Uma luta em três frentes: juros, insumos e inflação**. *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 24-26, Abr/1987.p. 24.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ FIEMG. **Cinco pontos para o novo plano econômico**. *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 28-29, Mai/1987.

empresários iriam respeitar o Plano, Alencar considerava, todavia, “uma aventura delicada e perigosa” novamente a adoção de congelamentos de preços.²¹²

Assim, ele advertiu que a classe industrial já estava iniciando um movimento, para que, pelo menos, dois pontos do Plano fossem modificados: a suspensão da aplicação da tablita nas duplicatas representativas de fornecimento de mercadorias e da correção monetária para o setor, como garantia de inflação, já que, para ele, esses pontos foram erros de outros pacotes econômicos. Porém, como ponto positivo do Plano, o presidente da FIEMG apontou a disposição do governo em conter o déficit no setor público, reduzindo Ministérios, desativando autarquias e estatais e privatizando empresas.²¹³

Diante disso, as perspectivas para o ano de 1991 apontadas pelo setor técnico da FIEMG ainda estavam ligadas à questão da inflação. Em estudo divulgado na Vida Industrial, era assinalado que o persistente processo inflacionário, que caracteriza a economia brasileira, tinha como origem a necessidade de se extrair excedente suficiente para financiar um crescimento superior àquele que a sociedade tinha capacidade de financiar voluntariamente.²¹⁴ Por esse motivo, uma solução mais duradora para a questão da inflação, segundo o estudo, exigiria um equacionamento para a escassez de recursos. Assim,

na medida em que não se pode mais contar com o financiamento externo, é fundamental que a sociedade chegue a um acordo quando à inevitabilidade da geração interna destes recursos e aponte para a distribuição da contribuição entre os diversos segmentos.²¹⁵

Neste sentido, seria importante a convocação de um Entendimento Nacional. Porém, sugere-se que esse fórum não se limite à discussão de reajustes de preços e salários, medidas que, isoladas, não sobrevivem no médio prazo. Para obter legitimidade e a consequente adesão dos agentes econômicos, o entendimento deveria acenar com um projeto que agregasse aspirações comuns a toda sociedade. Dessa forma, um programa mínimo de reformas constitucionais básicas pode se constituir em um ponto de partida inicial.²¹⁶ Tais reformas teriam dois objetivos principais:

o primeiro, o de garantir o funcionamento estável da economia através da eliminação das restrições ao equilíbrio financeiro de longo prazo do setor público; o segundo, o

²¹² SILVA, José Alencar Gomes da. **Congelamento, um risco, no conjunto aprovado**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 32, Fev/1989.

²¹³ Idem.

²¹⁴ FIEMG. **Economia brasileira: desempenho e perspectiva**. Revista Vida Industrial Belo Horizonte, p 34-45. Fevereiro 1991.

²¹⁵ Idem. p.44.

²¹⁶ Idem.

de promover as reformas modernizantes de interesse dos agentes econômicos (por exemplo, aperfeiçoamento das relações capital/trabalho, eliminação de restrições ao livre funcionamento de mercados).²¹⁷

Tais mudanças, certamente, não constituiriam o conteúdo de um programa de estabilização, mas poderiam representar uma mudança de regime, afetando de forma positiva as expectativas, através da viabilização da capacidade de crescimento de longo prazo da economia. O melhor caminho apontado pelos técnicos seria usar os instrumentos já disponíveis para colocar em prática a política de estabilização. As dificuldades que foram enfrentadas pelas sucessivas experiências de estabilização terminaram por gerar um consenso em torno da necessidade de utilizar o tripé política monetária, política fiscal e política de renda no combate à inflação, mesmo não havendo um consenso sobre o grau de intensidade a ser atribuído a cada um desses instrumentos. Como o entendimento nacional leva tempo para ser construído, o estudo da FIEMG aponta que a política econômica para o ano de 1991 deveria ter nas políticas monetária e fiscal sua principal base de sustentação.²¹⁸

Em fevereiro de 1993, o Presidente Itamar fez uma visita oficial ao seu estado de origem, Minas Gerais, em comemoração aos 60 anos da Federação da Indústria de Minas Gerais. Nessa solenidade, no discurso de abertura proferido pelo presidente da entidade José Alencar, não faltaram elogios ao Presidente da República e, sobretudo, apoio empresarial ao novo Presidente. Na ocasião, José Alencar mencionou a livre iniciativa e a inflação destacando que essas questões já se arrastavam há anos no Brasil e, que, naquele momento, chegara a vez de Itamar Franco resolver essa demanda. Conforme Alencar,

a sociedade espera do seu benemérito governo mobilização permanente para o combate derradeiro a esse enclave perverso, que empobrece o povo, inviabiliza o investimento econômico e distorce valores e afeta o homem em seu comportamento. É difícil programar desenvolvimento em clima de inflação exacerbada e sem a segurança do longo prazo na manutenção das normas estabelecidas. Estamos sintonizados com os propósitos do Governo, que são também os nossos propósitos e a nossa disposição pela restauração da força e do vigor da economia.²¹⁹

Assim, o Presidente da FIEMG confere todo seu apoio ao novo Executivo da nação esperando que a inflação fosse sanada para viabilizar o desenvolvimento econômico e a segurança para investir. Desse modo, como veremos na próxima seção, nos anos 1980 e 1990,

²¹⁷ Idem.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ SILVA, J. A. G. **A FIEMG ao lado do Brasil**. Revista Vida Industrial. Belo Horizonte. P.5-6, fev. de 1993.p.6.

muitos planos econômicos foram colocados em ação para sanar o problema da inflação. Todavia, somente em 1994, com a implementação do plano Real, esse objetivo foi alcançado.

d)FIEMG, planos de estabilização e política industrial

Os anos de 1980 e o início dos anos 1990 foram marcados por uma grave crise e instabilidade econômica. Todavia, o ano de 1986 começou, através do Plano Cruzado²²⁰, com certo otimismo por parte do empresariado mineiro, na expectativa de superar o cenário vigente desde o início da década de 1980, muito conturbada com o aumento da dívida externa e o descontrole da inflação, comprometendo investimentos em políticas públicas. De acordo com o editorial da Revista Vida Industrial, do mês de janeiro, a notícia da implantação de uma reforma econômica, em que o principal mecanismo foi a criação do Cruzado, teve boa aceitação e foi recebido de muito bom grado pelos empresários.²²¹ Além disso, as sinalizações de presidente da República José Sarney, de promover a liberalização da economia, também animavam os empresários.

Assim, ainda em agosto de 1986, um artigo de Geraldo Lemos Filho, membro do conselho econômico da FIEMG, mostra que a esperança no Plano de Estabilização Econômica era alta. O autor chega a dizer que o Plano foi a melhor intervenção do Governo para a correção dos rumos da economia, porém alertou para a necessidade de se efetuarem correções. Assinala, então, que o Governo estava demorando a fazer tais correções, como, por exemplo, a revisão dos preços de certos produtos, cujo congelamento afetou mais diretamente.²²²

Em dezembro de 1986, a FIEMG expressou sua insatisfação com a gestão do Plano Cruzado. A importância da implementação do plano nunca foi negada pela FIEMG, pelo contrário, sempre foi muito exaltada. Esse intervencionismo pontual do Estado na economia foi compreendido pela classe empresarial como necessário para sanar problemas graves, como a inflação, que dificultava o investimento e o poder de compra dos brasileiros. Criou-se uma expectativa de que, no âmbito da máquina burocrática, alterações significativas viessem a ocorrer, visando drásticas reduções do déficit público e dos gastos de custeio, maior eficiência

²²⁰ O Plano Cruzado foi um Plano de estabilização econômico lançado em 28 de fevereiro de 1986 durante o Governo de José Sarney, que promoveu uma reforma monetária no país criando uma nova moeda, o Cruzado. A taxa de conversão foi de 1000 Cruzeiro para cada Cruzado. O plano ainda estipulava o congelamento dos preços e serviços. Ver mais em MODIANO, E. **A Opera dos três Cruzados: 1986-1989**. In ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

²²¹ BOTELHO, Urias. **A Reforma Econômica**. Vida Industrial, Belo Horizonte, editorial, jan/1986.

²²² FILHO, Geraldo Lemos. **Visão da economia depois do Cruzado**. Belo Horizonte, p. 38-39, Ago/1986.

da estrutura administrativa, com melhoria da produtividade e, em seguida, o declínio da presença do Estado na economia.²²³ Todavia, o artigo da FIEMG assinala que

“em lugar de gradual e desejável retraimento, única forma de se devolver ao universo empresarial a indispensável confiança para investir, procura o Estado ampliar cada vez mais sua ação intervencionista na economia, fato que chegar a desarticular a relação dos negócios privados, com sérias repercussões no próprio crescimento do País. Não podemos concordar que os princípios da liberdade individual, da iniciativa empresarial e da concorrência de mercado orientada pelas leis de oferta e procura sejam esmagados a cada dia pelo excesso de intervencionismo”.²²⁴

Assim, a classe industrial mineira reivindicava a elaboração e a implantação de um novo plano econômico, visando à efetiva promoção do desenvolvimento nacional, conforme assimila a Vida Industrial, em bases mais coerentes com a realidade do país. Foi entregue ao Ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, em oportunidade do encontro do ministro com os empresários mineiros na Casa da Indústria em Belo Horizonte, um documento produzido pela FIEMG contendo o que os industriais mineiros esperavam desse novo plano econômico:

“Opção clara pela economia de mercado, observando rigorosamente a lei de oferta e da procura, exceto para os oligopólios; fortalecimento da iniciativa privada nacional, com destaque para micro e pequena empresa; controle dos preços para cartéis monopólios e oligopólios, nunca para os setores competitivos; tratamento incentivado para a reaplicação dos lucros na capitalização das empresas; e redução das disparidades econômicas regionais através de mecanismos de descentralização, aspecto fundamental para a redução das pressões sociais”.²²⁵

Dessa forma, o otimismo do início de 1986 não subsistiu nos anos seguintes. No início de 1988, o empresário Ildeu da Silveira e Silva, diretor - secretário da FIEMG, assinalava que “o ano novo já nasceu com cara de velho, e pela primeira vez, está sendo esperado com frieza e sem esperança de dias melhores”.²²⁶ De acordo com Silveira e Silva, a confiança nos homens públicos estava abalada e as soluções mágicas para o fim da inflação estavam desgastadas pelas constantes demonstrações de ineficácia. Esse sentimento é devido às indefinições do quadro econômico em 1987 que levaram os empresários a compartilharem da ideia de que o ano de 1988 seria cheio de incertezas e dificuldades.²²⁷

²²³ FIEMG, **O Plano Cruzado e a Iniciativa Privada. Vida Industrial**, Belo Horizonte, p. 25, Dez/1986.

²²⁴ Idem.p. 25.

²²⁵ FIEMG. **Cinco Pontos para o novo Plano Econômico**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p 28-29. Maio 1987

²²⁶ FIEMG. **Ano novo já nasce com cara de velho. Empresário condena pacote**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 14-15, Jan/1988.p. 28.

²²⁷ Idem.

Nesse espírito de poucas expectativas, o Presidente da FIEMG, Nansen Araújo, saudou sem entusiasmo o plano econômico do recém-empossado Ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega (1988), conhecido na imprensa como “política do arroz com feijão”.²²⁸ Em uma visita do ministro à Casa da Indústria, em Belo Horizonte, Araújo parabenizou-o por pensar na economia de forma tão simples. Nessa mesma oportunidade, os empresários mineiros entregaram ao ministro um documento com alguns itens que achavam importantes para a reorganização da economia nacional. Entre eles estava a questão do déficit público em que os empresários pediram rigoroso controle no cumprimento do orçamento da União, principalmente nas estatais, para que elas se tornassem autossuficientes. As altas taxas de juros também foram lembradas pelos empresários, já que, com as taxas elevadas, a capacidade competitiva das empresas brasileiras ficava comprometida, desestimulando novos investimentos. Ademais, solicitaram, também, a não elevação da carga tributária e o não intervencionismo do Estado no mercado de ações.²²⁹

Já a nova política industrial,²³⁰ lançada pelo ministro Mailson da Nóbrega, mirando as exportações, agradou aos empresários mineiros, com algumas manifestações de cautela. A abertura dos portos seria importante, mas a FIEMG não deixou de manifestar sua preocupação com a regulamentação da medida e a forma como deveria ser feita. Para os técnicos da FIEMG, uma inserção mais acentuada no mercado internacional era um passo importante para o desenvolvimento da indústria brasileira, mas a abertura às importações deveria ocorrer de forma gradual e progressiva, levando em conta os níveis preexistentes de desenvolvimento tecnológico e as perspectivas imediatas de obtenção de maior capacitação, além da disponibilidade de adequação dos fatores mão de obra, infraestrutura, matéria-prima e a

²²⁸ “Arroz com feijão” foi como ficou conhecido na imprensa o Plano Econômico lançado em 1988 pelo Ministro Mailson da Nóbrega. O Ministro Nóbrega procurou rejeitar a alternativa heterodoxa e estipulou metas mais modestas para a estabilização inflacionária. Para reduzir o déficit público foram congelados em termos reais, os saldos dos empréstimos ao setor público, atingindo assim empresas estatais, governos estaduais e municipais e a administração direta. Ver mais em MODIANO, E. **A Opera dos três Cruzados: 1986-1989**. In ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

²²⁹ FIEMG. **Orçamento, juros, incentivos, dívida, tributos, credibilidade**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 8-9, Fev/1988.

²³⁰ Segundo Rua e Aguiar, é possível identificar duas fases no processo de decisão da política industrial no governo Sarney. A primeira (1985-1987) tinha cunho mais nacionalista, privilegiando a indústria privada, mas com o Estado sendo o principal agente promotor. E a segunda (1988-1990), voltada para a abertura ao mercado externo cabendo ao Estado o papel de agente regulador do mercado. O processo de formulação da política industrial concentrou-se basicamente nas agências burocrática, onde as medidas a serem adotadas eram elaboradas por seus membros. Os políticos quase estiveram ausentes da formulação da política industrial, ficando evidente a falta de competição entre os burocratas e os políticos. A classe trabalhadora também foi praticamente excluída do processo de formulação da política industrial. Dessa forma, no governo Sarney a burocracia continuou sendo o ator dominante nas formulações de política industrial. Ver mais em: RUA, M.G. & AGUIAR, A. T. **A Política Industrial no Brasil, 1985-1992: Políticos, Burocratas e interesses organizados no processo de policy-making**. Planejamento e Políticas Públicas nº 12 – Jun/Dez de 1995.

democratização do acesso das pequenas e médias empresas aos benefícios da Nova Política Industrial na questão das importações.²³¹

De todo modo, ainda sobre a proposta da Nova Política Industrial, a FIEMG chama a atenção para o modelo de financiamento, apontando para o aprimoramento do sistema do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento), de modo a dotá-lo de recursos necessários e conferir-lhe maior agilidade e aderência aos objetivos da nova Política, além de promover enfaticamente o desenvolvimento do mercado acionário, através de medidas fiscais que estimulem empresas e investidores a nele operar.²³²

No início da década de 1990, os técnicos da FIEMG não estavam muito otimistas, dado o elevado grau de instabilidade da economia brasileira, sobretudo no último ano da década de 80. Eles não tinham nenhuma dúvida, que era inevitável um desaquecimento econômico no ano de 1990, como resultado de uma série de medidas que seriam tomadas, com o intuito de recolocar a nação nos “trilhos do desenvolvimento”.²³³ Tais medidas deveriam ser “um forte choque fiscal, visando a efetiva redução do déficit público, o que deverá constituir-se no instrumento básico de estabilização econômica”.²³⁴ A forma de se proceder a tal choque não deveria conter elementos novos, mas deveria ser caracterizada pela firmeza e credibilidade, logo no início do próximo mandato presidencial, sem o que todas as chances de reestruturação da economia brasileira estariam definitivamente minadas.

Mesmo que tais medidas embora tenham um caráter impopular, incluindo a classe produtora, o estudo da FIEMG concluía que elas deveriam ser implementadas a partir de um acordo nacional, envolvendo principalmente:

a elevação da arrecadação tributária, com uma ampla reforma da estrutura tributária do país, ampliando a base de incidência trazendo à tona a economia invisível, aumentando a base tributária sem aumentar as alíquotas; combate a sonegação de impostos o fim das isenções tributárias, que via de regra privilegia determinados setores em detrimento de outros; redução da máquina administrativa, embora esse quesito não seja o principal obstáculo ao saneamento das finanças públicas; a montagem de um esquema racional de privatização de empresas estatais.²³⁵

Também foi colocado como fundamental no estudo da FIEMG o esforço em torno da atração de capitais externos, já que o Brasil não dispunha de uma posição privilegiada no início dos anos 1990 para atração desse tipo de investimentos. Existiam novos e fortes

²³¹ FIEMG. “**Sim**” para nova política industrial. *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 19, Jun/1988.

²³² Idem.

²³³ FIEMG. **O desempenho da economia brasileira e mineira**. *Revista Vida Industrial*. Belo Horizonte, p 31-49. Abril de 1990.

²³⁴ Idem.

²³⁵ Idem. p. 47.

concorrentes para os investimentos estrangeiros. Para tanto, seria necessário o oferecimento de condições favoráveis à instalação desses capitais como sinais mais claros de ações em prol da estabilidade econômica, reaparelhamento da infraestrutura básica, oferecimento de alguns incentivos, instituições fortes e respeitáveis, economia de livre mercado e oferecimento de mão de obra qualificada.²³⁶

Logo após sua posse, o presidente Collor de Mello colocou em prática seu programa de combate à inflação e lançou o Plano Brasil Novo.²³⁷ Em um estudo apresentado por Walter G. Taveira, presidente do Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros, aos empresários mineiros, o Plano era apresentado como ousado e perfeito no campo econômico, mas apresentava algumas falhas no campo jurídico. O reflexo imediato do Plano seria uma recessão, porém, considerando seu objetivo de combater a inflação, o que seria normal e inevitável e menos doloroso se viesse por meio de uma hiperinflação.²³⁸

Para Walter G. Taveira, o Plano teria eficácia quase ilimitada no que se refere aos tradicionais problemas econômicos, financeiros, comerciais, tributários e morais da sociedade brasileira, já que alcançaria o fim da ciranda financeira, restabeleceria condições de maior liberdade comercial, eliminaria a excessiva burocracia que o cidadão era submetido junto ao setor público, estabeleceria o câmbio flutuante, definiria penalidades rígidas aos sonegadores e corruptos e reduziria o tamanho do estado.²³⁹

Após o lançamento do Plano Brasil Novo, os membros da FIEMG reuniram-se na Casa da Indústria para discutir o novo Plano de estabilização econômico. Nessa Assembleia, o Presidente da FIEMG José Alencar destacou o caráter corajoso do Plano e considerou válidas as medidas no que se referia ao combate à inflação, mas fez restrições em relação ao congelamento dos preços e ao contingenciamento de depósitos à vista do *overnight* e da

²³⁶ Idem.

²³⁷ O Plano Brasil Novo foi lançado 16 de março de 1990, um dia após a posse do presidente Fernando Collor. Apesar do nome oficial o plano ficou conhecido com Plano Collor e tinha como principal objetivo acabar com a inflação. O Plano ficou marcado pelo bloqueio das aplicações financeiras, o papel moeda em posse do público não sofreu com a medida. Os valores ficaram bloqueados no Banco Central por 18 meses recebendo juros de 6% ao ano mais a correção monetária. Os valores seriam liberados em 12 parcelas a partir do 19º mês. O Plano também criou outra moeda, o Cruzeiro, que substituiu o Cruzado Novo. Nos primeiros meses o Plano conseguiu reduzir a inflação de 70% ao mês para 10% ao mês, porém a partir de setembro de 1990 a inflação voltou a crescer na casa dos 20% ao mês, levando o fracasso do Plano. Ver mais em CARVALHO C. E **As origens e gênese do Plano Collor**. Nova Economia_Belo Horizonte_16 (1)_101-134_janeiro-abril de 2006. _____ **O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?** ECONOMIA, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.283-331, jul./dez. 2003.

²³⁸ TAVEIRA, Walter G. **Política gerencial no Plano Brasil Novo**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p.8-15, Mai/1990.

²³⁹ Idem.

caderneta de poupança. Entre elas, destacou que 20% sobre aplicação do *over* liberados pelo governo não seriam suficientes para pagar a folha de salário nem honrar outros compromissos. Essa questão geraria muitas dificuldades para os empresários, sobretudo com a imposição de pesados juros pelo sistema financeiro.²⁴⁰

Tal posição era mais cautelosa na avaliação do Plano que a do estudo apresentado por Walter G. Taveira, o qual assinalava que o Ministério da Economia e o Banco Central estariam atentos para administrar a injeção de recursos na economia brasileira de acordo com a necessidade. Isso seria feito em doses homeopáticas com o objetivo de se evitar a volta da espiral inflacionária. Assim, aconselhava a classe empresarial não se deixar influenciar pelas primeiras dificuldades surgidas com o Plano Brasil Novo. Demissões maciças deveriam ser evitadas para não transformar a recessão em depressão ou para, no mínimo, não ocorrer um retardamento do reaquecimento da economia.²⁴¹

Apesar do Plano Brasil Novo ter sido uma operação traumática, segundo Albano Franco, presidente da CNI, o empresariado confiava em seus resultados. A CNI, junto com outras 24 federações estaduais da indústria, manifestou apoio ao Plano. Albano Franco só chamou atenção para alguns problemas de dosagem que precisariam de uma intervenção por parte dos técnicos que cuidavam do Plano. O primeiro problema se referia à certeza da devolução dos cruzados aos seus legítimos donos. Os administradores do Plano precisariam fazer os bancos emitirem, em curto prazo, extratos mensais das contas em cruzados novos a todos seus clientes que foram afetados pela medida do Plano Brasil Novo. Isso seria importante para que cada um soubesse da evolução dos seus recursos e para ter certeza de quanto receberia no final dos 18 meses. O segundo problema referia-se ao esclarecimento e prestação de contas do Governo sobre a economia gerada pelo Plano.²⁴²

De acordo com Albano Franco,

“as reformas são profundas e de longa duração. Foi uma cirurgia reparadora. O Plano Brasil Novo fez uma revolução pacífica ao promover simultaneamente a recuperação moral e a econômica da Nação. Passando por cima do arcaísmo das esquerdas e das direitas, o presidente Collor consertou o que precisava ser consertado – tudo de modo prático, direto e firme”.²⁴³

²⁴⁰ FIEMG. **FIEMG em ação rápida orienta as empresas**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 9 Mai/1990.

²⁴¹ TAVEIRA, Walter G. **Política gerencial no Plano Brasil Novo**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p.8-15, Mai/1990.

²⁴² FRANCO, Albano. **Problema de Dosagem**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 40-41, Jun/1990.

²⁴³ Idem. p. 40.

Sobre a política industrial do governo Collor, foi apresentado, em estudo feito pelos técnicos da FIEMG para o ano de 1991, que as medidas apontadas na Política Industrial e de Comércio Exterior representavam uma ruptura com a tradição anterior. Antigos instrumentos foram praticamente abandonados e a ação de política industrial passou a ter na política comercial um dos seus principais elementos. A orientação básica da Nova Política Industrial foi induzir o aumento da competitividade utilizando-se da maior exposição à concorrência externa. Ao longo do ano de 1991, foram virtualmente eliminadas as barreiras não tarifárias reduzidas, as tarifas em diversos produtos e anunciado um cronograma de redução geral das tarifas para o período 1991-94.²⁴⁴

Essas alterações na política comercial, além de gerarem pressão competitiva na economia, representariam uma mudança significativa na forma do Estado formular e executar políticas dirigidas à indústria. Assim,

do sistema anterior, centrado na concessão de isenções e reduções de impostos, especialmente do imposto de importação, que deu lugar aos regimes especiais de importação, a Política Industrial passa a transitar em direção a um sistema funcional baseado em medidas de caráter mais geral.²⁴⁵

Em 1991, essa transição não estava completa e a política industrial e de comércio exterior estava em construção. Apesar do pronunciamento positivo dos técnicos da FIEMG, foram observados obstáculos relativos às dificuldades para a definição de objetivos parciais, a insuficiente coordenação no uso dos instrumentos e aos problemas para a programação da sequência das diversas ações que deveriam afetar as indústrias. A nova política teria, ainda, que superar as resistências existentes e os limites impostos pela instabilidade macroeconômica, que ampliavam os obstáculos para a formação de um novo consenso sobre a política industrial brasileira. Desse quadro resultou a dificuldade de definição das políticas para os setores emergentes, de identificação dos novos instrumentos e da própria formulação do papel do Estado no processo de reestruturação industrial.²⁴⁶

A CNI, preocupada com a abertura comercial, elaborou um estudo sobre como os empresários estavam reagindo a essa exposição à concorrência internacional. Foi enviado um questionário a 699 empresários líderes de seus setores, que, no total, empregavam, até março de 1991, mais de um milhão de pessoas e representavam 57% do PIB industrial. Na primeira

²⁴⁴ FIEMG. **Economia brasileira: desempenho e perspectiva**. Revista Vida Industrial Belo Horizonte, p 38-45. Fevereiro 1991.

²⁴⁵ Idem.p.42.

²⁴⁶ Idem.

parte do questionário, buscou-se apurar a opinião dos empresários em relação à velocidade em que essa abertura do mercado estava sendo feita. Desse modo, 54% dos empresários estavam considerando a abertura moderada ou rápida. Porém, essa percepção varia de acordo com o setor da economia.

No setor têxtil, por exemplo, 71,7% dos empresários consideraram a abertura rápida, enquanto, no setor farmacêutico, 71,4% estavam achando a abertura da economia lenta. Contudo, na análise de José Augusto Fernandes Coelho, secretário executivo da Comissão de Política Industrial (COPIN) da CNI, a abertura comercial não era lenta, mas também não chegava a ser algo destrutivo para industrial nacional.²⁴⁷

Ademais, entre as 699 empresas consultadas, 78,4% apontaram como fraca a concorrência dos produtos estrangeiros. O presidente da FIESP, Mário Amato, explica que esses dados foram baseados na recessão econômica que atingiu o Brasil no primeiro ano do Governo Collor. Com o poder de compra reduzido, o fluxo de importação foi menor, assim as empresas não sentiram tanto a concorrência dos produtos importados.²⁴⁸

Em análise mais detalhada da série de questionários da CNI até 1995, Ignacio Delgado demonstra que o impacto da abertura econômica variou de acordo com o setor. O estudo apontou que, desde o início do processo da abertura, as empresas adotaram a mesma postura de apostar na racionalização da produção e em programas de qualidade de produtividade. O investimento em pesquisa e tecnologia, assim, ficou em segundo plano para as empresas brasileiras.

Ainda conforme Delgado, a partir de 1995, a CNI identificou alguns setores sendo atingidos de forma diferente pela abertura econômica, como, por exemplo, a indústria extrativa mineral e metalurgia, farmacêuticos não estavam sofrendo com a concorrência estrangeira. Outros, como química, couros e peles, estavam expostos a forte concorrência, mas resistiram sem perder posições, enquanto setores como têxtil, vestuário, calçados, alimentares, entre outros, estavam sofrendo grande competição dos produtos importados fazendo com que reduzissem investimentos. Ao longo da década de 90, os empresários passaram a fazer diversas objeções quanto à condução da abertura econômica.²⁴⁹

No segundo semestre de 1991, a economia brasileira voltou a dar sinais de que não estava bem. A recessão, já esperada desde o início de 1990 quando Collor alertou que

²⁴⁷ FIEMG. **O pensamento de 699 dirigentes. Abertura comercial e estratégica tecnológica: uma avaliação em pesquisa da CNI.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 6-8, 1991.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ DELGADO, Ignacio G. - **Previdência Social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira.** São Paulo: LTr, 2001.

aconteceria nos primeiros meses de seu mandato, parecia não passar. Dessa maneira, no estudo elaborado pelo Conselho Econômico da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, destacava-se um novo elemento desestabilizador que se somou ao quadro de dificuldades que a economia brasileira estava passando: a iminência de uma crise cambial, o que, na análise dos técnicos da FIEMG, engessaria o País a curtíssimo prazo. Assim, o nível de reservas se aproximou do ponto crítico o suficiente para pagar apenas quatro meses de importação.²⁵⁰

Nesse cenário, os técnicos da FIEMG apostaram que a equipe econômica do governo teria um espaço de manobra bastante reduzido, prevendo ações, como, por exemplo, a imposição de um rigoroso pacote tributário e o aprofundamento da política de austeridade monetária com a manutenção das taxas de juros reais em níveis elevados. Nesse sentido, os técnicos do Conselho Econômico da FIEMG sugeriam aos empresários que fugissem dos empréstimos bancários, o aprimoramento da administração do fluxo de caixa e a seletividade da clientela.²⁵¹ Por sua vez, o presidente da CNI e Senador, Albano Franco, alertava que o setor produtivo não tinha mais condições de suportar as elevadas taxas de juros e o quadro de recessão interna. Para ele, a política monetária de altas taxas de juros deveriam ser revistas para que a recessão não se agravasse mais.²⁵²

Para a FIEMG, algumas medidas tomadas para a modernização da indústria foram comprometidas devido às incertezas em relação à economia e ao baixo financiamento para projetos industriais de médio e longo prazo. As empresas nacionais foram expostas a uma maior concorrência internacional, já que o programa de abertura comercial antecipou as rodadas de redução de alíquotas. As empresas só não sentiram efeitos mais intensos devido ao quadro recessivo que acabou sendo um inibidor para o aumento das importações.²⁵³

O diagnóstico feito pela equipe da FIEMG sobre a abertura comercial, como instrumentos de modernização industrial, assinala que essa prática seria essencial à política industrial, no entanto dada a fase que o País estava passando, de contingenciamento das atividades, não foi possível as empresas se prepararem adequadamente para enfrentar a concorrência. Sob o ponto de vista das indústrias, as medidas instituídas, em 1992, provocaram um maior nível de decisões de adaptação e ajuste, principalmente, para fazer frente ao programa de liberalização comercial quando comparadas ao ano

²⁵⁰ FIEMG. **Alternativas para a estratégia empresarial**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 8-11, 1991.

²⁵¹ Idem.

²⁵² Franco, Albano. **Previdencia, hora de solucionar. Vida Industria**, Belo Horizonte, p. 5, 1991.

²⁵³ FIEMG. **Da instabilidade à espera da reversão do progresso recessivo**. Revista Vida Industrial. Belo Horizonte, p 7-18. Janeiro de 1992.

anterior.²⁵⁴ Portanto, uma análise das estratégias adotadas pelas empresas, ao longo do ano, mostradas pelo estudo da FIEMG, demonstrou que, com raras exceções,

optaram por direcionar suas iniciativas para a diminuição das ineficiências operacionais (que geralmente implicam em investimentos menores) dando prioridade para as ações voltadas à quantidade e produtividade e relegando para um segundo momento, os investimentos mais expressivos em pesquisa e introdução de produtos e processos com grande conteúdo de inovação. Desse modo, o grau de competitividade das indústrias brasileiras prosseguiu muito aquém do necessário para suportar o desafio de uma crescente integração internacional.²⁵⁵

Entretanto, conforme estudo da FIEMG, essa estratégia foi suficiente apenas para garantir a sobrevivência das empresas no mercado, as quais ignoram a maioria dos instrumentos lançados pelo Governo, postergando as decisões de investimento à espera da estabilização econômica. Assim, os mecanismos propostos pela “Nova Política Industrial” apresentou pouca eficácia no sentido de estimular o desenvolvimento das indústria nacional, até porque existiram subprogramas, que ficaram em condição de elaboração ou aprovados, mas não chegaram a ser executados.²⁵⁶

Em outro estudo da FIEMG, o ano de 1993 não revelou nenhuma alteração no que se refere à condução da política industrial. As medidas implementadas objetivaram apenas dar suporte à estratégia de ação em curso. Dentro desse propósito, foi concluído, em 1º de julho de 1993, o processo de redução da tarifa aduaneira do Brasil – TAB – que havia se iniciado em 31 de janeiro de 1991. Para estimular o empresário a investir parte dos resultados gerados pela sua empresa no desenvolvimento de tecnologia própria, entrou em vigor, em 2 de junho de 1993, a Lei 8.661, que reformulou o Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (PDTI) criado pelo decreto 2.433/88.²⁵⁷ Assim, as medidas adotadas ao longo de 1993, mesmo as anteriores, estariam voltadas para a definição de uma política industrial de âmbito estrutural. Isso ocorreria em consonância com a ideia predominante no governo de criar condições estruturais mínimas que permitissem às empresas tornarem-se mais competitivas progredindo pelas leis naturais do mercado.²⁵⁸

O ano de 1994 foi o ano de virada para economia nacional. Após décadas de instabilidade e inflação altíssima, a economia passa a dar sinais de recuperação e estabilidade. O controle da inflação foi alcançado com o Plano Econômico que criou a URV (Unidade Real

²⁵⁴ Idem.

²⁵⁵ Idem. p. 10.

²⁵⁶ FIEMG. ²⁵⁶ **Evolução em Xequê.Revista.** Vida Industrial. Belo Horizonte, p 24-41. Março de 1994

²⁵⁷ Idem

²⁵⁸ Idem.

de Valor) como uma moeda transitória e, posteriormente, implementou o Real. A implementação do Plano ocorreu de forma gradativa, ao contrário do que aconteceu com os planos anteriores, permitindo, assim, correções e ajustes necessários.²⁵⁹

Diante disso, o Plano foi implementado seguindo três etapas fundamentais para que o êxito fosse alcançado. Na primeira etapa buscou-se o equacionamento da questão fiscal, envolvendo ajuste desde contas públicas até mesmo a reformas constitucionais que garantissem o equilíbrio duradouro das finanças do setor público. A segunda etapa consistia na eliminação da inércia, que caracterizava o processo inflacionário, com a superindexação da economia de forma progressiva e voluntária a URV, eliminando, assim, a memória inflacionária e promovendo o reequilíbrio dos preços relativos. A terceira etapa consistia em fazer uma ruptura do processo inflacionário através de uma reforma monetária e estabelecendo algum tipo de âncora, seja monetária seja cambial, para eliminar a capacidade do Governo de inflacionar a economia.²⁶⁰

De modo geral, o estudo da FIEMG concluiu que o Plano econômico se revelou positivo e destacou dois motivos. Primeiro, a implantação do Plano ocorria de modo gradual, permitindo correções e ajustes, diferentemente dos Planos anteriores da década de 1980 e início de 90. Em seguida, o objetivo era combater de forma complementar e simultânea diversos focos do processo inflacionário. Portanto, “buscou-se introduzir um novo regime fiscal e monetário através do ajuste fiscal e financeiro das contas públicas e combater os componentes institucionais e de expectativas da inércia inflacionária”.²⁶¹

e)A FIEMG e a questão tributária

Muitas propostas de reforma tributária surgiram como solução para o problema brasileiro. No Governo de Fernando Collor, foi criada a Comissão Executiva da Reforma Fiscal, que não prosseguiu devido à crise política e ao processo de *impeachment* do presidente. A proposta da Comissão Executiva da Reforma Fiscal era a criação de um imposto sobre o Valor Adicionado com a fusão do IPI, ICMS e ISS pagos no destino; a desoneração plena das exportações; a criação de uma Contribuição sobre Transações Financeiras e a

²⁵⁹ FIEMG. **O País pode estar no caminho certo**. Vida Industrial. Belo Horizonte. P. 6-10, maio de 1994.

²⁶⁰ Idem.

²⁶¹ Idem

eliminação de contribuições sociais com a privatização parcial da previdência social.²⁶² Essa proposta, como veremos mais adiante, foi duramente criticada pela FIEMG.

Durante os Governos seguintes – Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso –, ocorreu a criação e a prorrogação do Fundo Social de Emergência, do Imposto Provisório sobre a Movimentação Financeira e uma proposta de emenda constitucional para reforma tributária enviada ao Congresso em 1995.²⁶³

Em decorrência das propostas mencionadas, em 1995, uma nova sugestão feita pelo setor produtivo chega ao Congresso Nacional. Tratava-se de um projeto oriundo da FIESP e da CUT que propunha a “desconstitucionalização dos impostos, privilegiava os impostos diretos com progressividade e propunha apenas um imposto sobre consumo”. Para Marcus Melo, o que a FIESP realmente queria era um imposto “*salestax*” em que todo o ônus era transferido para o comércio.²⁶⁴

Conforme a Revista *Vida Industrial*, no mês de maio de 1992, a FIEMG fez um diagnóstico sobre o sistema fiscal brasileiro na década de 1990, que foi caracterizado por uma grande complexidade, ineficácia e grande dose de injustiça social, provocando, dessa forma, uma série de resultados maléficos para a economia nacional, como o elevado nível de evasão e sonegação fiscal, a diminuição do poder de compra das pessoas - que acabam assumindo o ônus tributário através dos preços - e as empresas cada vez mais sufocadas. Ainda nessa edição da revista, a FIEMG lança uma campanha em prol do Imposto Único sobre Transações, levada ao Congresso pelo deputado Flávio Rocha, que, na visão dos empresários mineiros, seria a melhor alternativa para reforma fiscal.²⁶⁵

Nesse mesmo documento, a FIEMG afirmou que muitas das propostas sobre reforma tributária, que foram apresentadas no intuito de simplificar a contribuição, não eliminavam o maior problema do sistema que estava em vigência, a existência de uma base muito restrita com alíquotas elevadas, o que fazia com que apenas uma pequena parte da sociedade arcasse com o ônus tributário. De acordo com a FIEMG, o maior mérito do Imposto Único sobre Transações está justamente no fato de criar uma base tributária mais ampla, permitindo, assim, alíquotas mais baixas e suportáveis pela sociedade.²⁶⁶

²⁶² MELO, M. A. **Reformas constitucionais no Brasil – instituições brasileiras e processo decisório**. RJ: Ed. Revan; Brasília: Ministério da Cultura. 2002.

²⁶³ Idem

²⁶⁴ Idem

²⁶⁵ FIEMG, **Imposto Único: instrumento de ajuste para a retomada do desenvolvimento**. *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 6-10, Mai/1992.

²⁶⁶ Idem

Outro ponto importante sobre o IUT destacado pela instituição era a fiscalização mais simples e barata, já que seria realizada sobre o sistema bancário, porém sem riscos de quebra de sigilo, porque se realizaria sobre os montantes arrecadados e, num segundo momento, sobre aplicação dos recursos. Ademais, o Imposto Único sobre Transações permitiria um sistema de repasse automático dos recursos, garantindo sua fluidez e maior autonomia dos governos estaduais e municipais.²⁶⁷

O documento da FIEMG ainda chamava a atenção para o fato do Imposto Único não ter sido testado devidamente em outros países. Isso, para os empresários mineiros, era um grande desafio por conta da sua característica revolucionária. Se ele fosse adotado, significaria abandonar uma série de dogmas que se enraizaram na cultura nacional, causando, na leitura da instituição, muita resistência por alguns segmentos.

Segundo a perspectiva da FIEMG, o imposto resultaria na:

“1) extinção de todos os impostos (com exceção das tarifas aduaneiras), não havendo mais Imposto de Renda sobre pessoa física ou jurídica. Os salários não mais sofreriam qualquer tipo de retenção; 2) transferência da base do imposto para as transações monetárias ao invés das múltiplas bases de tributação que existiam. Todas as vezes em que um agente econômico efetuar um pagamento a outro, o imposto, da ordem de 2% incidiria sobre o valor da transação, dividido em partes iguais e cobrado do eminente e do beneficiado; 3) todo saque ou depósito de numerário (moeda circulante) do sistema bancário seria taxado de acordo com uma alíquota que, em média, reproduza o número de transações que se realizam com essa mesma moeda até seu retorno ao sistema bancário (4% segundo a proposta; entretanto, há uma corrente de pensamento que descarta essa alíquota, de característica punitiva); 4) a arrecadação tributária seria efetuada automaticamente a cada lançamento do débito e crédito no sistema bancária e creditada à conta dos Tesouros Federal, Estadual e Municipal, de acordo com critérios pré-estabelecidos”²⁶⁸.

Com base nas medidas propostas, a eliminação da corrupção e da sonegação seriam mais difíceis de ocorrer, segundo a FIEMG, já que teria que ser feita em moeda, o que deixaria o custo da sonegação maior que da tributação. Assim, a entidade defendia que, com o IUT, acabaria com a necessidade de escrituração fiscal ou tributária das empresas. Desapareceriam também as declarações de Imposto de Renda, acabando por reduzir em muito as várias estruturas de fiscalização que existiam na época, que seriam bem mais simplificadas, porque aconteceria no sistema bancário, contando com modernas estruturas informatizadas.²⁶⁹

Além disso, o IUT ampliaria a base tributária, já que a economia informal seria incorporada. Segundo a FIEMG, ocorreria um aumento da arrecadação líquida, decorrente da

²⁶⁷ Idem.

²⁶⁸ Idem. p. 8.

²⁶⁹ Idem.

redução dos custos operacionais e de fiscalização (estimados em cerca de 15% da arrecadação bruta ou 3% do PIB), da ampliação da base de tributação (que juntamente com o fim da sonegação é estimada em cerca de 30 a 40% da arrecadação) e da eliminação da renúncia fiscal.²⁷⁰

O documento da FIEMG rechaçava, ainda, as desvantagens ou possíveis desvantagens atribuídas à proposta do Imposto Único. Os críticos diziam que, por ser um imposto em cascata, os produtos que envolvem maior número de transação no sistema produtivo seriam mais taxados, os quais são essenciais para a população de renda mais baixa. Em defesa do IUT, o documento proposto pela FIEMG alegava que as diferenças de cargas tributárias seriam insignificantes, devido ao baixo valor da alíquota, sendo assim, seriam incapazes de promover alterações significativas na distribuição da renda nacional.²⁷¹

Ademais, outra crítica ao Imposto Único sobre Transações ressaltava que ele poderia ocasionar uma explosão de consumo por conta da elevação da renda real dos assalariados. Em contrapartida, a entidade argumentava que a redução de preços não implicaria em aumento do consumo e que o Governo teria mecanismos que controlariam a demanda e impediria esse aumento indesejável do consumo. Outra solução para esse problema poderia estar na implantação gradativa do IUT com alíquotas progressivas, substituindo os impostos existentes aos poucos.²⁷²

Além disso, o fato da população evitar o sistema bancário para evitar as taxações é apontado como outro entrave. Porém, o documento lembrava que, ao retornar aos bancos, os recursos envolvidos nas transações teriam que arcar com uma pesada tributação, como estava previsto na proposta. Contudo, o problema seria limitado por um valor máximo de saques e a retenção de notas de grande valor de circulação.²⁷³

Por último, outra crítica salientava a comparação de tributação de bens importados e nacionais. Argumentava-se que os produtos importados sofreriam uma ou duas taxações, enquanto o produto nacional sofreria taxações em cascata, deixando os importados mais baratos que os nacionais. Para esse problema, o documento da FIEMG sugeria uma política aduaneira em sintonia fina com a política fiscal de forma a evitar tais distorções.²⁷⁴

Ainda apoiado nesse contexto, em agosto de 1992, na Revista Vida Industrial, a FIEMG lançou duras críticas à proposta de Reforma Fiscal feita pela Comissão Executiva

²⁷⁰ Idem.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Idem.

para a Reforma Fiscal. Segundo a FIEMG, a reforma tributária proposta pelo Governo, que recebeu o nome de Contribuição sobre Transação Financeira – CTF - não trazia qualquer vantagem à economia, ignorando todos os preceitos, frustrando as expectativas nacionais, exigindo, alternativamente, um novo e mais justo sistema tributário.²⁷⁵

Além disso, o artigo ressaltava que a reforma não promovia o aumento da base tributária que, para a FIEMG, é fundamental para que uma pequena parte da economia organizada não arcasse com o ônus tributário, além de não reduzir as alíquotas, fazendo com que a sonegação não seja desestimulada. A Revista também mostrava que a proposta do Governo mantinha os custos de arrecadação e fiscalização muito elevados e a obscuridade em torno da real carga tributária individual.²⁷⁶

Consoante com a entidade, a CTF seria mais um imposto a ser adicionado ao atual sistema tributário, cujas características permaneceriam como se encontravam. O sistema tributário continuaria sendo de baixa produtividade, burocratizado, de incidência desigual, regressivo, contaminado pela corrupção e pela expansão da economia informal. Outrossim, a instituição salientava que a Contribuição não procurou apontar soluções para reduzir a burocracia fiscal brasileira.²⁷⁷

Ainda de acordo com a FIEMG, o CTF não incorporava totalmente a economia informal ao universo tributário brasileiro. Mais de 80% da arrecadação pública ainda continuariam incidindo desigualmente sobre os segmentos formais da economia e, dentro deles, nos setores mais incapazes de praticarem evasão fiscal, como a tributação direta sobre os assalariados. Dessa maneira, o grande benefício da CTF para o governo estaria no seu caráter de grande arrecadador.²⁷⁸ Todavia, em 1993, a questão da reforma tributária ainda não havia sido superada. E a proposta do Imposto Único que a FIEMG tanto defendeu não saiu vitorioso.

3.2 FIEMG E O DESENVOLVIMENTO MINEIRO

No início do ano de 1985, foi entregue um documento para o então presidente eleito, mas ainda não empossado, Tancredo Neves, no qual podemos perceber uma das principais

²⁷⁵ FIEMG. **Reforma Tributária: propostas do Governo sem vantagens para economia.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 38-42, Ago/1992.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ CINTRA, Marcos. **Dez argumentos contra no novo imposto. O do Governo.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 9, Set/1992.

²⁷⁸ Idem

demandas do empresariado mineiro. No documento, um dos pontos tratados era a desconcentração do desenvolvimento como prioridade efetiva para as regiões mais pobres. Embora esse documento entregue ao Tancredo tivesse demandas de caráter nacional, veremos nesta seção que a questão da desconcentração também entrou na pauta de demandas dos empresários mineiros com o governo estadual.

Diante do exposto, vimos que o Governador do estado Helio Garcia defendia que o Estado não deveria intervir na economia e deixar para as empresas privadas o papel de garantir o desenvolvimento nacional. Na mesma oportunidade, o Governador reforçava seu compromisso de promover uma ampla reforma administrativa e de fazer um balanço sobre as consequências da atuação do estado nos domínios que deveriam ser da iniciativa privada.

No início de 1987, representantes da FIEMG se encontraram com o então Governador eleito do estado, Newton Cardoso²⁷⁹, para lhe entregar um documento contendo contribuições para o programa econômico de sua administração. Para o empresário Nansen Araújo, Presidente da FIEMG, a integração Governo/Indústria sempre foi constante na história do estado e um fator impulsionador do progresso mineiro.

Os objetivos da proposta de Política Industrial apresentada a Newton Cardoso pelos empresários mineiros concentravam-se no desenvolvimento harmonioso e autossustentado da indústria mineira, com a defesa do estímulo à iniciativa privada, a promoção do crescimento industrial enfatizando a integração e diversificação do parque fabril, o estímulo à descentralização espacial dos investimentos, a geração de empregos e a redução do fluxo migratório e a permanente promoção do desenvolvimento tecnológico da indústria mineira.²⁸⁰

No plano estadual, os empresários sugeriam a integração do sistema financeiro do estado, visando instituir linhas de créditos especiais para as pequenas e médias empresas, além de prioridade no financiamento de empresas nos setores de tecnologia de ponta e promoção da desestatização de empresas em áreas que a iniciativa privada também atuava. Também era considerada ação fundamental atribuir preferência aos produtos mineiros na

²⁷⁹ Newton Cardoso foi Governador do estado de Minas Gerais entre 15/03/1987 a 15/03/1991. Iniciou sua vida política no movimento estudantil. Em 1960 filiou-se o Partido Republicano, com o Golpe Militar de 1964 e a extinção dos partidos políticos Newton Cardoso foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro-MDB e em 1972 foi eleito prefeito de Contagem e 1999 a 2003 Cardoso foi Vice-governador de Minas Gerais. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241>. Acesso em: 25 jul. 2015.

²⁸⁰ FIEMG. **FIEMG com Newton Cardoso por uma nova política industrial**. Vida industrial, Belo Horizonte. Pp 6-10, fevereiro de 1987.

compras para órgãos e empresas estatais e a divulgação dos produtos mineiros em feiras nacionais e internacionais.²⁸¹

Para atração de capitais, o documento da FIEMG sugeria estimular a formação de *joint venture* para a absorção de tecnologias e/ou entrada de poupança externa, especialmente para os empreendimentos de maior porte e de efeitos multiplicadores. Além de empreender ações junto a organismos financeiros internacionais, com objetivo de captação de recursos para o financiamento de programas de interesses estaduais.²⁸² O documento também destaca a importância de assegurar todo apoio aos órgãos de fomento estaduais, “maximizando a utilização dessa estrutura, que se apresentavam como um diferencial disponível em favor do processo de industrialização, com demonstrações de larga capacidade, eficiência e qualidade”.²⁸³

Percebemos na Revista Vida Industrial que a questão da infraestrutura sempre esteve na pauta do empresariado mineiro no final da década de 1980 e início da década de 1990. Em conferência pronunciada por José Alencar em 1987, ele reivindicava para Minas Gerais a execução de obras de melhorias na malha rodoviária de Minas, especialmente a duplicação da Fernão Dias. Destacava, também, a consolidação das obras relacionadas à implantação do Corredor de Exportação Mato Grosso/Goiás/Minas Gerais/ Espírito Santo, a implantação do gasoduto ligando Minas Gerais à Bacia de Campos e a ampliação do sistema de telecomunicação do estado.²⁸⁴ Apesar dos avanços na área de transporte, durante o Governo de J.K., com o binômio Energia e Transporte, observamos que ainda no final da década de 1980 os empresários mineiros colocam essa questão como pauta nas suas demandas para com o Governo do estado.

Em 1990, foi entregue ao governador eleito, Helio Garcia, o documento “*Ações enérgicas e efetivas para um crescimento duradouro*”, produzido pelo Conselho Econômico da FIEMG indicando estratégias para o desenvolvimento industrial de Minas Gerais. Para os empresários, Minas Gerais não podia ficar alheia às transformações econômicas que se processavam gradualmente no Brasil, e, devido à importância do estado no contexto nacional, era fundamental que o futuro governante apresentasse ações enérgicas e efetivas que garantissem ao estado um desenvolvimento duradouro e equilibrado.

²⁸¹ Idem.

²⁸² Idem.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ SILVA, José Alencar Gomes. **Minas e a economia nacional**. Vida Industrial. Belo Horizonte, p.34-35. Junho 1987.

O primeiro ponto destacado nesse documento se refere à diversificação e valorização do produto industrial mineiro. Dessa forma, Minas Gerais deveria buscar gerar produtos de maior valor agregado e abrir novas fronteiras nos setores de pontas. Uma importante meta elencada pelos empresários era constituir um parque industrial bem diversificado, dando ao produto mineiro maior autonomia e menos vulnerabilidade em relação às oscilações da economia nacional. Para esse primeiro ponto, caberia ao estado

a importante função indutora no novo quadro desenvolvimentista e modernizante, incentivando notadamente a implantação de indústrias de pequeno e médio porte, face aos seus benefícios reflexos no nível de emprego e de renda, embora não se deva descartar os apoios a projetos de grande porte.²⁸⁵

A segunda estratégia sugerida pelo documento da FIEMG se refere à política industrial e ao desenvolvimento regional. Para os empresários, a política industrial mineira deveria seguir o objetivo de desenvolvimento regional de modo para acabar com as desigualdades do estado. Assim, a expansão industrial do estado deveria aproveitar as potencialidades de cada região de Minas. Ao estado caberia o papel de levantar todas as oportunidades de novos empreendimentos, além de reaparelhar os órgãos estaduais de fomento. Também era imprescindível, na visão dos empresários, a concessão de incentivos diferenciados no campo fiscal e creditício²⁸⁶. Assim,

é a vez do interior. Tempo de ir ao encontro das cidades e das comunidades, de aproveitar suas potencialidades em favor das populações. É hora de interiorizar o desenvolvimento. Urge evitar as migrações para as capitais e centros maiores, cujas periferias se transformam em guetos de privações e de infelicidade. Uma das modalidades de contribuição adotadas pelo Sistema FIEMG é o programa “Caminhos de Progresso”. A FIEMG está mobilizada com os prefeitos e as lideranças classistas do interior para identificar e fomentar iniciativas nos municípios.²⁸⁷

Em 1992 continuamos encontrando nas páginas da Vida Industrial a defesa da interiorização do desenvolvimento. Na visita de José Alencar a Uberaba podemos notar isso no discurso do líder empresarial:

Numa pregação que vem ocupando boa parte do trabalho que desenvolvemos no Sistema FIEMG, temos procurado mostrar que o Brasil das megalópoles é muito diferente do Brasil do interior. A saída para a crise brasileira está também na

²⁸⁵ FIEMG. Ações enérgicas e efetivas para um crescimento duradouro. Vida Industrial, Belo Horizonte.p. 8-10 dezembro 1990.p.8.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ ALENCAR, Jose Gomes da Silva. **Hora de interiorizar o desenvolvimento**. Vida Industrial, Belo Horizonte.p.4-5. 1991.p.5.

interiorização do desenvolvimento, na municipalização das principais ações administrativas, na desconcentração espacial das atividades econômicas. Vemos na valorização permanente das estruturas de serviços municipais o caminho para se atenuarem os desequilíbrios sociais.²⁸⁸

Ainda nesse documento, a FIEMG colocava o desenvolvimento das pequenas e médias empresas e a questão ambiental como estratégias importantes a serem seguidas. Para as pequenas e médias empresas, a FIEMG considera importante um tratamento diferenciado por parte do estado para desenvolver esse segmento, buscando uma reestruturação da política tributária, de modo a afastar a feição fiscalista do estado. O fundamental seria fortalecer a arrecadação aumentando a base em que os impostos são cobrados e não a alíquota.²⁸⁹

No âmbito ambiental, a FIEMG considerava que essa questão tinha enorme importância e era necessário assumir um compromisso com esse tema para garantir o bem-estar das gerações futuras. Para as lideranças mineiras, o dilema entre preservação ambiental e desenvolvimento industrial estava completamente superado, pois era plenamente possível compatibilizar os dois interesses. Dessa forma, o documento apresentado pela FIEMG sugeria que o Estado fosse além de apenas penalizar as inflações, mas também criar condições e mecanismos de financiamento para elaboração de obras e equipamento que controlasse a poluição, por exemplo.²⁹⁰

O Fórum do Pensamento Econômico de Minas, que englobava 34 entidades e instituições, levou até o Governador do Estado Helio Garcia, um documento que reunia sugestões para as linhas de ações do estado. Esse documento foi assinado pelo presidente do Fórum, jornalista José Costa, diretor-presidente do “Diário do Comércio”. Os demais signatários são dirigentes de entidade sindicais e classistas, entre elas a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de Minas Gerais, a Federação do Comércio de Minas Gerais, a Federação da Agricultura de Minas Gerais, a Associação Comercial de Minas, o Clube de Diretores Lojistas, o Centro das Indústrias das Cidades Industriais, a Abinee e a Associação Mineira de Propaganda.

A primeira prioridade elencada pelo Fórum estava relacionada com o desenvolvimento social, a ser assegurado pelo fomento ao desenvolvimento econômico, através da recuperação, modernização e dinamização dos órgãos estaduais de planejamento fomento e pesquisa; da provisão e manutenção da infraestrutura para garantir o

²⁸⁸ ALENCAR, José Gomes da Silva. **Saída para a crise na interiorização do desenvolvimento**. Vida Industrial, Belo Horizonte p. 13. Maio de 1992.p.13.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

desenvolvimento, inclusive tentando obter do Governo Federal soluções para os problemas de gargalos na infraestrutura do estado; de incentivos fiscais e creditícios com uma política tributária desenvolvimentista, intensificando o combate a sonegação e buscando a cooperação internacional, além de captar recursos financeiros junto as entidades internacionais.²⁹¹

Também nesse documento produzido pelo Fórum do Pensamento Econômico de Minas, era ressaltada a importância de superar a dicotomia preservação ambiental e desenvolvimento industrial, já que os empresários estavam convencidos de que era possível conciliar as duas questões. O Fórum também destacava a importância da descentralização do crescimento através da interiorização e o aproveitamento das potencialidades locais para garantir a competitividade real com outras regiões do país.

O apoio financeiro, por parte do estado, era tomado como fundamental para os empresários, por isso os instrumentos de fomento – principalmente o BDMG - deveriam ser reaparelhados e modernizados, diferentemente dos outros estados que estavam abrindo mão dos seus bancos de desenvolvimento. Ademais, seria fundamental a fixação correta de prioridades, a alocação de recursos financeiros suficientes e adequados e uma administração profissional.

No final dos anos 1980, Minas Gerais se tornou o segundo maior estado exportador brasileiro. Os números apresentados no documento do Fórum do Pensamento Econômico deram estimativa do comportamento da balança comercial de Minas Gerais para o ano de 1990. As exportações foram estimadas em US\$ 5,8 bilhões (incluindo o café) e as importações em US\$ 1,3 bilhões (incluindo o petróleo). A indústria mineira teve um fraco desempenho na década de 1980 e só não foi pior devido à notória expansão das exportações. Apesar dos ventos favoráveis, os produtos de exportação de Minas Gerais eram de baixo valor agregado e baixo conteúdo tecnológico. O Fórum entendia que o crescimento do comércio exterior cabia primordialmente ao setor produtivo. Porém ele esperava do Governo Estadual atuação agressiva em favor desse segmento.

Os empresários defendiam que o estado promovesse de forma eficaz uma política estadual de estímulo ao comércio exterior. Para isso, era necessário investir na infraestrutura do estado para facilitar o escoamento da produção, além de uma revisão tributária, estabelecimento de linha de créditos junto aos bancos estaduais e incentivo para a mudança de perfil da produção industrial para produtos com maior valor agregado e tecnológico.

²⁹¹ Fórum do Pensamento Econômico de Minas. **As Grandes linhas de ação para o Estado**. Revista Vida Industrial. Belo Horizonte, pag.8-11, abril 1991

No início da década de 1990, as lutas e as reivindicações do empresariado mineiro junto ao governo estadual também estavam ligadas aos incentivos que o governo dava às empresas para se instalarem no estado de Minas Gerais. Um estudo preparado pela Divisão de Estudos Econômicos da Federação do Estado de Minas Gerais mostrou que a Minas não acompanhava os demais estados a Federação em relação aos incentivos cedidos para empresas, tornando o estado pouco atrativo para novos investimentos.

Segundo esse estudo, Minas estava praticamente limitado ao Programa Pró-indústria, criado em 1989, que tinha como objetivo estimular a expansão e modernização da economia mineira através do financiamento do capital de giro das empresas que planejavam investir na instalação e expansão industrial. O financiamento seria de até 50% do valor do ICMS recolhido pelas empresas, num prazo de 5 anos.²⁹² Estados como a Bahia, por exemplo, concediam toda a infraestrutura para as empresas, desde os terrenos com preços simbólicos como incentivos financeiros diretos a nível estadual. Pernambuco e Santa Catarina também foram estados citados no estudo com incentivos melhores ou com um número de programas maiores que o estado de Minas Gerais. Em Santa Catarina era destacado o programa de desconcentração industrial, beneficiando empreendimentos localizados em municípios com menos de 10mil habitantes. O estudo também citava o estado de São Paulo com uma série de incentivos fiscais, financeiros e programas que beneficiavam a modernização industrial, as pequenas e médias empresas, o desenvolvimento regional e a agricultura.²⁹³

A modernização tecnológica como forma de agregar valor ao produto mineiro, como também os incentivos as pequenas e médias empresas e a interiorização da industrialização voltaram a ganhar destaque na Revista Vida Industrial no ano de 1993. Além desses, o estímulo à implantação de novos setores econômicos, a consolidação de complexos industriais e de setores chaves da economia mineira e a aplicação eficiente dos recursos do estado, eram os pontos principais para o desenvolvimento industrial mineiro.²⁹⁴

Um estudo da FIEMG de 1994 apresentou o Estado de Minas Gerais com excelente perspectiva de crescimento econômico para a sequência da década de 1990. Fatores, como a disponibilidade de matéria-prima, enorme mercado consumidor, a duplicação de rodovia Fernão Dias e a instalação do quatro portos secos, foram levados em consideração nesse

²⁹²FIEMG. **Tratamento diferenciado entre estados. Política de Fomento à atividade industrial.** Vida Industrial. Belo Horizonte, p. 36-40, abril 1992.

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ FANTONI, Margarida M. Souto. **Minas traça sua política industrial.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p.37-38. Março 1993.

estudo da entidade. Porém, para que essa perspectiva se consolidasse, era necessário um esforço conjunto dos setores públicos e privados.

Dessa forma, foi destacado que seria fundamental uma mudança de estratégia, já que na década de 90 as condições não eram as mesmas de décadas anteriores. O estudo apontou que existia uma grande escassez de recursos financeiros dificultando a atuação dos órgãos de fomento, além do acirramento da concorrência interestadual por investimentos, o que tornou a atuação do governo mineiro no sentido da implementação de uma política desenvolvimentista agressiva fundamental.²⁹⁵

Assim, o estudo da FIEMG concluía que Minas tinha condições de alcançar crescimento econômico esperado, porém os fatores mencionados não seriam suficientes para colocar Minas na vanguarda no processo de retomada do crescimento. Os outros estados estavam criando novos mecanismos para a atração de investimentos e nesse ponto Minas Gerais estava atrasado. Dessa maneira, a ação do estado deveria concentrar na busca da competitividade dos produtos mineiros em relação as outras federações, além da necessidade de eliminar as distorções tributárias que só contribuíam para reduzir a rentabilidade dos empreendimentos e consequentemente a arrecadação do estado.²⁹⁶

Podemos perceber que os empresários mineiros estavam atentos para temas fundamentais da economia nacional. Os anos de 1980 foram marcados por grandes dificuldades econômicas para alguns setores da economia. A sensação de que o desenvolvimentismo, modelo adotado em décadas anteriores, estava esgotado, fez crescer no Brasil a necessidade de se pensar uma nova alternativa para voltar o crescimento e a estabilidade econômica. O modelo anterior baseado na forte intervenção do Estado no processo de desenvolvimento industrial passou a ser criticado e a classe empresarial brasileira cada vez mais passou a defender a livre iniciativa e mínimo possível de intervenção estatal. Nesse ponto foi possível identificar um alinhamento da FIEMG com outras entidades de representação que defendiam o mesmo posicionamento.

Porém, é possível identificar, também, posicionamento divergente da FIEMG. Observamos que na questão da reforma tributária, a FIEMG tinha uma proposta diferente da FIESP. Mesmo o projeto do Imposto Único sobre Transações não ter alcançado grandes voos, é importante ressaltar o destaque que a entidade mineira dá para esse projeto nas páginas da Revista Vida Industrial.

²⁹⁵ FIEMG. **Economia Mineira. Emergência do desenvolvimento.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p.7-19. Fevereiro de 1994.

²⁹⁶ Idem.

É possível percebermos ainda uma mudança de posição quando analisamos as reivindicações da FIEMG ao governo estadual. Se a nível nacional a FIEMG acompanha as principais entidades na questão da mínima intervenção do Estado na economia, a nível estadual observamos um discurso diferente. Entre as demandas da entidade ao governo estava o fortalecimento, a modernização e o reaparelhamento do BDMG como o principal órgão de fomento da indústria mineira. Além de uma efetiva presença do governo na disputa fiscal que as federações brasileiras estavam mergulhadas. Era sugerido uma atuação mais efetiva para que o Estado criasse condições para atrair empresas para Minas Gerais.

Os artigos da Vida Industrial no período analisado evidenciam a presença de uma entidade com pequena capacidade de elaborar um projeto global de desenvolvimento para o estado. De certa forma tal característica pode ser resultado da ausência de um núcleo empresarial mineiro com a dimensão e a articulação dos segmentos pioneiros da siderurgia, tal como se verificou nas décadas de 1930 e 1940. Emparedado entre as estatais e as multinacionais, o empresariado mineiro firmou-se em ramos de menor expressão econômica, com grande dispersão. Nomes, como José Alencar, são, de certa forma, uma exceção à regra, pela magnitude de seus negócios, conquanto de um ramo tradicional.

Assim, a entidade passou a contar com um peso muito grande seu corpo técnico que, nas proposições mais abrangentes, se guiava pelo *mainstream* das formulações econômicas convencionais ou apresentava sugestões de certa forma concebidas com um forte acento tecnicista, dissociado das disputas reais, como é o caso da ideia do imposto único. Por outro lado, na atuação junto ao governo do estado, a ausência de um projeto mais abrangente tornava a entidade um instrumento apenas de enunciação e veiculação de demandas dos diferentes setores que representava, sem integração numa perspectiva mais articulada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos identificar, neste trabalho, a relação do empresariado enquanto ator político com o Estado, já que este foi o grande responsável pela elaboração e execução dos projetos de desenvolvimento industrial no país e também no estado de Minas Gerais. Podemos perceber que o ator escolhido, o empresariado mineiro, representado pela FIEMG, ao longo de todo o processo de desenvolvimento econômico mineiro, teve no Estado um aliado fundamental para alcançar seus objetivos e surfar na onda do desenvolvimentismo. Por hora foi desenvolvida uma relação de parceria, por outra uma relação de dependência mais acentuada.

No início do desenvolvimento mineiro, Minas Gerais era um estado dividido em regiões com certos níveis de desenvolvimento econômico. Temos, como exemplo, a região da Zona da Mata impulsionada pela produção de café e o centro do estado herdeiro da tradição mineradora tendo o setor siderúrgico como carro chefe. Porém, não havia uma ligação entre essas regiões, o que intensificava o isolamento entre elas e a dificuldade de colocar o estado em um patamar elevado de desenvolvimento industrial e econômico.

Dois projetos estavam em jogo em Minas Gerais na primeira metade do século XX. Um focado na diversificação produtiva e outra na especialização. Um projeto não excluía o outro, prevalecendo um arranjo híbrido entre eles, com destaque maior para a especialização produtiva baseada na indústria minério-metalúrgica. Nas décadas de 30 e 40, um grupo de empresários ligados ao setor siderúrgico, ou seja, do centro do estado, com grande liderança na FIEMG, articularam um projeto global para Minas Gerais interligando as regiões mineiras. Pelo projeto do empresariado, pensava-se desenvolver o centro do estado com uma industrialização pesada, focada na siderurgia, para, a partir de então, esse desenvolvimento se irradiar para o resto do estado.

Dessa forma, com o projeto de desenvolvimento mineiro bem resolvido, entra em ação a articulação empresariado e Estado. Como vimos, o Estado teve papel fundamental nesse processo e uma série de ações governamentais foram feitas para colocar em prática o projeto de industrialização do estado. Podemos destacar nesse ponto o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, elaborado em 1947, como marco importante para o crescimento econômico mineiro. Vemos nele a atuação do Estado na linha de frente das ações para alcançar o objetivo de desenvolvimento industrial. O Plano, criado no Governo de Milton Campos, procurou sintetizar a modernização regional, social e econômica, envolvendo indústria e agricultura.

Porém, o setor industrial tinha uma importância significativa no Plano de Recuperação Econômico no qual houve uma mudança de estratégia para atingir os resultados. Nos programas anteriores pensava-se num desenvolvimento gradual que se estendesse da agricultura para a indústria, mas o Plano inverteu essa lógica e colocou a indústria como prioridade das ações. Nesse momento, o empresariado teve o projeto de industrialização bem definido e focado no setor siderúrgico como motor para o desenvolvimento. O núcleo siderúrgico mineiro era forte e capaz de articular com o Estado e conseguir colocar em prática o projeto. Assim, o empresariado soube utilizar o sistema corporativo criado pelo Presidente Getúlio Vargas como instrumento de representação da classe, visto que eles tiveram acesso às arenas de discussões estratégicas do Governo que projetavam o desenvolvimento industrial.

Porém, o corporativismo também trouxe uma série de problemas para os empresários. Um fator que pode explicar certa dependência estatal, por parte dos empresários, é o baixo poder de representação que as entidades tinham com seus pares, já que as entidades não conseguiam mobilizar seus membros em prol de um projeto unificado, ficando a encargo do Estado liderar as políticas e ser o grande promotor do desenvolvimento industrial. Nesse contexto, a baixa representatividade é fruto da forma como os presidentes das Federações estaduais e das Confederações nacionais são eleitos. O voto tem o mesmo peso para todos os sindicatos, independentemente do peso econômico do setor. Dessa forma, os sindicatos menores uniam-se e conseguiam eleger seus candidatos. Os grandes setores econômicos não se viam representados por esses menores, causando dano à credibilidade e à eficiência dessas entidades na organização da ação coletiva.

Em Minas Gerais, temos um exemplo desse fenômeno quando, na década de 1950, Lídio Lunardi, presidente do sindicato de mármore e granitos, derrotou o candidato apoiado pelo setor siderúrgico na eleição para presidente da FIEMG. Coincidentemente ou não, a partir da década de 50, assistimos ao fortalecimento do contingente técnico que atuava dentro das estatais mineiras, como BDMG e a CEMIG, à atuação do governo em obras de infraestrutura, além do aumento da influência do capital estrangeiro na economia mineira.

Sofrendo com essa falta de representatividade, a FIEMG passa a defender demandas muito fragmentadas de setores menores da economia mineira. A parceria, empresariado e Estado, acabou enfraquecendo. Desse modo, as lideranças empresariais não conseguiram implantar novos projetos para o desenvolvimento local, ficando, assim, cada vez mais, nas mãos do Estado e do capital estrangeiro, a partir da década de 1970, a missão de impulsionar a economia.

Vale ressaltar que a participação do Estado na estratégia de desenvolvimento industrial em Minas Gerais continuou ativa durante o Governo de Juscelino Kubitschek. O plano de J.K. (o binômio “energia e transporte”) tratava justamente de tentar resolver esses dois gargalos que travavam o desenvolvimento mineiro. Um exemplo da participação do Estado nas ações para o desenvolvimento mineiro foi a criação da CEMIG, empresa estatal mineira responsável por suprir as necessidades elétricas do estado. Ao passo que o Departamento de Estradas e Rodagem ficou responsável pela execução de obras nas estradas e rodovias mineiras.

O lançamento do Diagnóstico da Economia Mineira em 1968 encerrou a etapa em que o empresariado apresentou maior autonomia. O destaque dado ao transporte no Diagnóstico evidenciou que a articulação do centro com as outras regiões não foi consolidado como esperado. A partir disso, a dependência do Estado e do capital estrangeiro para impulsionar a economia ficou mais acentuada. Mesmo o capital estrangeiro fazendo parte da economia estadual nas décadas anteriores, na década de 1970, ele se tornou fundamental para o crescimento econômico mineiro. O Estado, dessa forma, continuou participando das ações. Nesse caso, envolvendo as multinacionais, o governo mineiro participou oferecendo subsídios e algumas facilidades especiais, como terreno, instalação de água, eletricidade, entre outros.

A partir da década de 1980, Minas Gerais voltou suas atenções para o mercado internacional e apostou nas exportações para sair da crise iniciada no final dos anos 70. Este período foi também um momento em que as ideias neoliberais ganharam força no Brasil, além de ocorrerem mudanças na direção do livre mercado. A participação do Estado nas políticas industriais passou a ser vista com desconfiança pelos empresários, que defendiam a livre iniciativa e o livre mercado. Durante a década de 1990, a guerra fiscal esteve frequente na pauta dos empresários mineiros. Portanto, o adiamento da reforma tributária só fez aumentar a rivalidade entre as federações do País.

Durante as décadas de 1980 e 90, a arena parlamentar passou a ter grande importância também na representação dos interesses da classe empresarial. Com a promulgação da nova carta constitucional, houve um impulso, por parte dos empresários, em participar de eleições para cargos executivos e legislativos. Nesse período, ainda é importante destacar a prática do “lobby” como instrumento muito utilizado pelos empresários.

Nas décadas de 80 e 90, houve uma mudança na visão do empresariado sobre o desenvolvimento industrial de Minas. Se, em meados do século XX, o projeto de desenvolvimento consistia no fortalecimento do setor siderúrgico e a concentração industrial

no centro do estado, no final do século XX, os empresários mineiros reivindicavam uma maior desconcentração industrial para aproveitar o que cada região tinha de mais produtivo.

Outra diferença importante diz respeito ao tipo de empresa que as entidades empresariais buscavam favorecer. Se, anteriormente, a ênfase era conferida a grande empresa, principalmente do setor de bens intermediários, nos anos 80 e 90, a FIEMG pediu mais investimentos em pequenas e médias empresas. A FIEMG também colocou como prioridade a diversificação da produção mineira e a produção com maior valor agregado.

As décadas de 1980 e 90 foram marcadas por graves crises econômicas, hiperinflação e estagnação industrial. O crescimento do neoliberalismo no cenário nacional fez com que os empresários pressionassem o governo a adotar políticas não intervencionistas e demandassem cada vez mais o livre mercado e a livre iniciativa. Se no começo do processo da industrialização mineira a presença do Estado foi ativa e bem vista, durante a década de 80 e 90, os empresários mineiros passaram a reivindicar o contrário. Nesse ponto, o posicionamento da FIEMG se alinhava ao das outras entidades de representação de interesses empresarias.

Todavia, nas demandas dirigidas ao governo mineiro, nas políticas voltadas “para dentro”, o posicionamento da FIEMG é relativamente diverso do posicionamento sustentado “para fora”. Se em nível nacional a FIEMG se alinha a outras entidades empresarias e pedia a não intervenção do Estado na economia, na relação para “dentro”, o discurso da FIEMG demandando fortalecimento, modernização e reaparelhamento do BDMG como o principal órgão (nesse caso estadual) de fomento da indústria, a concessão de incentivos e a prioridade para empresas mineiras em compras governamentais.

Reforça tal percepção o pedido da FIEMG para que o Estado tivesse uma presença mais efetiva na disputa fiscal que as federações brasileiras estavam inseridas. Para os empresários, Minas Gerais oferecia pouco para atrair novas plantas industriais, ao contrário de outros estados.

Dessa forma, quando os assuntos ou questões se referiam a demandas voltadas para “dentro”, o posicionamento do empresariado mineiro estava mais alinhado a um Estado intervencionista e participativo da política econômica.

Os atores atuam em múltiplas arenas, por isso encontramos essas contradições nas demandas da FIEMG. Na arena nacional, a FIEMG não encontra espaço em um ambiente cada vez mais inclinado às ideias neoliberais. No que se refere ao âmbito estadual, a entidade

reivindicou ao governo do estado as soluções de problemas pontuais que afetaram o empresariado mineiro diretamente, como transporte, financiamento e guerra fiscal.

Porém, temos a sensação, também, de que essas contradições encontradas na Revista Vida Industrial e a dificuldade da FIEMG de estruturar um projeto industrial mineiro de caráter global, estão associadas ao tipo de liderança empresarial que condizia a entidade. Não identificamos grandes lideranças empresariais de setores tradicionais dando voz aos artigos e temas recorrentes na revista. A única exceção foi José Alencar, empresário de setor têxtil. A busca da FIEMG por interiorizar o desenvolvimento e fortalecer as pequenas e médias empresas pode ser reflexo das lideranças dentro da entidade. Assim, a ausência de representantes de setores tradicionais nas discussões na revista abre espaço para setores menores instalados no interior do estado ou que não eram atendidos quando quem dava as cartas era o setor siderúrgico.

Diante do exposto, a presença forte do capital estrangeiro desde o início do processo de industrialização do estado, juntamente com o peso adquirido pelas empresas estatais, tornou o empresariado mineiro confinado a segmentos de pouca expressão econômica e grande fragmentação. Isso reforçou a influência do corpo técnico da FIEMG, que, em temas mais abrangentes, guiava-se pelo *mainstream* da ciência econômica ou se arriscava em formulações pouco coladas na experiência real. Nas questões internas ao estado, evidenciou-se a reduzida capacidade de formulação de um projeto mais abrangente de desenvolvimento, tornando a FIEMG uma entidade basicamente demandante de reivindicações fragmentadas. Assim, no âmbito nacional acompanhava as entidades co-irmãs e em nível estadual permaneceu ligada à antiga tradição de recorrer ao Estado, mas sem uma perspectiva de conjunto sobre o desenvolvimento mineiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bresser-Pereira, Luiz Carlos. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. São Paulo em Perspectiva, v 20, n. 3. pp. 5-24. Jul./set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos & DINIZ, Eli. **Empresariado industrial democracia e poder político**. Revista Novos Estudos, CEBRAP. Nº 84, julho 2009.

BOTELHO, Urias. **A Reforma Econômica**. Vida Industrial, Belo Horizonte, editorial, jan/1986.

CARVALHO C. E **As origens e gêneses do Plano Collor**. Nova Economia_Belo Horizonte_16 (1)_101-134_janeiro-abril de 2006.

_____. **O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?** ECONOMIA, Niterói (RJ), v.4, n. 2, p.283-331, jul./dez. 2003.

DELGADO, Ignacio G. **A Estratégia de um revés: Estado e Associações Empresariais em Minas**. Juiz de Fora: EDUFJF; 1997.

_____. - **Previdência Social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória da política social brasileira**. São Paulo: LTr, 2001.

_____. **“Empresariado e política industrial no governo Lula”**. In: PAULA, João Antônio (Org.). *Adeus ao Desenvolvimento: a opção do Governo Lula*. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

_____. **Desenvolvimento, empresariado e política industrial no Brasil**. In. **Estado, empresariado e desenvolvimento no Brasil**. Org. MANCUSO, W. P. LEOPOLDI, M. A. P. IGLECIAS, W. São Paulo. Editora de Cultura. 2010.

CINTRA, Marcos. **Dez argumentos contra no novo imposto. O do Governo**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 9, Set/1992.

_____. **É preciso Aprovar o imposto único**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 62, Fev/1993.

COSTA, J. F. **A Associação Comercial de Minas e a democracia no Brasil: a atuação dos empresários no processo de redemocratização durante os anos de 1974 a 1988**. 2009. Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora.

DINIZ, Clelio Campolina. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DINIZ, E. & BOSCHI, R. **Autonomia e dependência na representação dos interesses industriais**. *Dados*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 25-48.1979.

_____. **Lideranças empresariais e problemas da estratégia liberal no Brasil.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 23, 101-119.1993.

_____. **O Legislativo como arena de interesses organizados: a atuação dos lobbies empresariais.** Digit.1997.

_____. **Brasil: Um Novo Empresariado? Balanço de tendências recentes.** In **Empresários e modernização econômica: Brasil Anos 90.** Org. Eli Diniz – Ed da UFSC, IDACON. Florianópolis, 1993.

_____. **Empresários e Poder Legislativo no Brasil contemporâneo.** Trabalho apresentado no XXIV Encontro da ANPOCS. Petrópolis 23/26 de outubro de 2000.

_____. **Empresariado e Estratégia de Desenvolvimento.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18 Nº52.

DINIZ, Eli. **Empresariado, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945.** Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

_____. **As elites empresariais e a Nova Republica: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil dos anos 90.** *Ensaio FEE*, Porto Alegre (17)2:55-79, 1996.

_____. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais: Brasil anos 1990.** Rio de Janeiro. Ed FGV, 2000.

DOCTOR, Mahrukh. **Business and Delays in Port Reform in Brazil.** *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 22, nº 2 (86), April-June/2002

DRAEIFUSS, R. A. 1981. **1964 : a conquista do Estado.** Petrópolis: Vozes.

_____. 1989. **O jogo da direita na Nova República.** Petrópolis: Vozes.

DULCI, Otavio Soares. **Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Política e Economia em Minas Gerais: um balanço dos anos 90.** IX Seminário sobre a Economia Mineira.2000.

FIEMG. **Alternativas para a estratégia empresarial.** *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 8-11, 1991.

_____. **Ano novo já nasce com cara de velho. Empresário condena pacote.** *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 14-15, Jan/1988.

_____. **Ações enérgicas e efetivas para um crescimento duradouro.** *Vida Industrial*, Belo Horizonte. Pag 8-10 dezembro 1990.

_____. **Cinco pontos para o novo plano econômico.** *Vida Industrial*, Belo Horizonte, p. 28-29, Mai/1987.

_____. **Collor, na primeira entrevista. Recessão (pequena) e um duro combate a inflação.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 31-33, Mar/1990.

_____. **Da instabilidade à espera da reversão do progresso recessivo.** Revista Vida Industrial. Belo Horizonte, p 7-18. Janeiro de 1992.

_____. **Economia brasileira: desempenho e perspectiva.** Revista Vida Industrial Belo Horizonte, p 34-45. Fevereiro 1991.

_____. **Economia Mineira. Emergência do desenvolvimento.** Vida Industrial, Belo Horizonte, pag 7-19. Fevereiro de 1994.

_____. **Evolução em Xeque.Revista.** Vida Industrial.Belo Horizonte, p 24-41. Março de 1994

_____. **FIEMG em ação rápida orienta as empresas.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 9 Mai/1990

_____. **FIEMG com Newton Cardoso por uma nova política industrial.** Vida industrial, Belo Horizonte. Pp 6-10, fevereiro de 1987

_____, **Imposto Único: instrumento de ajuste para a retomada do desenvolvimento.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 6-10, Mai/1992.

_____, **Intervenção estatal aumenta e é reprovada pela Indústria.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 32-33, Jan/1987.

_____. **Minas: todo apoio ao Pacto Social.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 8-11, Dez/1988.

_____. **Orçamento, juros, incentivos, dívida, tributos, credibilidade.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 8-9, Fev/1988.

_____. **O pensamento de 699 dirigentes. Abertura comercial e estratégica tecnológica: uma avaliação em pesquisa da CNI.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 6-8, 1991.

_____, **O Plano Cruzado e a Iniciativa Privada.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 25, Dez/1986.

_____. **O desempenho da economia brasileira e mineira.** Revista Vida Industrial. Belo Horizonte, p 31-49. Abril de 1990.

_____. **O País pode estar no caminho certo.** Vida Industrial. Belo Horizonte. Pag 6-10, maio de 1994.

_____. **Privatização: um consenso.** Vida Industrial, Belo horizonte, p 8-11, Set/1988.

_____. **Reforma Tributária: propostas do Governo sem vantagens para economia.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 38-42, Ago/1992.

_____. **“Sim” para nova política industrial.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 19, Jun/1988.

_____. **Tratamento diferenciado entre estados. Política de Fomento à atividade industrial.** Vida Industrial. Belo Horizonte, pag 36-40, abril 1992.

_____. **Uma luta em três frentes: juros, insumos e inflação.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 24-26, Abr/1987.

FILHO, Geraldo Lemos. **Visão da economia depois do Cruzado.** Belo Horizonte, p. 38-39, Ago/1986.

Fórum do Pensamento Econômico de Minas. **As Grandes linhas de ação para o Estado.** Revista Vida Industrial. Belo Horizonte, pag.8-11, abril 1991

FANTONI, Margarida M. Souto. **Minas traça sua política industrial.** Vida Industrial, Belo Horizonte, pag 37-38. Março 1993.

FRANCO, Albano. **Do Brasil que seremos ao Brasil que pretendemos.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p 8-10, Jul/1987.

_____. **Livre Iniciativa, salvação nacional.** Vida Industrial, Belo horizonte, p. 14-16, Dez/1987.

_____. **Previdência, hora de solucionar.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 5, 1991

_____. **Problema de Dosagem.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 40-41, Jun/1990.

GARCIA, Helio. **Empresa privada, pilar da ordem econômica,** Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 16-17, ago/1985.

GODOY, Marcelo Magalhães. **Da arte de conhecer as doenças: o diagnóstico da Economia Mineira de 1968 e o planejamento do desenvolvimento de Minas Gerais /** Marcelo Magalhães Godoy; Daniel Henrique Diniz Barbosa; Lidiany Silva Barbosa. - Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.

JUNIOR, Abelardo Barroso. **O setor privado e o desenvolvimento.** Vida Industrial, Belo Horizonte, p.40, ago/1985.

MANCUSO, Wagner Pralon. **O empresariado como ator político no Brasil: Balanço da literatura e agenda de pesquisa.** Revista de Sociologia e Política, nº. 28, Curitiba. Jun 2007.

_____. **O lobby da indústria no congresso nacional: empresariado e política no Brasil contemporâneo.** DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 14 nº 3, 2004.

MILITÃO, D. **O II Plano Nacional de Desenvolvimento e seus reflexos na economia e a atuação do Empresariado Mineiro (1974/1979)**. 2015 Dissertação (mestrado em História) Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Juiz de Fora

MELO, M. A. **Reformas constitucionais no Brasil – instituições brasileiras e processo decisório**. RJ: Ed. Revan; Brasília: Ministério da Cultura. 2002.

MODIANO, E. **A Opera dos três Cruzados: 1986-1989**. In ABREU, M.P. **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Republicana - 1889-1989**. Rio, Campus, 1992.

PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. **Industria em Minas Gérias: Origem e desenvolvimento**. In anais do X Seminário sobre a Economia Mineira. CEDEPLAR. Diamantina 2002.

RUA, M.G. & AGUIAR, A. T. **A Política Industrial no Brasil, 1985-1992: Políticos, Burocratas e interesses organizados no processo de policy-making**. Planejamento e Políticas Públicas nº 12 – Jun/Dez de 1995.

SALLUM, Brasílio Jr. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. In Tempo Social, Revista de Sociologia da USP. Nº 11, outubro 1999

SANTOS, Fabiana Borges Teixeira. **A construção Econômica Recente**. In **Minas Gerais do Século XXI, Volume I, O ponto de partida**. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais. Belo Horizonte: Rona Editora, 2002.

SILVA, José Alencar Gomes da. **Congelamento, um risco, no conjunto aprovado**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 32, Fev/1989.

_____. **Estado deve respeitar a livre iniciativa**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p. 9-10, Mai/1989.

_____. **Progresso, uma ação de homens livres**, Vida Industrial, Belo Horizonte, P.13-15, Jul/1985.

_____. **A FIEMG ao lado do Brasil**. Revista Vida Industrial. Belo Horizonte. Pag 5-6, fevereiro de 1993.

_____. **Minas e a economia nacional**. Vida Industrial. Belo Horizonte, pag 34-35. Junho 1987.

_____. **Hora de interiorizar o desenvolvimento**. Vida Industrial, Belo Horizonte. Pag 4-5. 1991.

_____. **Saída para a crise na interiorização do desenvolvimento**. Vida Industrial, Belo Horizonte pag 13. Maio de 1992.

SISCÚ, J. PAULA & L.F. MICHEL, R. **Por que Novo-desenvolvimentismo?** Esse artigo é uma versão ampliada e modificada da Introdução feita pelos autores ao livro “Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social”, resultado de

projeto financiado pela Fundação Konrad Adenauer. Versão 2005. Site: http://www.ie.ufrj.br/moeda/pdfs/porque_novo_desenvolvimentismo.pdf

SUZIGAN, Wilson & FURTADO, João; **Política Industrial e Desenvolvimento**; Revista de Economia Política, vol. 26, no 2 (102), pp. 163-185 abril-junho/2006

TAVEIRA, Walter G. **Política gerencial no Plano Brasil Novo**. Vida Industrial, Belo Horizonte, p.8-15, Mai/1990.

WIRTH, J. **O fiel da balança**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1982.

Sites:

Portal do Governo de Minas Gerais, galeria de Governadores disponível:

<https://www.mg.gov.br/governomg/portal/m/governomg/governo/5798-galeria-de-governadores/5794/5241> consultado 25/07/2015.